

MARCOS FABRÍCIO LOPES DA SILVA

**MACHADO DE ASSIS,
CRÍTICO DA IMPRENSA:**
o jornal entre palmas e piparotes

Belo Horizonte
2005

MARCOS FABRÍCIO LOPES DA SILVA

**MACHADO DE ASSIS,
CRÍTICO DA IMPRENSA:
*o jornal entre palmas e piparotes***

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários.

Área de concentração: Literatura Brasileira

Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Constanca Lima Duarte

Belo Horizonte
2005

Cada um de nós é um pedaço do espelho divino.

Para meus pais – Deusina e Marco: Mãe, você é a estrada que guia os meus passos. Pai, você é as placas que orientam o meu caminho.

Para meus irmãos – Carlos Felipe e João Pedro: lições vivas de autenticidade e meiguice.

Para minha esposa – Elisângela:

*Nas alturas do amor
e sem medo da queda,
descubro o teu interior,
encanto maior que me eleva.*

(Elis, obrigado pelo apoio irrestrito, pela revisão da dissertação e pela organização do anexo)

Louvando quem bem merece...

Professora Constanca Lima Duarte: pela orientação cuidadosa e sincera, pelo companheirismo e por dividir comigo a grandeza da “humildade intelectual”.

O professor Eduardo de Assis Duarte: pelo companheirismo e pela força de vontade canalizada para valorizar a literatura afro-descendente, na qual a obra de Machado de Assis está inserida.

O professor Dalmir Francisco: pela sincera amizade e por me contar com sabedoria o outro lado da nossa história: preto no branco, sem esquecer do passado.

A professora Marli Fantini: por acreditar neste trabalho desde os primeiros passos.

Equipe da Pós-Lit, pelo apoio moral e burocrático.

Pessoal da Biblioteca da FALE, pelo zelo com a informação.

Professores da Graduação do Curso de Jornalismo no UniCeub, em Brasília-DF: Antonio Teixeira de Barros, grande amigo e pesquisador (a quem devo gratidão pelos meus primeiros estímulos em matéria de iniciação científica, e pela construtiva orientação da monografia de conclusão de curso intitulada *Como a crônica machadiana lê o jornal*), Verenilde dos Santos Pereira, “um rio sem fim” de leveza humana (pela amizade e por me levar nas asas da ficção), Lunde Braghini Jr, grande pensador radical (por me apresentar pela primeira vez as crônicas de Machado de Assis) e Elen Geraldês (por me mostrar as luvas de pelica necessárias ao exercício crítico sofisticado).

Professor e filósofo português José Trindade dos Santos: pelo conhecimento transmitido com paixão.

Companheira Gabriela Korössy: parceira presente nos primeiros estudos a respeito da crônica de Machado de Assis.

Minha família: aos mortos, mais vivos do que nunca em minha memória: vó Rosa e vovô Levi. Aos que continuam vivos, saúdo o meu padrinho e tio Nilson e a minha madrinha e tia Socorro. Destaco ainda a tia Creusa Paixão, pela educação sentimental, e a tia Ana Maria, pelo amor e apoio incondicionais e por acreditar nos meus sonhos. Quanto aos primos e primas, grande abraço ao Marcelo, a Aline, ao Maurício e ao Flávio, grande quarteto de almas bacanas e um beijo na Carol: tua carta dizendo que sou um exemplo de sonhador salvou a minha vida em um momento bastante delicado. Dudu, o teu jeito moleque me encanta.

Meus amigos, fundamentais para a formação do meu caráter: Gustavo Lucas, Júlio Maria, Fabiano “O Silva”, Thiaguinho, Juliana, Elizeu, Tatyanna, Lílian Beraldo, Ana Lúcia (mais que perfeita), Raquel Brandim , Panda e Ivo.

Amigos que me abraçaram com muita sensibilidade nestas lindas montanhas das Minas Gerais: Adriana, Thiago, Natália (trio movimento ternura), Francys, Lilian, Mariana, Cecília, Rafaela, Anselmo, Bira, Luíza Angélica, Cristiano Ordones, Guilherme Terra, Everton Pires e Marcelina.

Meus amigos do NEIA pela energia da Pátria dos Quilombos que não se dá por vencida: Aline, Rosário, Dani, Eduarda, Zélia, Rodrigo e Luís. Saúdo especialmente o meu parceiro Adélcio, companheiro de composições musicais, intelectuais e que, com muito carinho, ofereceu gentilmente a sua competência para a tradução do resumo desta dissertação.

Equipe da “Mansão Vida”: Alexandre, Bárbara, Ivan, Iuri e demais companheiros.

Adna, “meu espelho com reflexão”.

Colegas da Assessoria de Imprensa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), onde comecei a minha carreira jornalística: Léo (editor-mestre), Jô Oliveira, Abade, Alexandre, Manoela, Vera, Rosa Maranhão, Piau, Wanderley, Edmar, Huda, Francisco e Fátima.

Colegas do Serviço de Ação Continuada da Secretaria de Estado de Assistência Social (antiga SEAS): Íris, Gilmar, Vanessa, Rosa, Breno, Daniel Francisco, Daniel Prazeres, Rafael, Osana, Pollyana, Rosália, Vitória, Manoel, Conceição e Fábio.

Amigo e artista plástico Demétrius Cotta pelo companheirismo e pela arte da capa e das fotos referentes a esta dissertação.

Carlos Vieira pela co-autoria na arte da capa e das fotos contidas nesta dissertação.

Equipe de profissionais da Faculdade Promove de Sete Lagoas-MG e aos meus alunos de Publicidade e Propaganda.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar as crônicas de Machado de Assis, publicadas em jornais na segunda metade do século XIX, a fim de destacar a atuação do jornalista/cronista como admirador da imprensa e crítico do jornal. As ocasiões em que o nosso escritor aplaude a imprensa equivalem aos momentos de “palmas”. É nesta fase que Machado de Assis elabora o conceito de “república do pensamento”, conferido ao jornal. Partindo deste princípio, as crônicas ressaltam que o direito democrático da informação é inseparável da vida republicana, ou seja, da existência do espaço público das opiniões. De acordo com o escritor, cabe ao jornalismo, enquanto esfera pública das opiniões, viabilizar o acesso de todos, em iguais condições, à ‘coisa pública’, apoiado no princípio universal dos ‘direitos’. Os “piparotes”, por sua vez, representam a reprovação de Machado de Assis frente aos deslizes de caráter ético e editorial, cometidos pelos jornais. Devido à constante presença do papel do jornalismo e de suas estratégias discursivas nas crônicas de Machado de Assis, este estudo busca comprovar que o nosso escritor foi um destacado crítico da imprensa. Tal atuação marcante precisa ser reconhecida e enaltecida nos estudos envolvendo a formação da imprensa brasileira e as discussões contemporâneas a respeito de um jornalismo de qualidade, guiado pela ética.

Palavras-chave: Machado de Assis; crônica; jornal ; crítico da imprensa

Abstract

This dissertation aims to analyze Machado de Assis' chronicles of the late XIX century, in order to point out his work as a journalist/chronicler as a critique and an admirer. The 'palmas' ('applause') moments are related to his constructive criticism to the press. From these occasions the writer creates the concept of 'republic of thought' related to the importance of the press as 'democratic arena'. This concept has shown up that the right to information cannot be detached from the 'republic's life', or as it desired, a public space for free speech. According to the writer, journalism could be seeing as this desirable arena, giving free access to information related to the 'res publica' in equal conditions to all citizens. This is also based on the universal principle of 'rights'. Also according to Machado de Assis, the 'piparotes' in the other hand, stand for his reproof to the editorial and ethics flaws committed by newspapers. Due to the importance of journalism and its discursive strategies to Machado's texts, this work intends to demonstrate that he was an outstanding critique of the press. Such exceptional criticism must be recognized by the press research field, specially concerning the formation of the Brazilian press, and the contemporary discussions concerning press quality as a journalism supported by ethic principles.

Key words: Machado de Assis; chronicle; newspaper; press critique.

Índice

Introdução	9
Entre palmas e piparotes	10
I Capítulo – A reforma pelo jornal	29
A modernização e a crônica no Brasil	31
A crônica: tudo começou numa conversa de vizinhas	33
Museu de grandes novidades	37
Lugar de jornalista é na rua!	46
Nos caminhos da estética da recepção	51
Ares de conselheiro do leitor	56
Raízes do leitor brasileiro	64
A mistura do útil e do fútil	66
A imprensa como “república do pensamento”	77
II Capítulo – A reforma no jornal	83
Do entusiasta ao fiscal ético	85
A opinião pública: uma “metáfora sem base”	91
Soberba, generalização apressada e notícia inventada	95
“Espreme que sai sangue!”: o jornalismo com sede de violência	98
Liberdade submetida à propriedade	115
O mal do “oficialismo”	119
Conclusão	130
Machado de Assis e a imprensa: uma relação pendular	132
Bibliografia	135
Bibliografia de Machado de Assis	135
Bibliografia sobre Machado de Assis	138
Bibliografia geral	141
Anexo (à parte)	
Seleção das crônicas estudadas de Machado de Assis	

Introdução

A primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, é o derramamento fácil em todos os membros do corpo social. Assim, o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. A propaganda assim é fácil; a discussão do jornal reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade ínfima recebe, aceita, absorve sem labor, sem obstáculo aquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela arguição de fatos. Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levanta, uma reforma que se coroa.

Machado de Assis, em "A reforma pelo jornal", de 23/10/1859.

Entre palmas e piparotes...

Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes se propõe revelar e analisar uma faceta pouco estudada do escritor: a do cronista que se debruça sobre as proezas e mazelas do jornalismo. Gênero híbrido que se posiciona entre o jornalismo e a literatura, a crônica foi utilizada por Machado de Assis como meio para se comunicar com os seus leitores, entre 1859 e 1900. Em seu tempo, a profissão de jornalista não era regulamentada e não havia muita diferenciação entre a atividade de literato e a de cronista. Pode-se dizer que o escritor se encontrava num ‘entre-lugar’, numa fronteira, transportando idéias de um lado para o outro, enriquecendo o cronista com o homem das letras e vice-versa. Ao longo de sua intensa trajetória como jornalista/cronista, Machado escreveu também sobre a própria atividade, diagnosticando problemas e sugerindo soluções para uma adequada atuação da imprensa.

Enquanto as “palmas” representam as ocasiões em que o cronista aplaude a imprensa de forma entusiasmada, os “piparotes”¹ podem muito bem simbolizar um misto de petelecos e cascudos desferidos por Machado de Assis aos que cometem abusos de poder nos jornais, quando estes cometiam deslizes de caráter ético e editorial. As críticas machadianas direcionadas à imprensa variavam de tom, ora eram feitas de forma enérgica, ora, de forma sutil. Na juventude, nosso escritor foi um dos responsáveis pela formação e consolidação da imprensa no Brasil, considerando-a, conforme o exposto na crônica “O jornal e o livro”, de 10 e 12/01/1859, “a verdadeira forma da república do pensamento”². Mais tarde, com a experiência adquirida na prática jornalística, ele atuou

¹ Termo resgatado do próprio vocabulário machadiano, expresso nas advertências ao leitor em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: “A obra em sim mesma é tudo: se te agrada, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agrada, pago-te com um piparote, e adeus” (1997: 513) (grifo meu).

² Esta definição machadiana de jornalismo incentivou a realização de um trabalho de iniciação científica, em parceria com a pesquisadora Gabriela Kórossy. Fizemos uma série de apontamentos sobre a contribuição da utopia de Machado de Assis – o jornalismo como república do pensamento – na aura romântica que confere ao jornalista uma espécie de ‘complexo de Clark Kent’, tendo em vista a sua missão enquanto ‘super-herói’ de reformar o mundo, ao noticiar destemidamente a verdade em nome do povo, ente idealizado que passa a confundir-se com o público leitor/receptor. Aproveitando aquela impressão em particular, aliado ao estudo das características do jornalista e do cronista, destacado em outras crônicas de Machado de Assis, no que tange à liberdade de estilo e à busca pela informação, sistematizei tais estudos na monografia de conclusão do curso de jornalismo, *Como a crônica machadiana lê o jornal*, defendida em novembro de 2001.

em outra frente: colaborou de forma atuante para a consolidação do jornalismo, cobrando em nome da população a dívida democrática contraída pela imprensa, visto que esta atividade, ao invés de se pautar pela possibilidade de intervenção social, tomada enquanto linha de mudança, havia privilegiado em seu certame noticioso os donos do poder e o sensacionalismo.

Além da admiração que tenho pela obra machadiana, as crônicas, em especial, ocuparam um papel importante na minha formação como jornalista. Dentre os diversos artigos que fundamentam a formação da imprensa brasileira, um texto – “A reforma pelo jornal”³, publicado no periódico *O Espelho*, em 23 de outubro de 1859, e um jornalista – Machado de Assis me marcaram como tatuagem. Percebi ali uma concepção de jornalismo que até hoje traduz as minhas intenções quanto ao ofício que escolhi exercer. Na crença machadiana, o jornalismo no Brasil oitocentista funcionaria como agente capaz de popularizar o saber, que antes se concentrava nas mãos de poucos, e de interferir nas decisões políticas, econômicas e sociais de uma nação, ao ambientar o espírito democrático e desarticular a “organização desigual e sinuosa da sociedade” (1997: 964). Naquele artigo, nosso escritor realizou, de forma mais acentuada, uma propaganda positiva da imprensa. Era preciso legitimá-la como uma necessidade vital, pois caberia a ela reformar a sociedade brasileira, que se encontrava no abismo da escravidão e do analfabetismo.

Na referida crônica, Machado descreveu o jornalista como um personagem ímpar (um herói), motivado por vínculos de paixão e estoicismo que o levam à busca da verdade e ao exercício da profissão, entendida como ‘missão’ repleta de responsabilidade social. Porém, após construir tal paradigma, o escritor elabora um parecer bastante realista a respeito da atividade da imprensa no país: “o jornal aqui não está à altura da sua missão” (1997: 964). Ainda moço, constata-se que o cronista já utilizava a sua pena para expor os valores e métodos da imprensa brasileira no tocante à sua filosofia editorial, para que o público leitor avaliasse tais condutas e pudesse conhecer os meandros do ofício jornalístico.

³ Li esta crônica pela primeira vez na disciplina *Formação da imprensa brasileira*, lecionada no segundo semestre de 1999, pelo professor Lunde Braghini Júnior, quando cursava Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

A leitura de “A reforma pelo jornal” nos permite compreender um importante período da história da imprensa brasileira, passada a limpo pela pena de um dos nossos maiores cronistas. Aquele texto serviu para despertar uma curiosidade em mim: será que existiriam outras crônicas em que Machado de Assis revelasse os seus métodos de fazer jornalismo? Caso houvesse, será que não estaria na hora de incluir Machado de Assis no rol de jornalistas que já se debruçavam sobre o papel ético da imprensa, baseado no equilíbrio entre a ampla liberdade de informar e a responsabilidade no exercício dessa liberdade?

Se o meu primeiro contato com a crônica machadiana foi marcado em grande valia pelo elogio do escritor à imprensa, as crônicas de 14/03/1885 e de 16/09/1894 expuseram uma sofisticada crítica ao sensacionalismo, principal alvo de Machado de Assis no tocante à luta pela ética e pela qualidade editorial, no trabalho jornalístico. O contato com as crônicas até aqui mencionadas e com outros textos de Machado que lidaram com a imprensa me permitiu articular o pensamento de um homem das letras que ora se empolgava com o poder revolucionário da imprensa, ora presenteava aqueles que feriam a ética jornalística com uns petelecos. Ou melhor: piparotes.

Considerando o fato recorrente de que o papel social do jornalismo e do jornalista serviu de tema para muitas crônicas de Machado de Assis, é possível afirmar que o nosso escritor atuou como crítico da imprensa? Responder a esta indagação motiva este trabalho, que tem como objetivo geral estudar a crítica realizada por Machado em suas crônicas, à imprensa de seu tempo. Esta dissertação procura atuar em dois objetivos específicos: o de se debruçar sobre as crônicas que o autor de *Iaiá Garcia* escreveu a respeito do jornal, do jornalista e da imprensa em geral; e o de analisar as fases da trajetória de Machado cronista: a primeira, fascinado com o poder do jornal, depois, atuando como crítico ferrenho da imprensa. Se existe diferença entre essas fases, não há oposição, mas sim desabrochamento, amadurecimento. Essas duas linhas de força se afirmam e se negam, mas também se combinam, se enroscam, se enlaçam, ocasionando a principal tensão dramática do jornalismo concebida por Machado de Assis. Concordo com a análise de Afrânio Coutinho, a respeito da trajetória dos romances machadianos, que, a meu ver, pode ser estendida no que tange à evolução perceptiva do cronista a respeito do jornalismo: “o desenvolvimento de Machado de Assis é um longo processo de

maturação, ao longo do qual vai acumulando experiência e fixando vivências, que gerarão o seu credo espiritual e estético e sua concepção técnica” (1966: 15).

É fascinante saber, conforme analisa o crítico literário Barreto Filho, que, no ofício de cronista, Machado de Assis começa a ouvir o seu “demônio interior” e a se expressar de acordo com a vontade de seu próprio espírito: “surgirá do cronista o contador de histórias da cidade, pilhérico, irônico, amargo ou evocativo” (1997:100).

A escolha do tema justifica-se também pela importância histórica das crônicas machadianas para o estudo da formação da imprensa brasileira, e pela atualidade das questões suscitadas, ao longo desses textos, para a compreensão das virtudes do jornalismo e também dos seus defeitos. Outro motivo que me levou a escolher tal abordagem foi uma observação feita por um importante estudioso da obra machadiana, John Gledson: “é espantoso como se tem estudado pouco, de maneira mais séria, o jornalismo de Machado” (1986:115).

Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga, em sua tese *Folhetim (1977-1989) – Rapsódia de uma década perdida* (2001), considera Machado de Assis e o argentino Domingos Faustino Sarmiento (1811-1888) como dois nomes fundamentais para que se compreenda o papel do periodismo cultural e literário na América Latina. Para Chaga, a compreensão do jornalismo enquanto fenômeno político pode ser percebida de forma “indireta” nos textos machadianos, pois o cronista via o jornal “como um veículo irônico que, ao mesmo tempo em que fornecia entretenimento, possuía uma incrível inclinação crítica”. Já nos textos de Sarmiento, Chaga verifica, de forma “direta”, uma concepção do jornalismo como “instrumento de libertação política do jugo colonial (...). Nesta perspectiva, nós temos uma versão dramática sobre o papel que o periodismo deveria desempenhar, tanto como um meio de nos libertar, quanto uma meta para nos guiar rumo à nossa emancipação.”(CHAGAS, http://www.cce.ufsc.br/~nelic/Tese_Marco?index_tese.htm).

Se levarmos em conta principalmente as crônicas de encantamento de Machado em relação à imprensa, não esquecendo contudo de considerar os textos que revelam momentos de “ilusões perdidas”, advindas de um jornalismo que começava a ser calcado pelo pragmatismo e pelo sensacionalismo, perceberemos que, também de forma

“direta”, o cronista confere ao jornalismo um papel político preponderante, como tribuna ampliada das diversas correntes de idéias, de ações e de poder no Brasil oitocentista.

Por pretender estudar os parâmetros estabelecidos por Machado de Assis em busca do correto exercício do jornalismo, busco, numa expressão literária ainda pouco estudada do autor – a crônica – , as pontuações a respeito do papel social da imprensa, da relevância da função do jornalista e do folhetinista, além de verificar um amadurecimento progressivo do cronista carioca em relação a sua noção de jornalismo, quando passa a desempenhar a função de crítico da imprensa. Maria Nazaré Lins Soares comenta como se deu esse processo de maturação da expressão machadiana a respeito do jornal:

Essa linguagem [a da imprensa] ele conheceu nos seus efeitos últimos, como qualquer leitor assíduo de jornais, e ele foi um; mas sobretudo viu-a nascer, acompanhou as circunstâncias de sua implantação nas redações de jornais em que trabalhou. Compreende-se, portanto, que não lhe escaparia esse gênero de linguagem, que ademais da inautenticidade expressiva trazia consigo ou denunciava a inautenticidade moral: a imprensa, em vez de cumprir a tarefa de formar opinião, limitava-se à prática do embuste. Preocupado com problemas de expressão, o escritor descobre-lhes as implicações éticas, diagnosticando uma efemeridade moral pelos sintomas que o estilo deixa entrever (SOARES, 1968: 40).

Esse trabalho de resgate das crônicas machadianas é necessário, pois as análises feitas por Machado de Assis mostram um pioneirismo na arte de radiografar a imprensa brasileira, apontando seus vícios e virtudes. As questões suscitadas podem muito bem fazer parte do debate contemporâneo sobre o fazer jornalístico. As crônicas de Machado de Assis descrevem um período muito importante da história do Brasil: a formação da imprensa, que marca o início da modernidade, e o conseqüente surgimento do observador crítico, responsável por avaliar e fiscalizar a atuação do jornal no cenário social.

Não é escusado lembrar que, por mais de quarenta anos (1859-1900), Machado exerceu regularmente a função de cronista nos mais diversos periódicos fluminenses. O seu trabalho como jornalista/cronista na imprensa brasileira realizou o seguinte percurso:

Periódico:	<i>O Espelho</i>
Período:	11/09/1859 a 23/10/1859
Seção:	“Aquarelas” (11/09/1859 a 30/10/1859) “Os imortais” (18/09/1859 a 25/09/1859) “A reforma pelo jornal” (23/10/1859)
Assinatura/Pseudônimo	Sem assinatura

Periódico:	<i>Diário do Rio de Janeiro</i>
Período:	1º/11/1861 a 05/05/1862; 12/06/1864 a 16/05/1865; 05/03/1867 a 12/03/1867.
Seção:	“Comentários da semana” (1º/11/1861 a 05/05/1862) “Ao acaso (crônicas da semana)” (12/06/1864 a 16/05/1865) “Cartas Fluminenses” (05/03/1867 a 12/03/1867)
Assinatura/Pseudônimo:	Gil (1º/11/1861 a 1º/12/1861) M.A. (16/12/1861 a 24/12/1861; 1º/04/1862 a 05/05/1862) Job (05/03/1867 a 12/03/1867)

Periódico:	<i>Semana Ilustrada</i>
Período:	08/12/1861 a 26/06/1864; 22/10/1871 a 02/02/1873.
Seção:	“Crônicas do Dr. Semana” (08/12/1861 a 26/06/1864) “Badaladas” (22/10/1871 a 02/02/1873)
Assinatura/Pseudônimo:	Dr. Semana (08/12/1861 a 26/06/1864; 22/10/1871 a 02/02/1873) Dr. Semanopatha (15/03/1863)

Periódico:	<i>O Futuro</i>
Período:	15/09/1862 a 1º/07/1863
Seção:	“Crônicas” (15/09/1862 a 1º/07/1863)
Assinatura/Pseudônimo	Sem assinatura

Periódico:	<i>Ilustração Brasileira</i>
Período:	1º/07/1876 a 04/1878
Seção:	“História dos quinze dias” (1º/07/1876 a 1º/01/1878) “História dos trinta dias” (02/1878 a 04/1878)
Assinatura/Pseudônimo:	Manassés (1º/07/1876 a 04/1878)

Periódico:	<i>O Cruzeiro</i>
Período:	02/06/1878 a 1º/09/1878
Seção:	“Notas Semanais” (02/06/1878 a 1º/09/1878)
Assinatura/Pseudônimo:	Eleazar (02/06/1878 a 1º/09/1878)

Periódico:	<i>Gazeta de Notícias</i>
Período:	02/07/1883 a 06/11/1885; 12/09/1886 a 24/10/1886; 1º/11/1886 a 24/02/1888; 05/04/1888 a 29/08/1889; 24/04/1892 a 28/02/1897; 04/11/1900 a 11/11/1900.
Seção:	“Balas de Estalo” (02/07/1883 a 06/11/1885) “Gazeta de Hollanda” (1º/11/1886 a 24/02/1888) “A+B” (12/09/1886 a 24/10/1886) “Bons Dias!” (05/04/1888 a 29/08/1889) “A Semana” (24/04/1892 a 28/02/1897; 04/11/1900 a 11/11/1900)
Assinatura/Pseudônimo:	Lelio (02/07/1883 a 06/11/1885) Malvólio (1º/11/1886 a 24/02/1888) João das Regras (12/09/1886 a 24/10/1886) Boas Noites (05/04/1888 a 29/08/1889) (anônimo) (24/04/1892 a 11/11/1900)

Os nomes das colunas nas quais eram publicadas as crônicas e o uso de pseudônimos são peças fundamentais para compreender o jornalismo de Machado de Assis. Destaco algumas seções que já carregavam nos seus títulos o perfil editorial do cronista. Em “Aquarelas”, por exemplo, Machado usa o disfarce do artista, que utiliza cada cor segundo a tonalidade que pede o assunto tratado. “Comentários da semana” propõe uma crônica que, mesmo diante de uma economia verbal e de uma necessidade de se ajustar a um espaço restrito no jornal, possa dentro da sua ligeireza e versatilidade oferecer uma interpretação crítica aos fatos reportados. Por meio de “Ao acaso (crônicas

da semana)”, o jornalista vai avançar na análise de acontecimentos de causa ignorada, ao mesmo tempo que persegue, a esmo, as pobres ocorrências do nada, as miúdezas que não ocupam as grandes atenções. “Cartas Fluminenses” pode ser lida como uma paródia das *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), obra-chave do arcadismo, marcada pela sátira e pelos ataques ao despotismo de Luís da Cunha Meneses, governador de Minas Gerais entre 1783 e 1788. Nestas crônicas, Machado de Assis alimentava-se de uma crítica picante de erros de políticos e da política brasileira, oferecendo textos que mais se assemelhavam a cartas abertas dirigidas à população. A seção “Crônicas do Dr. Semana” expõe o articulista capaz de fazer um diagnóstico da semana, por meio de um exame clínico dos acontecimentos. “Badaladas” remonta à expressão ‘dar ao badalo’, o que significa tagarelar. Além disso, o título faz alusão ao som do badalo, que pode sugerir que Machado de Assis procurava fazer ‘barulho’ em suas crônicas, como forma de chamar a atenção dos leitores para os destaques da semana. “História dos quinze dias” revela o cronista como aquele que precisa selecionar os assuntos que vão entrar para a História. “Notas semanais” é o momento em que Machado atua como colunista, produzindo pequenas histórias ou compartimentos mesclados de informação e opinião em uma mesma crônica. Em referência àquelas bombinhas que fazem alguns ruídos quando atiradas ao chão, “Balas de estalo” atende ao mesmo princípio semântico de “Badaladas”, como resultado de crônicas que produzem som ao se chocar com as estruturas rígidas do poder. “A+B” revela um jornalista responsável por somar cada elemento ou cada assunto a fim de associar notícias que se encontram dispersas, em estado bruto. “Bons Dias!” é o cumprimento que o cronista faz questão de dar ao leitor antes de começar a empreitada jornalística, que serve também para estreitar os vínculos com os leitores no transcorrer da conversa textual. “A Semana” apela para a noção de que, no espaço de sete dias, Machado precisa transmitir ao leitor o retrato daquele período.

Segundo Raimundo Magalhães Júnior (1956) e Eduardo de Assis Duarte (2005), a utilização de pseudônimos por Machado de Assis poderia ser explicada de diversas formas, dentre as quais a utilização de um procedimento da ficção em que o autor se esconde atrás de uma *persona*, o disfarce de autoria como proteção do anonimato perante a censura, o gesto de legítima defesa em favor da liberdade da

expressão e, por fim, a comprovação da natureza autoritária do Império e da classe senhorial, obrigando a maioria dos jornalistas a apelarem para essa estratégia.

Tendo em vista o clima de opressão que marcou o tempo do Império, Machado de Assis assim como outros jornalistas utilizavam o pseudônimo em defesa da sua integridade física e moral. Como funcionário público, caso expusesse sua identidade, nosso escritor teria grande chance de perder o emprego. O pseudônimo permitiu que Machado disfarçadamente pudesse efetuar suas críticas ao poder, sem colocar em risco o seu sustento. Tal atitude teve como parâmetro uma série de episódios em que os opositores do regime oficial foram vitimados pela censura. Magalhães Júnior conta um episódio que ilustra muito bem esses atentados à liberdade de imprensa, ocorridos no Império:

Tavares Bastos, um dos grandes talentos do seu tempo, parlamentar ilustre com a visão de autêntico estadista, fôra despojado de seu emprego na Secretaria da Marinha, como castigo pelas críticas que fizera ao almirante Joaquim Inácio de Barros, mais tarde Visconde de Inhaúma, quando era este Ministro da Marinha. Embora amigo pessoal do Imperador, que o recebia em São Cristóvão na intimidade, para com ele discutir em longos serões as traduções das “Fábulas” de La Fontaine, o Barão de Paranapiacaba fôra demitido, em 1886, pelo Barão de Cotegipe, então presidente do Conselho, de seu alto cargo no Ministério da Fazenda, – o de diretor do Contencioso, – por ter se manifestado publicamente favorável à abolição da escravatura. E só depois de alcançado esse objetivo, pela lei de 13 de maio de 1888, veio ele a ser readmitido, por interferência direta do Imperador junto a João Alfredo (1956: 6).

Além do objetivo político, cada pseudônimo revela um tipo de assinatura que vai motivar um certo estilo, dependendo das intenções de Machado quanto à sua filosofia editorial. As iniciais M.A., por exemplo, podem significar no primeiro momento o próprio nome do nosso escritor. Acontece que, na crônica de 11 de setembro de 1864, escrita para o *Diário do Rio de Janeiro*, o cronista explica que as iniciais significam “muito abelhudo” ou “muito amável”. Aliás, tais atitudes vão marcar Machado de Assis no conjunto de suas análises, incluindo aí as situações em que ele é delicado com a imprensa e também atrevido ao expor as mazelas daquele veículo de comunicação.

Outro ponto importante a ser destacado é a intertextualidade existente entre as crônicas de Machado de Assis e as de José de Alencar. O fato de Machado destacar

Alencar como “chefe de nossa literatura”, em “Balas de estalo” de 16/12/1883, revela a reverência e a influência deste nas manifestações literárias daquele. As conversas com Alencar na livreria de Baptiste Louis Garnier foram determinantes para que Machado lapidasse a sua expressão como escritor, incluindo aí sua atuação marcante como cronista. O autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* retrata esses diálogos como memoráveis: “sentados os dois, em frente à rua, quantas vezes tratamos daqueles negócios de arte e poesia, de estilo e imaginação, que valem todas as canseiras deste mundo” (*apud* VIANNA FILHO, 1981: 136). A morte de Alencar, em 12 de dezembro de 1877, abalou Machado não só por ter perdido um amigo, mas também, por perder uma referência que fora crucial em seus primeiros passos como escritor e jornalista:

Jamais me esqueceu a impressão que recebi quando dei com o cadáver de Alencar no alto da essa, prestes a ser transferido para o cemitério. O homem estava ligado aos anos das minhas estréias. Tinha-lhe afecto, conhecia-o desde o tempo em que ele ria, não me podia acostumar à idéia de que a trivialidade da morte houvesse desfeito esse artista fadado para distribuir a vida (*apud* VIANNA FILHO, 1981: 337) (grifo meu).

Enquanto jovem, Machado de Assis vai ser contemporâneo de um Alencar com carreira jornalística já consolidada, e aclamado pela opinião pública como o grande cronista do Rio de Janeiro de seu tempo. Como parâmetro estilístico, há momentos em que Machado vai parodiar certos lugares textuais já visitados anteriormente por Alencar. Entretanto, isso não representa uma limitação temática e de expressividade, em que Machado se comporta como refém, reproduzindo meramente, sem subverter, a dinâmica do ofício do cronista, construída pelo autor de *O Guarani*. Tanto é que, com o transcorrer da experiência machadiana no jornalismo, ele consegue desenvolver uma identidade própria nos seus escritos, apresentando um mérito singular diante dos leitores e não se acomodando, portanto, na sombra deixada por José de Alencar.

A fim de estabelecer o *corpus* para o desenvolvimento dessa dissertação, foi feita uma seleção das crônicas de Machado de Assis conforme a constatação de dois momentos que englobam a postura do cronista em relação ao jornalismo: a fase de encantamento em relação à imprensa e o período em que Machado atua como crítico da imprensa.

Inicialmente, foi realizada uma leitura completa das suas crônicas para detectar as que se referiam ao jornal, e à imprensa como um todo. Foram selecionadas quarenta e duas crônicas para formar o *corpus* de análise da dissertação. São elas, listadas por ordem cronológica, respeitando a seqüência de título da coluna/nome da crônica⁴ (publicação, cidade, data): “O jornal e o livro” (*Correio Mercantil*, RJ, 10 e 12/01/1859), “A reforma pelo jornal” (*O Espelho*, RJ, 23/10/1859), “Aquarelas/O folhetinista” (*O Espelho*, RJ, 30/10/1859), “Comentários da semana” (*Diário do Rio de Janeiro*, RJ, 29/12/1861), “Ao acaso” (*Diário do Rio de Janeiro*, RJ, 11/09/1864), “História de quinze dias/Analfabetismo” (*Ilustração Brasileira*, RJ, 15/08/1876), “História de quinze dias/O boi” (*Ilustração Brasileira*, RJ, 15/08/1876), “História de quinze dias/Touradas” (*Ilustração Brasileira*, RJ, 15/03/1877), “História de quinze dias/ O nascimento da crônica” (*Ilustração Brasileira*, RJ, 1^o/11/1877); “Notas Semanais” (*O Cruzeiro*, RJ, 16/06/1878); “Notas Semanais” (*O Cruzeiro*, RJ, 14/07/1878); “Notas Semanais” (*O Cruzeiro*, RJ, 21/07/1878); “Notas Semanais/O ofício do cronista” (*O Cruzeiro*, RJ, 14/08/1878); “Notas Semanais/O vulgo e o intelecto” (*O Cruzeiro*, RJ, 1^o/09/1878), “Balas de estalo” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 24/11/1883), “Balas de estalo” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 16/12/1883), “Balas de estalo” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 17/02/1885), “Balas de estalo” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 14/03/1885), “Balas de estalo” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 03/04/1885), “Gazeta de Holanda” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 27/09/1887), “Bons Dias!/O cronista se apresenta” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 03/04/1885), “Bons Dias!” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 11/05/1888), “Bons Dias!” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 26/06/1888), “Bons Dias!” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 1^o/07/1888), “Bons Dias!” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 29/07/1888), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 30/04/1892), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 14/05/1893), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 06/08/1893), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 10/09/1893), “A Semana/Pergunta e resposta” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 05/11/1893), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 26/11/1893), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 1^o/01/1894) “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 1^o/07/1894), “A Semana/Canção dos piratas” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 22/07/1894), “A Semana/ O punhal de Martinha” (*Gazeta de Notícias*, RJ,

⁴ Escolhidos sob o critério de “indicação temática” (PAIXÃO, 1994: 10), os títulos que acompanham essas crônicas foram indicados pela *Folha de São Paulo*, responsável por uma coletânea de crônicas de Machado de Assis. Exceção a essa regra, são os títulos “O folhetinista”, “O jornal e o livro”, “A reforma pelo jornal”, “Canção de piratas” e “O punhal de Martinha”.

05/08/1894), “A Semana/ O cronista e a semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 16/09/1894), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 11/11/1894), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 13/09/1896), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 06/12/1896), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 31/01/1897), “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 14/02/1897) e “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 28/02/1897).

As crônicas foram então organizadas em dois grupos. O primeiro, constituído por “O folhetinista”, “O jornal e o livro” e “A reforma pelo jornal”, que ilustram a fase de encantamento do jornalista em relação à imprensa. O segundo, formado pelas crônicas destacadas das colunas “História de quinze dias”, “Notas Semanais”, “Balas de estalo”, “Gazeta de Holanda”, “Bons Dias!” e “A Semana”, que revelam a atuação de Machado na função de crítico da imprensa, quando o jornalismo praticado se enveredava pelos caminhos tortuosos do sensacionalismo e da manutenção do *status quo*.

Constatarei que a crítica tradicional da obra machadiana, em sua grande maioria, não se ocupa em estudar as crônicas de Machado de Assis, sob o viés de destacá-lo como crítico da imprensa. Parece-me que a idéia de crônica como “gênero menor” contribui para que esta seja ignorada ou minimamente analisada pelos críticos. Entretanto, Antonio Candido (1992) lembra que o escritor colaborou com o amadurecimento da crônica no país, abasileirando esta expressão híbrida entre o jornalismo e a literatura. Davi Arrigucci Jr. (1985) considera que Machado de Assis, ao praticar o folhetim, mostra-se escriba de coisas miúdas, e comenta:

Machado se afina pelo tom menor que será, daí para frente, o da crônica brasileira, voltada para as miudezas do cotidiano, onde acha a graça espontânea do povo, as fraturas expostas da vida social, a finura dos perfis psicológicos, o quadro dos costumes, o ridículo de cada dia e até a poesia mais alta que ela chega alcançar (...) (ARRIGUCCI JR, 1985: 48).

Diferentemente de Candido e Arrigucci Jr., que oferecem uma crítica panorâmica sobre a crônica machadiana, John Gledson (1986) realizou uma densa leitura alegórica das crônicas de Machado que tratam da questão da Abolição, refutando a velha opinião de que o nosso escritor teria ficado alheio às questões políticas e sociais do seu tempo. Foi uma tentativa louvável de mostrar que a crônica não deve ser descartada da análise da obra machadiana. Por sua vez, Roberto Schwarz (2000b), um profundo

conhecedor da obra machadiana, comenta, sem se aprofundar, que o cronista se desilude com os ventos liberais e com os ideais do progresso e da igualdade difundidos pela imprensa, visto que esta aparece no Brasil do século XIX como um dado essencialmente político. Em parte, a observação de Schwarz faz sentido, pois, Machado de Assis realmente migra do otimismo (na primeira fase em que se ocupa em contar os louros da imprensa) para a temperança (quando passa a criticar severamente o mau jornalismo). Porém, é preciso deixar claro que, ao criticar o jornal, Machado de Assis não deixa de acreditar numa imprensa mais justa em sua missão de informar e formar comportamentos. A potencialidade da imprensa faz com que o cronista não a deixe ficar conformada ou habituada em adotar linhas editoriais ou juízos de valor que prejudiquem a qualidade da informação veiculada. O cronista reconhece que a imprensa pode fazer muito mais pelo bem-estar da sociedade.

Em meio à vasta fortuna crítica do autor, selecionei algumas publicações que considere mais pertinentes ao meu estudo. Dentre as obras consultadas, destaco algumas, que passo a comentar rapidamente. A primeira é *Crônica: arte do útil e do fútil?*, de Wellington Pereira (1994), que, ao analisar as crônicas publicadas em *A Semana* (1892-1897), percebe que há no jornalismo de Machado algo destoante para sua época, considerando o modelo jornalístico em que estava inserido. O ensaísta sustenta a idéia de que o cronista se distancia das características do jornalismo do século XIX em dois níveis:

- a) Machado pratica uma certa arqueologia cultural, aproximando elementos da cultura “superior”, especificamente, os modelos da tragédia, enquanto gênero literário, dos fatos cotidianos, através de uma releitura das notícias, e dos fatos diversos; b) a informação assume novos valores nos escritos machadianos na imprensa diária. Machado de Assis não tem a preocupação de localizar a informação, mas de torná-la mais transparente possível (PEREIRA, 1994: 61).

Pereira ainda observa que Machado promove um “desmonte” da linguagem dos jornais da sua época, e amplia o universo de informações jornalísticas, não tomando como base os enunciados ideologicamente determinados. Ele comenta que, nas crônicas do escritor, “há uma preocupação estética, uma possibilidade de testar as variantes da informação que chega ao leitor” (PEREIRA, 1994: 61). Também revela que o cronista vai desconstruir o ‘altar’ que separa jornalista (“quem sabe”) do leitor (“quem escuta”), ao

promover uma relação afetiva e franca entre eles. Em meio ao relato noticioso, o cronista conversa com o leitor tratando-o como “amigo” ou como “obtusos”, dependendo do seu conhecimento sobre o assunto que está em pauta. Em pleno século XIX, Machado de Assis já estava preocupado em facilitar o entendimento de suas crônicas pelo leitor e em aproximar-se deste, ao estabelecer um “pacto” entre autor e leitor.

Outra ensaísta consultada foi Jeana Laura da Cunha Santos (2001), que faz uma aproximação entre Machado de Assis cronista e o filósofo e radialista Walter Benjamin. Segundo ela, ambos buscavam

no atrás do tempo aquilo que podia engrossar a compreensão do instante para empurrá-lo para a frente, sempre para a frente da história, na busca de um futuro redimido. Tal onda deveria acordar a humanidade de seu sono coletivo capitalista, sacudi-la e emancipá-la de vez da história oficial e do tempo cronológico dos relógios oficiais (SANTOS, 2001: 90).

De acordo com a pesquisadora, diante da velocidade proporcionada pelas inovações tecnológicas e pelo progresso, as crônicas de Machado de Assis, assim como os ensaios de Walter Benjamin, estavam à cata de imagens alegóricas que pudessem ser fotografadas por eles, com o objetivo de fazer a humanidade refletir e pensar duas vezes antes de empenhar os ensinamentos da experiência em troca da moeda miúda do atual.

Ressalto ainda os trabalhos de Marília Rothier Cardoso (1990) e de Lúcia Granja (2000), que estudam diretamente a atuação de Machado de Assis como jornalista. Considero a tese *A Gazeta de bruxo*, de Marília Rothier Cardoso, como um dos trabalhos mais elaborados a respeito de Machado de Assis jornalista. A tese foi decisiva para me auxiliar na constatação de que Machado, no primeiro passo, confiou no potencial transformador do progresso no qual a imprensa funcionaria como força civilizatória, e, depois, passou a compor um discurso de questionamento de todos os ideais novos e de relativizações de todas as expectativas. Neste momento, o jornalista chama a atenção dos ‘pecados’ cometidos pela imprensa do seu tempo. Por sua vez, ao estudar as crônicas iniciais de Machado de Assis, no jornalismo de engajamento liberal que exerceu no *Diário do Rio de Janeiro*, Granja considera que o cronista antecipa procedimentos que utilizará mais tarde, na sua escrita de romancista consagrado, tais como o narrador não confiável. De acordo com a autora, graças à abertura do gênero, a crônica estimulou o

exercício da flexibilidade e da invenção: o narrador irônico machadiano origina-se no comentário da crônica. Tal posicionamento é ratificado em um outro estudo de Jeana Laura da Cunha Santos, no qual ela mostra que *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é “um amontoado de crônicas e sub-enredos”, constatando que o convívio de Machado com a atividade jornalística contribuiu para “o salto estrutural e crítico que foi *Memórias*” (1999: 114).

Como vimos, portanto, não se pode restringir o campo de atuação da crônica machadiana a um mero ‘laboratório ficcional’ para o desenvolvimento do romance. É preciso desmontar a velha idéia de que o romance machadiano é a obra-prima ou o produto final resultante dos sucessivos ensaios ou “rascunhos” que seriam as crônicas. Valentim Facioli (1982) suspeita que, antes mesmo da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, obra divisora de águas da literatura brasileira, Machado de Assis, por volta de 1874, já adotava o estilo jornalístico dentro do romance. Roberto Schwarz, em *Um mestre na periferia do capitalismo*, informa que existem fortes indícios de que o caráter “pouco sério” da crônica, “com intuito de recreio” (2000a: 231), possa ter servido de suporte formal para o desenvolvimento da ironia com que Machado retrataria, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, a elite burguesa do período, e seu afã pela importação de novidades. Já Ubiratan Machado afirma categoricamente que “a prática jornalística diária exerceu uma influência sensível sobre a atividade de Machado como escritor. Obrigou-o a escrever com simplicidade e graça, a evitar os ‘colarinhos do estilo grave’” (1998:21).

Outro ponto de apoio ao estudo das crônicas de Machado de Assis foi a pesquisa de Márcio Cícero Cavallini (1999) que, a exemplo de Lúcia Granja, dedicou-se ao estudo da militância liberal de Machado no *Diário*. Porém, ele se ateu ao ponto-de-vista histórico-político deste momento, diferentemente da pesquisadora, que abordou o tema mais centrado nas questões literárias. Cavallini analisa como no caso dos liberais do *Diário* o conceito de “povo” assume um valor revolucionário. É depositado nele todo o anseio da liberdade e da democracia. Por isso, os próprios liberais, com os quais simpatizava Machado de Assis, deveriam se colocar ao lado do povo, como seus representantes políticos, em oposição ao despotismo conservador.

Júlio César França Pereira (2001) também traz importante contribuição ao estudo do jornalismo machadiano. O pesquisador destaca a atuação do cronista no *Gazeta de Notícias*, último jornal em que trabalhou. Fundamentado na teoria do narrador de Walter Benjamin, ele posiciona Machado como “cronista ético por excelência”, por ter exercitado uma escrita de resistência ao declínio das experiências intercambiáveis e ao fim da arte de narrar, desempenhando o papel de conselheiro e de transmissor de um saber alheio aos discursos hegemônicos da época. Nesse momento, já não se avista o jovem Machado que via no jornal uma tribuna privilegiada para a reforma do gosto do público. A discussão econômica que dominava as páginas dos jornais, fundada em aspectos técnicos insondáveis para os não especialistas, mascarava os reais problemas e despolitizava o debate de idéias. Enfadado pelo destino que as coisas tomavam, o escritor confessa nada entender de finanças, como já havia dito anteriormente sobre a política. Machado passa a admitir que seu conhecimento tornava-se infecundo, e ele não podia mais exercer o papel do crítico de uma sociedade regida por uma lógica e por uma moral alheias à sua atitude ética diante do mundo. Sem ignorar as causas pelas quais o autor pára de escrever regularmente para jornais em 1897, tais como, problemas de saúde, ceticismo, sensação de dever cumprido, “tédio à controvérsia” e incompatibilidade com o governo republicano, o pesquisador apresenta uma hipótese ousada para tal postura: “o abandono da produção cronística pode ter sido um desvio deliberado em direção à narrativa ficcional. O escritor teria avistado, no romance, condições de ação ética e de experimentação estética que a crônica não mais propiciava” (PEREIRA, 2001:6).

Não poderia deixar de destacar ainda o estudo sobre a *Gazeta de Notícias*, realizado por Marialva Barbosa (2000), que também analisou a atuação de outros jornais matutinos existentes no Rio de Janeiro, entre 1880 e 1920. Ela aponta que a *Gazeta de Notícias* tinha como diferenciais de mercado o estilo popular, o valor literário respaldado no elenco de consagrados escritores e a inauguração do sistema de venda de exemplares avulsos, por meio de jornaleiros, que gritavam o nome do jornal por todos os cantos da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a pesquisadora, “popularizar significava valorizar o grotesco, o violento, as matérias policiais. Essa valorização, muitas vezes levada ao extremo, faz com que os fatos policiais, as tragédias do cotidiano, as

catástrofes sejam, de fato, o assunto principal” (BARBOSA, 2000: 14). Conforme verificaremos mais adiante, Machado de Assis dedicou uma série de crônicas da *Gazeta* para criticar o sensacionalismo praticado pela imprensa em nome dessa suposta popularização. Infelizmente, tal atitude ética não é sequer mencionada no livro de Barbosa, constituindo uma grave lacuna ao estudo. No capítulo dedicado ao perfil dos principais jornalistas daquela época, Machado de Assis não se encontra na lista da historiadora, mesmo sendo um cronista de destaque e sócio da *Gazeta*. Em todo o livro, resta apenas o seguinte registro: “nesse jornal Machado de Assis escreve os seus ‘Bons Dias e Boas Noites’, desde 1882” (BARBOSA, 2000: 43).

Busquei o arcabouço teórico oferecido por Alberto Dines (1982) para balizar a hipótese de que Machado de Assis pode ser considerado um dos pioneiros no exercício da observação crítica da imprensa, exercendo a função de crítico do jornal. Os trabalhos de Ciro Marcondes Filho (1989 e 2000) relativos, respectivamente, à periodização das etapas históricas do desenvolvimento da imprensa no Brasil e à análise do discurso da imprensa sensacionalista, serviram como parâmetro para contextualizar as linhas editoriais contemporâneas ao jornalismo exercido por Machado de Assis, além de me auxiliar no destaque do cronista como patrulheiro da ética jornalística.

Esta dissertação dispõe de dois capítulos em seu desenvolvimento: I) A reforma pelo jornal e II) A reforma no jornal. No primeiro, destaco a fase em que o jornalismo recebe as palmas de Machado de Assis, que acredita na imprensa como um veículo democrático e moderno, capaz de promover mudanças significativas e positivas na vida do cidadão comum. No segundo, apresento um Machado de Assis mais tarimbado em relação ao jornalismo, que desenvolve crônicas capazes de relatar uma imprensa distante dos pressupostos da “república do pensamento”. O sensacionalismo é o principal alvo de sua crítica aos jornais que adotam esse modelo editorial. Outros deslizes cometidos pela imprensa, tais como a generalização apressada, a soberba, a invenção de notícias, a falta de estilo ao contar histórias, a exclusão de leitores devido ao analfabetismo, a falácia da opinião pública, o erotismo de publicidade, um certo gosto em endossar a opinião dominante não passaram despercebidos pela pena do cronista.

Para aqueles ou aquelas que têm curiosidade em conhecer as crônicas de Machado de Assis, cabe alertar que a *Obras completas de Machado de Assis*, da editora

W.M. Jackson Inc. (1938) e (1955), reúne um maior número de crônicas que a *Obra completa* organizada por Afrânio Coutinho, e publicada pela editora Nova Aguilar (1997). Para complementar a tarefa de resgate dos textos jornalísticos de Machado, vale consultar também as antologias, como é o caso de *Machado de Assis: crônicas escolhidas*, organizada por Fernando Paixão pela Editora Ática (1994). Como os textos machadianos selecionados para compor esta dissertação encontram-se distribuídos de forma esparsa, eles foram reunidos em um anexo que acompanha este trabalho.

Antes de analisar as crônicas de Machado de Assis a respeito do jornal, do jornalista e da imprensa em geral, e de verificar as fases de sua trajetória de cronista, considero necessário resgatar as noções machadianas do gênero crônica como meio de expressão, além de destacar os diversos tipos de leitor flagrados pela lente enigmática do nosso autor. As observações do romancista a respeito do jornalismo ganham um “colorido” todo especial por serem feitas a partir de uma reflexão sobre as características do gênero crônica e da necessidade de aproximar o jornalista do público leitor. Para que Machado de Assis alcançasse o nível de transcendência em matéria de crítica à imprensa, foi preciso que ele tomasse conta também dos conceitos que cercavam o seu ofício de cronista, culminando em um exercício de apurada metalinguagem.

I Capítulo

A reforma pelo jornal

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções.

Machado de Assis, em “O jornal e o livro”, de 10 e 12/01/1859.

Vivemos seis dias a espreitar os sucessos da rua, a ouvir e palpar o sentimento da cidade, para os denunciar, aplaudir ou patear, conforme o nosso humor ou a nossa opinião, e quando nos sentarmos a escrever estas folhas volantes, não o fazemos sem a certeza (ou a esperança!) de que há muitos olhos em cima de nós. Cumpre ter idéias, em primeiro lugar; em segundo lugar expô-las com acerto; vesti-las, ordená-las, e apresentá-las à expectativa pública. A observação há de ser exata, a facécia pertinente e leve; uns tons mais carrancudos, de longe em longe, uma mistura de Geronte e de Scapin, um guisado de moral doméstica e solturas da Rua do Ouvidor...

Machado de Assis, em “O ofício do cronista”, de 14/08/1878.

A modernização e a crônica no Brasil

Antes de analisar propriamente as crônicas machadianas, vejamos um pouco da história deste gênero. Começamos retratando um pouco a história do jornalismo e as mudanças nele operadas na segunda metade do século XIX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e, que, inevitavelmente, chegariam a passos curtos aqui no Brasil. Segundo Eleazar Diaz Rangel, em “A notícia na América Latina: mudanças de forma e conteúdo” (1981), em seu princípio, o jornalismo era um instrumento nas lutas sociais e políticas, identificado com os partidos, difusor de opinião, escrito em estilo literário que apenas reservava espaços para a informação. Na segunda metade do século XIX, o surgimento de vários inventos e inovações tecnológicas (o telégrafo em 1840, a rotativa em 1864, o cabo submarino em 1850, a expansão das linhas férreas de 1828-1850, o linotipo em 1886, o aperfeiçoamento da fotografia em 1897), o crescimento da população urbana, a diminuição do analfabetismo e o desenvolvimento do correio aumentaram sensivelmente a circulação dos jornais. Essas mudanças refletiram-se no conteúdo: se nos séculos XVIII e começo do século XIX a opinião tinha espaço garantido, ela começaria a perder terreno e a ser desvinculada da informação. A separação entre informação e opinião veio a se consolidar no século XX e, desde então, os fatos passam a ser considerados ‘sagrados’ e a opinião é entendida como livre, cabendo ao leitor tirar as próprias conclusões a respeito da notícia dada. Estes princípios são a base da doutrina da objetividade que marcou o fim de uma época na qual a notícia sempre se encontrava salpicada de comentários do autor. Neste sentido, a linguagem literária e a informação comentada cedem espaço para a estrutura conhecida como “pirâmide invertida”, onde os fatos mais importantes são concentrados no primeiro parágrafo do texto jornalístico.

Mas, se esta era uma tendência dos novos tempos modernos, demorou um pouco para que tal estrutura fosse plenamente adotada pelos jornais brasileiros. Assim, escritores como Machado de Assis, José de Alencar, Raul Pompéia, José Veríssimo, entre outros, continuaram fazendo seu jornalismo com um viés predominantemente literário, no período de transição entre o Segundo Império e o começo da República. Esta tendência jornalística era profundamente marcada pela crônica, gênero um pouco difuso

como podemos constatar seguindo a leitura do artigo de Marlyse Meyer a respeito do folhetim. Segundo a autora, imitando o que já acontecia em Paris, sob a rubrica “variedades”, publicava-se, nas folhas nacionais, matérias traduzidas, resenhas, folhetins literários (o romance-folhetim), crônicas, etc. Neste sentido, tanto o conceito de crônica quanto o que ela designa por folhetim é impreciso aqui no Brasil. Conforme Meyer, a crônica se abrigaria sob a denominação folhetim: “são movediças (...) as fronteiras entre os numerosos escritos abrigados no hospitaleiro folhetim” (1992: 127). Depois de traçar todo o percurso do folhetim, Meyer fala dos “outros textos”:

Cães vadios, livres farejadores do cotidiano, batizados com outro nome vale-tudo: a crônica. Cães sem dono, também, que são na maior parte anônimos ou assinados com iniciais. Envergonhados, quem sabe, de um escrito que não se enquadra propriamente num gênero, que é quase uma fala, coisa de casa, useira e vezeira, literatura de pé-de-chinelo. O que não é pejorativo (...) (1992:128).

Como a própria etimologia revela, a crônica (do grego *choruns*) faz parte da história do tempo vivido. É uma escrita do tempo e sobre o tempo, ou seja, além de incorporar o tempo em sua forma estrutural, ela também discorre sobre o tempo, misturando ficção e história. Segundo Margarida de Souza Neves,

se em sua acepção original, aquela da linhagem dos cronistas coloniais, ela [a crônica]pretende-se registro ou narração dos fatos e suas circunstâncias em sua ordenação cronológica, tal como estes pretensamente ocorreram de fato, na virada do século XIX para o século XX, sem perder seu caráter de narrativa e registro, incorpora uma qualidade moderna: a do lugar reconhecido à subjetividade do narrador (1992: 82).

Gênero literário difundido no Rio de Janeiro na virada do século, a crônica, além de uma narrativa do cotidiano, apresenta-se como relato de um tempo social. Ela retrata em *flashes* todo o processo de modernização do período e ela própria propaga-se através de um veículo bem ao estilo do tempo: o jornal. A crônica se espelha no modelo parisiense e se difunde sobretudo no Rio de Janeiro, “síntese e microcosmo do Brasil” (NEVES, 1992: 84). Margarida de Souza Neves destaca a convergência entre todos os cronistas da época ao retratar o tempo como transformação em direção ao ‘novo’. O

bond, por exemplo, seria utilizado como uma alegoria do progresso. Fotos, enfim, de um tempo de mudança, a que Machado, sem dúvida, foi um dos melhores retratistas.

A crônica: tudo começou numa conversa de vizinhas

As crônicas de 1^o/11/1877, 14/08/1878, 05/04/1888 e 16/09/1894 são marcados pelo exercício da metalinguagem. Nesse sentido, Machado de Assis aproveitou aquelas oportunidades para especular a respeito da origem do gênero assim como para caracterizar as estratégias utilizadas na apurada observação e julgamento dos fatos da semana. Buscou também compartilhar com o leitor o seu estilo de fazer crônica, apresentando certas particularidades no trato com o público, deixando explícitas suas preferências temáticas, pois nem tudo o que era destaque no noticiário era de seu agrado.

Apurei da leitura dessas crônicas que, antes de Machado de Assis se enveredar para o fogo cruzado das discussões sobre o papel da imprensa, foi necessário a ele conhecer o funcionamento do gênero que marcou a expressão jornalística do século XIX: a crônica. Explicando esses meandros, o autor de *Dom Casmurro* pretendia mostrar ao leitor os princípios norteadores do ofício dos cronistas, esses “beneditinos da história mínima e cavouqueiros da expressão oportuna”, segundo os retrata Machado em “O ofício do cronista” (1994: 31).

No texto de 1^o/11/1877, Machado de Assis conta um episódio que pode ser a princípio trivial e mezinho, mas “em busca do pitoresco ou do irrisório no cotidiano de cada um” (SABINO, 1965: 174), ele, como bom cronista que é, acabava ciscando questões filosóficas: em primeira instância, discute a noção de felicidade, e, como consequência, a idéia de que tudo é relativo. Eis o enredo do texto em questão: o cronista vai a um enterro. Lá fazia um calor dos diabos, o que lhe rendeu uma insatisfação generalizada com o tempo. Acontece que o cronista e os demais estavam usando chapéus, o que pelo menos atenuava os efeitos do sol. Em situação pior, revela o cronista, estavam os coveiros, que tinham a cabeça descoberta e estavam suados por causa do sol e do trabalho exaustivo com a enxada. Terminado o enterro, o cronista e os outros voltariam para as suas casas ou repartições, enquanto os coveiros continuariam envolvidos naquela rotina e sofreriam ainda mais com o calor. A história serviu para

exemplificar a filosofia que Machado de Assis quis sustentar: “a verdade mais incontestável que achei debaixo do sol, é que ninguém se deve queixar, porque cada pessoa é sempre mais feliz do que outra” (1994: 14). O texto em questão pode muito bem servir de exemplo de “crônica metafísica”, segundo antiga classificação de Afrânio Coutinho, que situa Machado de Assis junto com Carlos Drummond de Andrade nesse estilo, porque eles encontrariam “sempre ocasião e pretexto nos fatos para dissertar ou disreterar filosoficamente” (COUTINHO, 1971: 121).

É necessário salientar que, antes de o jornalista narrar o episódio mencionado, ele inicia a crônica com uma divagação sobre o surgimento do gênero. Esse é o primeiro assunto que Machado vai tratar em “O nascimento da crônica”. Como salienta Massaud Moisés, o cronista busca “desentranhar do acontecimento sua porção imanente de fantasia” (1985: 247). Ele parte da sua “índole contemplativo-devaneante” (DRUMMOND *apud* SÁ, 1987: 16) para construir uma versão subjetiva a respeito das raízes da crônica. Machado parte do princípio de que a crônica começa despretensiosa, como quem não quer nada, para depois abocanhar o mundo, através de palpites sobre todo e qualquer assunto:

Há um meio certo de começar a crônica por uma trivialidade. É dizer: Que calor! Que desenfreado calor! Diz-se isto, agitando as pontas do lenço, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobrecasaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjeturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e *la glace est rompue*; está começada a crônica (MACHADO DE ASSIS, 1994: 13) (grifo do autor).

A passagem demonstra a coerência de Machado de Assis quanto à descrição do estilo do cronista, que ele acabou adotando. No fragmento da crônica acima citada, publicada em 1877, período em que o jornalista completava trinta e oito anos e já era um cronista reconhecido – ele trouxe novamente o mesmo painel que havia traçado aos vinte anos sobre o ofício do cronista e de sua liberdade em atuar nos diversos assuntos. Trata-se de um retorno às origens, revivendo o que marcou, desde o princípio de carreira, o seu ingresso precoce na discussão sobre o exercício da própria profissão, conforme

demonstra esta passagem de “O folhetinista” (Aquarelas, *O Espelho*, RJ, 30/10/1859): “o folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política” (1997: 959). Poder-se-ia dizer que o jornalista, agindo desse modo, conseguiu “atar as duas pontas da vida” (MACHADO DE ASSIS, 1997: 810), tal como desejou Dom Casmurro, personagem da ficção machadiana, ao escrever seu livro de memórias. Trazendo à baila esse motivo ficcional, penso que Machado de Assis conseguiu restaurar, nos anos da maturidade, a juventude.

Além da variedade temática e da desenvoltura interpretativa que exigem do cronista uma aptidão especial, é oportuno salientar que, desde seu nascimento, a crônica encontra-se umbilicalmente atada ao tempo. De fato, o cronista é aquele que narra a experiência contida na tradição, entendida como um tecido de experiências ancestrais que, ao serem recolhidas e narradas pelo cronista, desenham um horizonte de esperanças futuras. A exigência de superação e negação do passado, imposta por um tempo em progresso, arruína a experiência do tempo e com ela a tradição. Na modernidade vive-se a experiência no tempo, experiência que se extingue no instante fugaz em que é vivenciada e que, portanto, não pode ser comunicada. O tempo é esvaziado de suas experiências e homogeneizado quanto ao ritmo veloz com que nele se repete a irrupção da novidade. Dar ouvidos à tradição é estar em desacordo com a moda, é tornar-se anacrônico.

Em “O cronista se apresenta”, de 05/04/1888, Machado de Assis se configura como um relojoeiro extenuado e descrente de sua tarefa: “eu sou um pobre relojoeiro, que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descri do ofício” (1994: 105). Doravante, o ofício do cronista deve enfrentar a transitoriedade e a contingência próprias da modernidade. O próprio gênero deve, portanto, ser reinventado:

a única explicação dos relógios era serem iguazinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro (...) foi por essas e outras que descri do ofício; e, na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexa menos (1994: 105-106).

Machado de Assis parece ter tomado para si a tarefa de atualização da crônica num contexto de relógios descompassados. Bem entendido, atualizar-se às condições modernas não significa render-se a elas. Assim, num “século utilitário e prático”, conforme ele mesmo avaliou em “A Semana”, de 30/04/1892, a crônica machadiana proporciona o encontro entre o “útil” e o “fútil”. De fato, ela nasce sob o signo da ‘desconversa’. Esta se inicia no sólido terreno da notícia, dos últimos acontecimentos da semana, da novidade dos *faits-divers* – úteis e sérios –, para escapar em seguida para o solo movente e aparentemente desimportante e fútil da profecia dos fatos, ou sua filosofia. A crônica machadiana opera, assim, “o parto sério e singular do sério, consorciado com o frívolo” (1997:959), conforme o próprio jornalista avaliou o gênero em “O folhetinista”, de 30/10/1859. Consórcio que aparece com toda clareza quando o autor tem de fazer a crônica de uma semana sem novidades. Este é o momento por excelência da arte da desconversa.

Na falta de fatos ‘relevantes’, o narrador assunta a própria crônica. Ao indagar sua origem, desvela seu caráter errante. Tratar-se-ia de um tipo de conversa vadia, no mais das vezes ociosa, em que se transita de um a outro tema, desse ao seguinte, para então voltar ao primeiro sem o maior constrangimento. De acordo com o texto “O nascimento da crônica”, de 1º/11/1877, este gênero lhe parece uma autêntica conversa de comadres:

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica (1994: 14).

O bate-papo entre as vizinhas pode ser interpretado como uma alegoria do gênero crônica, pois ambos estão marcados por elementos pertencentes à oralidade, tais como a variedade temática dos assuntos de uma conversa e a sintaxe “desestruturada”, “solta”. Não é por se aproximar mais da conversa informal do que do texto escrito, adverte

Jorge de Sá (1999), que a crônica deixa de ser uma elaboração literária, pois não se limita, simplesmente, à transcrição de um bate-papo. A conversa entre as vizinhas, marcada pela variedade de assuntos, pelo tratamento íntimo e tom informal, pode representar um possível contato almejado por Machado de Assis com seus leitores. A relação entre o cronista e o leitor será estudada, posteriormente, ainda neste capítulo.

Museu de grandes novidades

Machado de Assis transforma a novidade e a atualidade numa espécie de “barulho de fundo” que alimenta a crônica, mas não encerra, em si, seu sentido. Segundo Calvino (1993: 15), a transformação da atualidade em barulho de fundo é uma característica dos clássicos, sendo responsável por seu caráter trans-histórico. A passagem à realidade da crônica, na qual a atualidade ocupa a posição de “barulho de fundo”, pode ser claramente percebida nas crônicas semanais publicadas à época da Revolta da Armada.

Imagine-se o cenário: o Rio de Janeiro sitiado pelas esquerdas estacionadas na Baía da Guanabara, que exigiam a renúncia de Floriano Peixoto; disparos, explosões, boatos, enfim, um cenário repleto de novidades. Porém, levando-se em conta o texto de “A Semana”, de 26/11/1893, aos olhos do cronista as novidades aparecem como mera repetição: “tudo isto cansa, tudo isto exaure. Este sol é o mesmo sol, debaixo do qual, segundo uma palavra antiga, nada existe que seja novo” (1955: 429). Se a novidade é mera repetição, que dizer dos jornais que têm por tarefa repetir a novidade? “Que me diriam eles [os jornais] que não fosse velho? A guerra é tão velha como a paz. Os próprios diabos são decrepitos” (1955: 429). Com sua metralhadora cheia de fatos, o jornal se constitui como um museu de grandes novidades.

A aceleração do tempo e do movimento moderno – ambos elevados ao paroxismo na iminência de um conflito armado – não causa mais que enfado ao cronista. A decrepitude dos jornais revela-se na repetição de eventos que são, eles próprios, repetições corriqueiras. Contudo, o enfado é sentimento particular do cronista. Toda

população do Rio de Janeiro parece viver em constante aflição e ansiedade: ânsia de informações. Machado de Assis recorda-se então de um certo personagem de José de Alencar, que passava a perguntar: “que há de novo?”. Este era o aspecto de seus contemporâneos, que em qualquer lugar e a qualquer hora indagavam acerca das novidades. Diante da ansiedade da população carioca, o cronista passa do enfado à irritação, em “A Semana”, de 05/11/1893: “– *Que há de novo?* Ninguém sai de casa que não ouça a infalível pergunta, primeiro ao vizinho, depois ao próprio condutor do *bond*. (...) Quis vingar-me; mas onde há tal ação que nos vingue de uma cidade inteira? Não podendo queimá-la, adotei um processo delicado e amigo (1997: 588) (grifo do autor).

Que processo seria este? Ora, espera-se do cronista a narração dos acontecimentos da semana, ou seja, das últimas ocorrências de seu tempo. Mas se sobre tais ocorrências não há mais que repetição, o cronista irá recorrer a novidades ultrapassadas como forma de denunciar a ausência de sentido do presente. Assim, Machado de Assis retira do tempo uma sucessão de catástrofes, execuções, guerras, naufrágios, de maneira a fazer da anacronia a matéria da crônica. Eis um exemplo pinçado da referida crônica:

Na quarta-feira, mal saí à rua, dei com um conhecido que me disse, depois dos bons dias costumados:

– Que há de novo?

– O terremoto.

(...)

– Mas onde foi?

– Foi em Lisboa.

– Em Lisboa?

– No dia de hoje, 1 de novembro, há um século e meio.

(...)

Meio embaraçado, o meu interlocutor seguiu caminho, a buscar notícias mais frescas. Peguei em mim e fui por aí afora distribuindo o terremoto a todas as curiosidades insaciáveis. Tornei satisfeito à casa; tinha o dia ganho (1997: 589).

O recurso à anacronia distancia o cronista ironicamente de uma atualidade sem sentido, colocando-a na posição de “barulho de fundo” e denunciando seu caráter estritamente reiterativo. O tom zombeteiro adotado pelo cronista se deve à própria trivialidade das curiosidades insaciáveis. Contudo, o cronista não pode prescindir da

novidade e, diferentemente do curioso, ele a retira de sua trivialidade e transforma o repetitivo em inusitado.

A anacronia, o deslocamento metonímico e a ironia são responsáveis pelo distanciamento que o cronista mantém com a realidade. Uma realidade que não oferece abrigo a um homem relegado à posição de espectador, incapaz de nela encontrar o menor vestígio de sentido: “a realidade é seca, a ciência é fria”, diz o cronista. Neste contexto, Machado de Assis parece ter proposto a reinvenção de um gênero que em grande medida fôra, até então, responsável pela produção de sentido. A crônica não mais seria tarefa de relojoeiros, cujo ofício era o de acertar os relógios do mundo. Doravante, o próprio sentimento do mundo – a mundanidade – deverá ser “regenerado” no espaço da crônica. É este sentimento de estar no mundo, de extrair-lhe algum sentido que então irá distinguir o cronista do restante da multidão moderna. Modéstia às favas, o cronista sublinha sua presença singular. Vamos à crônica “Bons Dias”, de 11/05/1888, para atestar esse fato:

Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho aberto, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu, em suma), e o resto da população. Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra cousa; mas ninguém dá a razão desta cousa ou daquela cousa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso (MACHADO DE ASSIS, 1997: 488).

Se Machado de Assis reinventa a crônica, atualizando-a consoante as exigências da modernidade, a crônica, por seu turno, recria um espaço de experiências no qual se pode produzir sentido. Ou, como prefere o autor, onde ainda é possível fazer um verso. Na crônica emerge um evento que, por mais banal ou corriqueiro que seja, ilumina todo o texto. O momento em que o tempo estanca é uma eventualidade e, como dirá o velho Machado em “A Semana”, de 10/09/1893: “o eventual seduz-nos como um pedaço de mistério” (1955: 377). O eventual, o fútil, o frívolo e o misterioso parecem constituir uma mesma dimensão do real abandonada por um século excessivamente utilitário e prático.

O alvo da crônica machadiana, de sua tartamudez, parece ser a restituição desta dimensão tão preta de experiências comunicáveis. É como espaço de experiências, ainda que frágil e delicado, que a crônica abre ao leitor a face mundana da vida ao

oferecer um lugar que possibilite a formação de uma opinião; quando nada, a possibilidade de um olhar fútil e incondicionado do real. Um olhar, quem sabe, a partir do qual o leitor possa criar o seu próprio horizonte de esperanças. A mundanidade da crônica machadiana não reside no fato de falar do mundo, da vida dos salões ou teatros, mas sim no convite que faz ao leitor a ocupar seu lugar no mundo, a interromper uma vida marcada pela absorção imediata da novidade e por comportamentos automáticos. O cronista retira seu leitor do interior da torrente de acontecimentos – no qual este não faz mais que observar inerte o próprio progresso – e o convida a participar da singular experiência de viver a eventualidade, de arrancar-lhe sentido.

Seu ceticismo, no entanto, não deve ser desvinculado da tarefa a que se dedica em sua obra literária e em sua atividade jornalística: a formação da consciência crítica do leitor. A imagem do receptor perplexo – suas referências ao leitor obtuso ou penetrante, à leitora indiscreta etc. – caracteriza uma das suas estratégias do seu discurso irônico, que exige do leitor real resposta às provocações suscitadas pelo texto. Ceticismo não é sinônimo de pessimismo. Uma coisa é não acreditar nas mudanças, outra é não compartilhar da ingenuidade que não percebe os obstáculos reais à mudança. E aqui se enquadra o que chamamos de projeto ético da narrativa machadiana, cujo núcleo é despertar o senso crítico do leitor. Sua arte deixa que o leitor também trabalhe na leitura, fazendo-o pensar por si. Suas frases conduzem o pensamento do autor, mas não encerram uma sentença.

Tal intercâmbio de experiências entre o cronista e o leitor é, a meu ver, um marco do projeto jornalístico machadiano. Retomando o texto “O nascimento da crônica”, de 1º/11/1877, a conversa descontraída de vizinhas a escarafunchar as ocorrências do dia pode representar um modelo ideal de como deveria ser feita a aproximação do jornalista com o seu público. A oralidade (simbolizada no bate-papo das vizinhas) como marca textual foi uma meta perseguida por Machado de Assis, na medida em que ele buscava nas crônicas se desvencilhar de um estilo rebuscado e prolixo da imprensa da época (MAGALHÃES JR, 1957; PEREIRA, 1994) para se aproximar do universo do leitor, através de uma desenvoltura expressiva e descontraída no tocante à linguagem. Tal objetivo é reiterado em “O ofício do cronista”, de 14/08/1878, quando Machado apresenta ao leitor a sua forma de se expressar: “aproveitamos a ocasião, que é única; deixemos

hoje as unturas do estilo; demos a engomar os punhos literários; falemos à fresca de paletó branco e chinelas de tapete” (1994: 30).

Se visitarmos as características do gênero, apontadas por Massaud Moisés, observaremos que:

A subjetividade da crônica (...) explica que o diálogo com o leitor seja o seu processo natural. Fletido ao mesmo tempo para o cotidiano e para suas ressonâncias nas arcas do “eu”, o cronista está em diálogo virtual com um interlocutor mudo, mas sem o qual sua (ex)incursão se torna impossível. Na verdade, trata-se de um procedimento dicotômico, uma vez que o diálogo somente o é pelo leitor implícito: monólogo enquanto auto-reflexão, diálogo enquanto projeção, a crônica seria, estendendo o vocábulo que Carlos Drummond de Andrade utiliza na designação do processo de relação verbal com o interlocutor, para o texto na sua totalidade – um *monodiálogo*. Simultaneamente monólogo e diálogo, a crônica seria uma peça teatral em um ato superligeiro, tendo como protagonista sempre o mesmo figurante, ainda quando outras personagens interviessem. O cronista, em monodiálogo, se oferece em espetáculo ao leitor, dotado que este é de uma afinidade eletiva, graças à sua sensibilidade rica e apetente de comunhão (MOISÉS, 1994: 255-256).

Através do “monodiálogo”, Machado de Assis quis falar à fresca com o leitor e revelar o tipo de público ao qual imagina se dirigir:

Sendo positivo que nenhum cidadão correto almoça agora como nos demais dias, conto não ser lido com o repouso do costume. Na verdade, mal se pode crer que o leitor tenha tempo de tomar o seu banho frio, beber às pressas dois goles de café, enfiar a sobrecasaca, meditar a sua chapa de eleitores, e encaminhar-se às reuniões. Pode ser que leia antes, às carreiras, o jornal que lhe for mais simpático; mas, uma vez feita essa oração mental, nenhuma obrigação mais o retém fora da arena, onde os partidos vão pleitear amanhã a palma do triunfo (1994: 30).

Por essa descrição, notamos que Machado de Assis estava atento ao dia-a-dia do leitor e ciente de que, devido ao mundo do trabalho e das preocupações cotidianas, o público acaba lendo o jornal às pressas, sem aquela devida atenção. Mesmo assim, no calor da hora, o leitor faz a sua “oração mental” para se inteirar dos diversos assuntos que tomam a cena urbana, como é o caso do pleito político, que acabara ocorrendo no dia seguinte à crônica.

Na esteira da noção de jornal construída em “A reforma pelo jornal”, de 1859, Machado de Assis reforça em “O ofício do cronista”, de 1878, a idéia de que ler um jornal é o mesmo que fazer uma “oração mental”. Nesta prática, o leitor se alimenta da “hóstia social da comunhão pública” (MACHADO DE ASSIS, 1997: 964). Essa foi a metáfora escolhida por Machado com o objetivo de posicionar a prática da leitura do jornal como um ato sagrado de busca da verdade. Vale a pena ressaltar que, segundo Mário Hélio, foi “Hegel quem aproximou a leitura do jornal de uma oração” (1994:123). E, como Hegel, Machado de Assis concebeu uma aura divina ao jornalismo, destacando-o como uma espécie de “fiat humano” (1997:963). Esta imagem se apropria do “faça-se a luz”, presente em Gênesis, o livro da origem do mundo ao qual o cronista faz referência. Foi pela palavra que Deus criou o mundo. Acredita Machado que é pelo jornal, através da captação da experiência múltipla dos diversos agentes sociais pela palavra, que o homem vai reformar o mundo. A “oração mental” também pode ser entendida através de uma comparação entre o momento da reza, que pode ser feita silenciosamente ou sussurrada, e a leitura de um jornal, que também se realiza dessas maneiras.

Ainda em “O ofício do cronista”, Machado de Assis se vale dessa oportunidade para falar da importância do cronista para a sociedade. É mais uma forma de legitimar o jornalismo, pontuando-o como canal no qual todas as correntes de idéias e sensações podem atuar. Ele utiliza a ironia e o paradoxo para descrever as razões que movem o trabalho daqueles que se ocupam em observar e comentar “o espetáculo do contraditório do presente, em sua versão urbana” na tribuna ampliada dos jornais (PORTELLA, <http://www.academia.org.br/biogra4.htm>). Para tanto, o narrador faz uma pergunta e, em seguida, aponta a resposta: “que monta uma página de crônica, no meio das preocupações do momento? Que valor poderia ter um minuete no meio de uma batalha, ou uma estrofe de Florian entre os dois cantos da *Ilíada*? Evidentemente nenhum” (1994: 30). Acontece que, na seqüência do texto, Machado de Assis vai discorrer sobre a atividade de montar uma página de crônica. Se a crônica não tem importância, então porque a sua estrutura é justamente o tema central do texto? É, no mínimo, paradoxal e irônico. Para Brayner, a ironia é uma das figuras de linguagem mais recorrentes em toda a obra machadiana. Segundo ela:

A força da ironia jaz no antigo e sempre atual prazer humano em fazer contrastar a Aparência com a Realidade, isto é, no conflito de dois significados dentro de uma estrutura dramática peculiar. De início, um significado – a aparência – apresenta-se como verdadeiro; entretanto, o aproveitamento contextual deste nível faz gradativamente surgir um outro lado da moeda – a realidade – diante da qual o primitivo significado surge como falso e limitado, sendo essencial a percepção desta duplicidade fundamental para a compreensão de qualquer ironia (BRAYNER, 1976: 100).

Através da ironia, Machado de Assis aparentemente apresenta ao leitor a idéia de que a crônica é desnecessária para depois fisgá-lo, ao contar os bastidores da montagem da crônica. Essa tarefa de acompanhar os humores da cidade é árdua e requer um talento especial do cronista:

Vivemos seis dias a espreitar os sucessos da rua, a ouvir e palpar o sentimento da cidade, para os denunciar, aplaudir ou patear, conforme o nosso humor ou a nossa opinião, e quando nos sentarmos a escrever estas folhas volantes, não o fazemos sem a certeza (ou a esperança!) de que há muitos olhos em cima de nós. Cumpre ter idéias, em primeiro lugar; em segundo lugar expô-las com acerto; vesti-las, ordená-las, e apresentá-las à expectativa pública. A observação há de ser exata, a facécia pertinente e leve; uns tons mais carrancudos, de longe em longe, uma mistura de Geronte e de Scapin, um guisado de moral doméstica e solturas da Rua do Ouvidor... (MACHADO DE ASSIS, 1994: 31).

Nesta passagem, o cronista ressalta que a função de opinar é uma função social por excelência. Junto a um fato se levanta uma tomada de posição fundamentada sobre a realidade e como reflexo da personalidade: “a opinião é, por isso, juízo e sentimento” (BENEYTO *apud* BELTRÃO, 1980: 23). Ao descrever suas condutas como cronista, Machado “monodialoga” com o leitor, evidenciando que o jornalista não é um narrador neutro, imparcial e objetivo dos fatos. O cronista revela portanto que a verdade transparente não existe e que é resultado inevitável (e, por isso, é ético assumi-lo) da parcialidade e da subjetividade do informador. Essa maneira de fazer jornalismo à Machado considera o direito que o público tem de saber o que o jornalista pensa e qual é a sua posição a respeito da notícia dada, o que se configura como uma informação a mais para que o leitor possa tirar suas próprias conclusões. O nosso escritor também destaca o dever que o jornal tem de exercitar a opinião com a reta intenção de orientação do leitor.

Assim, a notícia é apresentada como opinião, que deve possibilitar a formação de outras. Este ponto de vista machadiano encontra eco na prática jornalística contemporânea, considerando por exemplo a obra *A prática da reportagem*, do jornalista Ricardo Kotscho (1989). A exemplo de Machado, ele é um ferrenho crítico dos conceitos de neutralidade e objetividade jornalística, considerando-os umas “bobagens que inventaram para domesticar os profissionais que não se dobram aos poderosos de plantão, porque têm um compromisso maior com seu tempo e sua gente” (KOTSCHO, 1989: 8).

Mais prudente, a meu ver, no caloroso debate da ‘objetividade jornalística’, talvez seria a substituição deste termo para ‘honestidade da informação’. Compreendo que o jornalista tem de lutar consigo mesmo para saber dosar informação e emoção na medida certa em cada matéria. Na transmissão da história, o jornalista deve possuir um impulso de orientar o leitor. Para tanto, deve buscar ao máximo distanciar-se de seus preconceitos, sem contudo omitir a sua linha analítica ou metodologia de informação. Tal sentimento estaria pautado pela moderação ou equidade, o que é muito diferente dos conceitos de neutralidade e imparcialidade, que alimentam os mitos de que a narrativa jornalística é um “espelho” da realidade e o jornalista uma entidade racional capaz de testemunhar com isenção os acontecimentos a serem abordados. Não há como o jornalista ficar insensível aos sentimentos de tristeza e de alegria que se alternam nos trabalhos de cobertura. Afinal, ele é antes de mais nada um ser humano igual aos seus leitores, e precisa transmitir não só as informações, mas também as emoções dos acontecimentos que está cobrindo.

Machado de Assis admite no referido trecho de “O ofício do cronista” que o fato publicado no jornal vem com as marcas do cronista, que ora aplaude, ora critica, dependendo da natureza do episódio focado e até do humor de quem escreve. É obrigação do jornalista “denunciar” também as injustiças, aponta Machado. Sua opinião deve ser explícita no relato, pois a pretendida impessoalidade apresenta como resultado um discurso esvaziado, que acaba por ocultar o processo social que possibilitou a notícia. Tanto Machado de Assis como Ricardo Kotscho, cada qual no seu tempo, apontam para o fato de que o jornalista não deve ter medo de tomar posição, “mesmo que alguns jornalistas de proveta qualifiquem isso de *brega*: ‘denunciando o que há de ruim e errado, louvando o que bem merece’ ” (KOTSCHO, 1989: 15).

Machado de Assis, como vimos, se insurge contra o objetivismo e o factualismo, reivindicando sua independência enquanto jornalista em relação aos fatos, além de revelar ao público suas preferências temáticas e o seu modo de fazer jornalismo, conforme aponta a seguinte passagem da crônica de 10 de julho de 1892:

Eu, quando vejo um ou dois assuntos puxarem para si todo o cobertor da atenção pública, deixando os outros ao relento, dá-me vontade de os meter nos bastidores, trazendo à cena tão-somente a arraia-miúda, as pobres ocorrências do nada, a velha anedota, o sopapo casual, o furto, a facada anônima, a estatística mortuária, as tentativas de suicídio, o cocheiro que foge, o noticiário, em suma. É que eu sou justo, e não posso ver o fraco esmagado pelo forte. Além disso, nasci com certo orgulho que já agora há de morrer comigo. Não gosto que os fatos e os homens se me imponham por si mesmos. Tenho horror a toda superioridade. Eu é que os hei de enfeitar com dois ou três adjetivos, uma reminiscência clássica, e os mais galões do estilo. Os fatos, eu é que hei de declarar transcendentais: os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários (1997: 541).

Acresce-se, ainda, que, na concepção machadiana, a realidade é não raro quimérica. O real pode ser o que parece real. Machado de Assis recusa o ideal de observação científica e a tradição descritivista da realidade. No sentido oposto, sua seleção valorativa e sua ênfase na imaginação serão tidas como desfiguradora e falsificadora do mundo exterior pelos adeptos do realismo escola, cuja orientação, embasada na concepção positivista e naturalista do conhecimento, pressupõe a existência de leis e de costumes inacessíveis às deformações pessoais, capazes de informar “cientificamente” a realidade. Este mesmo procedimento condena os juízos de valor, as interpretações, as opiniões. A verdade se encontra no mundo dos fatos e dos acontecimentos, fora da mente humana, que é ilusória. A imaginação constitui um desvio. A crônica fundada na imaginação passa a ser identificada como fuga, descompromisso e alienação. A narrativa machadiana subverte a relação tradicional entre ficção e história. A ênfase na imaginação liberta a ficção de seu papel subordinado, conferindo-lhe autonomia suficiente para buscar inspiração na realidade social.

Lugar de jornalista é na rua!

Não faltava a Machado de Assis “a consciência do progressivo papel do público, entidade plural, no destino diário dos periódicos” (PORTELLA, <http://www.academia.org.br/biogra4.htm>). Retomando a crônica “O ofício do cronista”, vale destacar que o autor de *Iaiá Garcia* carrega a esperança de que o leitor esteja sempre atento e seja exigente na apuração do conteúdo de suas crônicas. “Há muitos olhos em cima de nós” (MACHADO DE ASSIS, 1994: 31). É assim que Machado de Assis sente o seu receptor: um público vigilante e curioso. No texto anteriormente mencionado, o fato que sairá nas folhas volantes resulta do encontro entre as idéias do jornalista e os estímulos do mundo exterior, que devem ser expostos com acerto de medida, refinado estilo e precisão na ordem dos argumentos. Para Machado, a observação do periodista deve atender um rigor ético e estético na montagem da crônica, trazendo humor e espírito crítico ao leitor.

Levando em consideração ainda a presente crônica, noto que Machado foi defensor da idéia de que lugar de jornalista é na rua, observando os acontecimentos em *loco* para depois transmiti-los no papel. Tanto é que mais tarde, em “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 11/11/1894), ele vai reclamar do telégrafo, que já trazia a notícia preparada pelas agências para o jornalista, sem que este precisasse sair da redação para apurá-la. Segundo Marília Rothier Cardoso, em *Gazeta de bruxo*, a crônica em questão atesta um novo ciclo da imprensa brasileira frente a essa inovação tecnológica. Recentemente, Silvano Santiago apontou o telégrafo como um dos mecanismos responsáveis pela “desliteraturalização da grande imprensa em fins do século 19” (2004: 160-161). A desconfiança do telégrafo por parte do cronista ocorre porque ele percebe que “a telegrafia (...) substitui o prestígio do relato – elaborado e transmitido à distância do fato – pela banalidade simultânea e fragmentária da notícia” (CARDOSO, 1990: 30). A análise de Cardoso baseia-se na seguinte observação do cronista: “não tínhamos ainda este cabo telegráfico, instrumento destinado a amesquinhar tudo, a dividir as novidades em talhadas finas, poucas e breves” (1955:224). Machado de Assis atesta que o telégrafo transforma o jornal em mais um órgão de informação e menos num órgão opinativo. De acordo com essas palavras, o jornalista também se preocupa com o fenômeno da

aceleração do tempo que modifica o significado e o valor do espaço enquanto suporte da matéria impressa.

Quando soube, através do telégrafo, que a imprensa da Bahia estava reivindicando junto ao governo a prisão do pregador Manuel da Benta Hora, Machado de Assis se posicionou contra o ato, denunciando que tal atitude representava a falta de tolerância religiosa no Brasil oitocentista. Ele aproveitou a oportunidade para debicar sobre outros assuntos além desse, passando à análise dos efeitos da telegrafia para o jornalismo. Machado comenta em “A Semana”, de 13/09/1896, que “o telégrafo é uma invenção econômica, deve ser conciso e até obscuro. O estilo faz-se por extenso em livros e papéis públicos, e às vezes nem aí. Mas nós amamos os ricos vestuários do pensamento, e o telegrama vulgar é como a tanga, mais parece despir que vestir” (1955: 274-275) (grifo meu).

Ao utilizar o pronome que indica a fala da primeira pessoa do plural, o cronista reforça que não só ele, mas também os leitores, preferem textos jornalísticos que sugerem e contornam os fatos, proporcionando a possibilidade de que sejam lidos nas entrelinhas – “os ricos vestuários do pensamento”, a fatos auto-explicativos, objetivos ao extremo e que substituem a rica narrativa por um simples registro de acontecimentos. Isso é feito em nome de uma clareza que, na verdade, cega os olhos do leitor, pois anula as sensações de mistério e a existência de lacunas que fazem parte da relação do sujeito com o mundo. Retomando, mais uma vez, a crônica “O ofício do cronista”, de 14/8/1878, observo uma coerência na reclamação de Machado em relação ao telegrama, por mostrar que esse instrumento se assemelha a uma tanga, por “despir” mais que “vestir” o enredo da notícia. No mencionado texto, nosso escritor diz que cumpre ao cronista possuir idéias e, em seguida, “expô-las com acerto; vesti-las, ordená-las, e apresentá-las à expectativa pública” (1994: 31)(grifo meu).

Sobre os espaços de cobertura jornalística, Machado salienta que o bom cronista é aquele que sabe transitar de maneira habilidosa entre a “moral doméstica” e as “solturas da Rua do Ouvidor”, servindo ao público um “guisado” decorrente da combinação daquelas duas instâncias (1994: 31). A “moral doméstica” refere-se à noção de privado, e, nos moldes brasileiros da época (e ainda na atualidade), aponta para uma ordem respaldada pela educação de base familiar e religiosa. É o espaço da casa. Esse conceito

vem como negação das “solturas da Rua do Ouvidor”, o espaço público. Já o guisado é um prato cozido, voltado para pessoas de temperamento calmo, diferente do apressado que come cru. Neste caso, o cronista, para melhor apurar a observação e montar a crônica do dia, deve evitar a pressa com o intuito de digerir melhor os acontecimentos, à maneira ruminante, de preferência. Machado, como jornalista, destaca que a crônica deve ser este guisado e o cronista é o cozinheiro responsável em refogar os elementos públicos e privados numa mesma panela, para depois servir este prato saboroso ao público leitor. Desse modo, sugere Machado, o cronista deve ficar atento aos encontros e desencontros que envolvem estes dois campos de poder: ‘casa’ e ‘rua’, com o objetivo de tirar dali um material jornalístico-literário diversificado. Machado combatia o antagonismo casa/rua em busca de uma visão mais dialética da nossa realidade. Na atualidade, tal postura de conhecimento do mundo é defendida atualmente por pensadores como Luiz Carlos Restrepo, para quem a tradicional divisão entre o público e o privado não permite “transcender o umbral da ágora ou da rua para penetrar nas raízes afetivas, familiares e interpessoais, das quais se alimenta a ética cidadã” (1998: 10). Nesse sentido, podemos dizer que Machado de Assis tinha como meta trazer em suas crônicas histórias que ultrapassassem a dicotomia entre “casa” e “rua” para poder ingressar na esfera afetiva, que por sua vez comportaria as duas faces do comportamento ético: uma centrada no indivíduo, em seu “temperamento”, e outra na sociedade.

A noção de “guisado” também se refere à revolução causada pela urbanização do Rio de Janeiro, a capital do Brasil Império. Na segunda metade do século XIX, quando a elite brasileira começava a dar seus primeiros passos no capitalismo tardio, os ambientes urbanos, ainda marcados pela escravidão e pelo compromisso com o latifúndio, assistiram ao surgimento de espaços de discussão e crítica. É o caso da Rua do Ouvidor, que para Machado de Assis era o *locus* emblemático do espaço público, lugar especial para se saber os boatos, as notícias das gazetas, emendar conversa, fazer negócio, discutir política e concentrar as discussões acerca das questões do país. É em espaços como esse que o diálogo começa a se desprender da esfera privada e ganha as ruas, começando a se estruturar, entre nós, a esfera pública, a exemplo dos lugares de socialização que apareceram nos principais centros urbanos da Europa. Os indivíduos que antes estavam enclausurados em casa, na “moral doméstica”, pouco a pouco

começam a freqüentar o espaço público urbanizado. No intuito de observar essas transformações da realidade, Machado de Assis considera que o cronista deveria “espreitar os sucessos da rua” e “palpar o sentimento da cidade” (1994: 31). Segundo o historiador Valdeci Rezende Borges (2000) foi nesse ambiente em ebulição que a imprensa carioca se desenvolveu e construiu seu legado na produção da subjetividade dos indivíduos e da família, e, logo da sociedade num âmbito geral.

Vimos até o momento crônicas nas quais prevalecem o aspecto mais sério da discussão sobre os parâmetros que devem ser seguidos pela imprensa, na visão do autor. Também existem momentos em que ele ironiza e brinca com a situação, removendo algum aspecto de sisudez. Para explicar tal postura, nada melhor do que recorrer à própria definição machadiana de folhetinista, exposta nas suas “Aquarelas”, de 30/10/1859: “o folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo” (1997: 959). Acontece que em “O cronista se apresenta” (Bons Dias!, *Gazeta de Notícias*, RJ, 05/04/1888) e em “O cronista e a semana” (A Semana, *Gazeta de Notícias*, RJ, 16/09/1894), as partes lúdica e brincalhona do jornalista são mais acentuadas e revelam que a utilidade da crônica é não ter utilidade. Utilidade, na visão de Machado, deveriam ter as coisas e os instrumentos. Um discurso que trabalhe com a subjetividade e dê voz ao devaneio e às associações inusitadas, não mecanicistas, passa então a funcionar como estímulo e matéria-prima para a crônica.

Uma análise mais detalhada de “O cronista e a semana” será realizada mais adiante, por se tratar de um texto-chave para entender o posicionamento crítico de Machado de Assis a respeito da imprensa sensacionalista. Mas, posso adiantar como esse texto é importante ao informar ao leitor as preferências temáticas do jornalista, trazidas pelas “semanas pobres”. Elas são marcadas por acontecimentos triviais, por visitas ao baú da memória e ao mundo da fantasia, por “futilidades” no sentido de não carregar uma utilidade que atenda às satisfações imediatistas ou ao consumo voraz das coisas. Enfim, são as semanas que não exigem, mas solicitam gratuitamente um desprendimento expressivo por parte do cronista, não apelando para o sensacional.

Diferentemente das semanas ricas, que apresentam um bombardeio sufocante de informações, as semanas pobres permitem ao jornalista fazer crônicas que não sejam meramente noticiosas. Ou melhor, provocam no cronista o desejo de fazer uma

reportagem disfarçada, ou, antes, uma reportagem subjetiva e mesmo lírica, na qual o fato é visto por um prisma transfigurador. Em conseqüência, o fato que é para o repórter em geral um fim, para o cronista é um pretexto. Pretexto para divagações, comentários, reflexões do pequeno filósofo que nele exista.

Em “O cronista se apresenta”, de 05/04/1888, com uma boa dose de humor, Machado de Assis conta como se aproxima do público. Trata-se de uma conversa franca em que ele aproveita para demonstrar as suas boas maneiras e chamar de mal-educado aquele tipo de leitor que não responde ao seu cumprimento de Bons Dias!:

Bons Dias!

Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas, não senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borda e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem! (1994: 104).

O cumprimento – “Bons dias” – não só revela a educação e o espírito de civilidade do cronista, mas também serve como forma de dar início a uma conversa e de ingressar com gentileza no universo do leitor. Machado de Assis não queria uma conversa apressada e compromissada apenas com o fazer burocrático de mais uma crônica; ele esperava que o leitor o convidasse para entrar na sua “casa”, respondendo aos “Bons Dias”, e que este estivesse atento ao que tem a dizer. Suspeito que esse discurso seja uma estratégia publicitária utilizada pelo cronista com o objetivo de construir uma intimidade que possibilite a identificação do leitor com o cronista, através de uma espécie de “persuasão afetiva” – para lembrar um termo de Eduardo Portella. Ou seja, trata-se de um mecanismo de sedução e persuasão, uma vez que o leitor que não conversasse com Machado (e para isso era preciso entrar em contato com o seu texto) era chamado por ele de “um grande malcriado, um grosseirão de borda e capelo”. Parto da idéia de que “o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo” (CITELLI, 1985:6). Portanto, o estudo da linguagem machadiana serve também para reforçar a idéia de que não existe comunicação neutra e que, de certa forma, toda comunicação visa convencer o interlocutor sobre algo. Não foi à toa que os seus receptores diretos – aqueles que estão

lendo a crônica – merecem um bom tratamento e não são, portanto, mal-educados como o “vizinho” que não está com o texto de Machado na mão.

Nos caminhos da estética da recepção

Machado de Assis, como autor, já antecipava, na segunda metade do século XIX, os pressupostos de uma ramificação da Teoria Literária chamada “Estética da Recepção”, sistematizados mais tarde, em 1967, por Robert Jauss. Se, anteriormente, o texto literário gira em torno de si mesmo, com a estética da recepção, o centro das atenções deixa de ser a obra para ser o “Terceiro Estado” ou o leitor. Para Jauss, a literatura, por se tratar de uma categoria especial de comunicação, ao lidar com os fatos ficcionais deve recorrer à presença do leitor para que tais fatos tenham significado no mundo textual e na realidade individual de quem lê. Desse modo, “o texto possui uma estrutura de apelo [Appelstruktur]. Por causa desta, o leitor converte-se numa peça essencial da obra, que pode ser compreendida enquanto uma modalidade de comunicação” (JAUSS *apud* ZILBERMAN: 1989.p.15)

Tal “apelo” é um recurso muito recorrente nas crônicas machadianas, como também no conjunto de sua obra, seja como romancista ou contista. As referências ao público funcionam como mecanismos capazes de inserir o leitor no texto. Lúcia Miguel Pereira, biógrafa de Machado, ao tratar da dita “fase de transição” do escritor, analisa, conjuntamente, o estilo e as referências ao leitor e aborda a funcionalidade destas na obra:

Nos romances, mesmo nos melhores, as delongas, as intromissões do autor dão à narrativa um aspecto indeciso e ziguezagueante, que tem por vezes grande encanto, mas é em outras um tanto maçante. No conto, não. Obrigada a encolher-se, a trama ganha em coesão, em resistência (PEREIRA, 1988: 225) (grifo do autor).

Considero as intromissões do autor muito bem-vindas nas crônicas. Foi por esse caminho que me senti à vontade para refletir sobre o papel e a importância do leitor na obra jornalística de Machado de Assis. Ao destacá-lo como “mestre da técnica narrativa”, Afrânio Coutinho observa um rico tesouro que se encontra alojado no conjunto da obra do

escritor carioca: “a intromissão do narrador, dirigindo-se ao leitor, é o autor intruso, que comenta, interpreta ou fala ao leitor, em primeira pessoa, aludindo aos fatos da história” (1966:71). Ao fazer uso da primeira pessoa do discurso [“eu”(o cronista) e “nós” (o cronista e o leitor)], como ocorre, por exemplo, em “A Semana”, de 13/09/1896, Machado deixa de lado a impessoalidade para fazer uso destes pronomes a fim de deixar claro de onde vêm as opiniões contidas nas crônicas. A inclusão desses pronomes discursivos foi considerada por Maria Margarida de Andrade e João Bosco Medeiros como manifestação de “expressões comprometedoras” (2004:95). Tal atitude mostra um jornalista que não se enquadra nos critérios de impessoalidade como marca textual – modelo que já começava a ganhar força naquela época e vai pautar o estilo do jornalismo na contemporaneidade.

Os esforços editoriais em torno da objetividade jornalística vêm de uma corrente de pensamento que marcou parte do século XIX: o racionalismo positivista de Auguste Comte (1798-1857). Em linhas gerais, o pensamento comtista só admitia as verdades positivas, ou seja, as científicas, aquelas que emanassem do experimentalismo, da observação, da constatação e repudiassem a metafísica. Em função dessa confiança na capacidade de controle da natureza pelo homem é que, no século XIX, a objetividade se apresenta como linguagem apropriada à ciência e à literatura. Entretanto, a escrita de Machado rompe com essa fé ao admitir uma inspiração metafísica no exercício de sua função como jornalista, no tocante à necessidade de se transcender ao fato para assim poder contá-lo. Em “História de 15 dias”, de 15/03/1877, Machado de Assis sustenta a idéia de que a fantasia é o princípio de sustentação para uma boa história, incluindo aí a jornalística:

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário do historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar (1997: 361-362) (grifo meu).

O princípio segundo o qual “contar o que se passou é só fantasiar” encontrará eco no estilo de alguns jornalistas/cronistas em plena modernização da imprensa sob o advento da cultura de massa no século XX, como é o caso de Nelson Rodrigues. A

exemplo de Machado, ele vai alertar, na crônica “O passarinho”, de 31/3/1956, para o risco que o jornalista e o jornalismo correm ao se comportar como escravo da objetividade:

Vejam vocês em que dá a mania da justiça e da objetividade! Um cronista apaixonado havia de retocar o fato, transfigurá-lo. Daria à estúpida e chata realidade um sopro de fantasia. Falaria com os arreganhos de um orador canastrão (...). Ora, o jornalista que tem o culto do fato é profissionalmente um fracassado. Sim, amigos, o fato em si mesmo vale pouco ou nada. O que lhe dá autoridade é o acréscimo da imaginação (...). A arte jornalística consiste em penetrar ou desgrenhar o acontecimento, e, de qualquer forma, negar a sua imagem autêntica e alvar (RODRIGUES, 1994: 11-12) (grifo meu).

Ainda de acordo com o texto anteriormente citado, Machado de Assis também já atentara para o fato de que a crônica e a história são narrativas do tempo, cujas fronteiras precariamente se encontram. Essa é, desde sempre, uma espécie de repositório da tradição. A história da crônica em Machado de Assis é a história da apropriação e recriação de um gênero. Durante muito tempo a própria crônica confundiu-se com a história e, em larga medida, pode ser considerada precursora da moderna historiografia. Entretanto, no limiar da modernidade, ambas se separaram: à crônica coube um lugar de gênero literário, enquanto à história foi atribuído o *status* de ciência.

Se Sidney Chalhoub (2003) considera Machado de Assis um historiador, Jefferson Cano faz uma ressalva e pontua que “no sentido mais estrito da palavra, Machado foi poeta, jornalista, dramaturgo, cronista, crítico, contista e romancista; quase tudo, menos historiador. Mesmo assim, a sua obra procurou oferecer ao leitor uma visão das transformações vividas pela sociedade brasileira do século XIX” (2005:76). Na crônica em que descreve as características do historiador e do contador de histórias, Machado mostra preferência em se enquadrar no perfil do último caso, pois “com o seu jeito sutil e gaiato que lhe era próprio, embaralhava os campos da ficção e da história” (CANO, 2005: 77). Já Roberto Côrrea dos Santos (1999) compreende que na ficção machadiana estão imbricados dois tempos: o da história e o da literatura. Nesse caso, o cronista foi um dos responsáveis pela construção verbal “história *como* literatura”, resultado da substituição do termo “e” por “como”. Tal arranjo, na explicação de Santos:

destaca para história uma outra natureza de força que vem do fato de um tornar-se do outro a máscara. Com isso rasura-se estrategicamente a cômoda distinção apelada no par objetivo/subjetivo.

A construção *história como literatura*, por acabar sendo uma escolha, opera já por si um recorte interpretativo, afastando-se do quadro clássico de estruturar o saber: na classificação, no fato e na ordem. Nessa perspectiva, há a desconfiança sobre a história enquanto campo de uma organização factual, de totalidade empírica, na qual se localizaria a verdade tal qual se acreditou existir, una e reconhecível, apesar de suas encenações várias (1999: 130).

O que torna o cronista um caso particular é justamente o fato de que a união entre política e interpretação histórica se dê na forma de ficção. Machado era um exímio contador de histórias, e o fazia, sobretudo, através de suas crônicas. Talvez por isso seja possível encontrar em seus textos a história da própria crônica. Em seus textos, Machado de Assis buscou obstinadamente o estabelecimento de um pacto com o seu público e informou os mecanismos de produção da crônica, democratizando assim o funcionamento do seu processo de criação literário-jornalística. Para tanto, vale destacar a opinião do ensaísta Antonio Houaiss que salienta a relação do autor com o leitor como um aspecto inovador da consciência da língua e da linguagem em Machado de Assis:

Em primeiro lugar, caracteriza-se essa inovação por seu aspecto metalingüístico – isto é, pela quase obsessiva postura mental de Machado de Assis em não apenas usar da língua, mas, ao usar dela, indagar-se de si para si – simulacradamente, pois de fato o que faz é dialogar com o próprio leitor (...) Essa análise da língua com a própria língua, essa análise metalingüística não é, entretanto, obviamente feita para fins lingüísticos ou gnoseológicos em si, senão que estéticos (HOUAISS, 1968: 8) (grifo meu).

Ao buscar uma relação de intimidade com o público, fazendo-lhe uma referência direta, Machado de Assis deseja que sua crônica caia nas graças do leitor. Para tanto, busca primeiro conhecê-lo, traçando as suas características e mostrando através destas que o jornalista está bem informado do perfil e do dia-a-dia de seu leitor. Na crônica “Bons Dias!”, de 29 de julho de 1888, o cronista mostra que o leitor não é uma entidade uniforme e imóvel, ou seja, ele é um encontro de diversas identidades que ora se harmonizam, ora se chocam.

Quando é divulgado o primeiro recenseamento geral do Império, em 1876, que indicou o número de analfabetos no Brasil: 84% de uma população de 9.930.478 habitantes⁵, Machado faz um exame dos 16% que tinham acesso aos jornais, e, num tom galhofeiro bem ao seu estilo, resgata a figura do peixe carapicu, que representa, para ele, tanto os privilegiados como os desfavorecidos.

Machado classifica o pública a partir de várias manifestações: filho de Deus, pessoa, indivíduo, irmão, alma, membro e praça, e destaca a multiplicidade e “o caráter escorregadio” de uma figura que, sob a estrutura aparentemente definida de leitor, pode referir-se a seres de naturezas ideológicas e funções diversas. A metáfora do ‘carapicu’ foi colhida pelo cronista a partir da escuta de uma fala do condutor do *bond*. Para dizer que só transportou um passageiro da estação do Largo do Machado até o centro da cidade do Rio de Janeiro, o condutor fez uma comparação, lamentando que havia apanhado apenas um carapicu. A partir desta expressão, o cronista “pesca” um sentido inusitado para descrever o leitor. O que significa o carapicu nessa metáfora encontrada por Machado para retratar o leitor?

Hélio de Seixas Guimarães, por meio do livro *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*, apresenta alguns sentidos de significação da metáfora. Ora, carapicu é uma espécie de peixe pequeno e de pouco valor comercial. Trata-se, pois, de uma sofisticada ironia. Levando-se em conta o tamanho, o cronista chama a atenção para o fato de ter um pequeno número de leitores, haja vista o potencial de consumo que suas crônicas poderiam atingir, caso o Brasil não se configurasse como um país de analfabetos. Conforme sublinha Guimarães:

O leitor, portanto, estaria para o escritor como o passageiro está para o condutor frustrado com o resultado minguado de sua pescaria, ou com a pescaria aborrecida, pouco proveitosa, numa comparação que se dá pelo pouco valor e também pela raridade e dificuldade de serem apanhados, leitor e passageiros (2004: 25).

Investigando as entranhas do “pouco valor comercial” conferido ao carapicu, Machado mostrava-se preocupado também pelo fato de o jornal não poder ser sustentado

⁵ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e analisados por Tarcísio Botelho, no artigo “Contando os milhões”, publicado na revista *Nossa história* (Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional: Editora Vera Cruz, nº 04, fev. 2004).

pelos leitores que, por configurarem um número restrito, agregavam pouco valor comercial ao produto. Um outro significado para o termo carapicu, de acordo com o dicionarista Antônio Joaquim de Macedo Soares, refere-se a uma “gíria para um tipo desclassificado e, por extensão, para a gente miúda que não avulta nem em qualidade nem em quantidade” (*apud* GUIMARÃES, 2004:23). Nesse caso, o cronista critica o próprio público, que se encontra na margem dos 16% e que detém o monopólio do saber e da opinião pública, ou seja, Machado denuncia a minoria próspera que explora o latifúndio da expressão.

Ares de conselheiro do leitor

Como forma de prestar contas do seu estilo para o leitor, Machado de Assis mostra seu perfil como contador de histórias, em “Balas de Estalo”, de 03/04/1885 e no texto “O cronista se apresenta”, de 05/04/1888. Ambas as crônicas dão acesso a um estilo que marcou Machado como jornalista desde o início de carreira: um intelectual que tem a preocupação didático-pedagógica de promover o trânsito da informação cultural. Nesse caso, coube ao jornalista não só noticiar os fatos, como também instruir o leitor para a reflexão dos acontecimentos e para a construção do conhecimento e, numa etapa mais avançada, do saber. Dosando a intensidade com o passar do tempo, nosso escritor configurou-se como um ‘terapeuta’ encarregado de diagnosticar a sociedade, apto a extirpar seus vícios via reforma pelo jornal.

Na primeira crônica em questão, nosso escritor resolve investigar uma possível verdade inabalável presente no discurso do até então senador João Alfredo. O parlamentar cita um velho dito conhecido – “Há alguém que tem mais espírito que Voltaire, é todo o mundo” (1997: 448) – para concluir de forma categórica e definitiva o seu raciocínio. A “idéia feita” inquieta o espírito do cronista. Ele adianta ao leitor que, diante do mundo das idéias, como as defendidas pelo senador, era preciso se comportar como se estivesse diante de umas nozes. Machado explica a comparação: “não sei se já alguma vez disse ao leitor que as idéias, para mim, são como as nozes, e que até hoje não descobri melhor processo para saber o que está dentro de umas e de outras, – senão quebrá-las” (1997: 448).

O cronista informa que, quando começou sua jornada pela vida pública, aos vinte anos, ganhou um arsenal de “idéias feitas” pelo caminho. Na juventude, teve a oportunidade de entrar em contato com elas de forma fascinante, mas, com a experiência de vida, começava a duvidar dessas verdades que se mostram aparentemente inabaláveis. Ciente disso, aconselha: “se o leitor tem algum filho prestes a sair, faça-lhe a mesma coisa. Encha uma pequena mala com idéias e frases feitas, se puder, abençoe o rapaz e deixe-o ir” (1997: 448). As frases feitas facilitam uma primeira conversa entre estranhos, pois carregam em si uma totalidade ideológica e não demandam a tão difícil profundidade e intimidade em se tratando das relações interpessoais. Muitas vezes, prefere-se a superficialidade na aproximação com outro por meio do diálogo envolvendo as “frases feitas” a uma conversa mais prolongada e densa.

Cansado de carregar “idéias definitivas” na mala e no bolso, o cronista resolveu “ou por irreverência do espírito, ou por não ter mais nada que fazer” (1997: 448) lançar mão de um quebra-nozes para ir além da casca, ou seja, dentro do fruto seco. Descobriu que muitas frases feitas eram vazias de conteúdo, enquanto em outras encontrava um bicho feio e pegajoso. Não fugiu a esse último caso a frase feita reproduzida pelo senador de que todo o homem tem mais espírito do que Voltaire⁶. Machado de Assis percebeu que na frase do parlamentar estavam as noções de “consoladora, compensadora e remuneradora” (1997: 448). Segundo o autor, “consoladora” por não sermos Voltaire. “Compensadora” por permitir que sejamos mais que Voltaire, quem sabe um Voltaire coletivo, superior ao individual. “Remuneradora” porque o cronista junto com os amigos poderia reunir seus espíritos (sem se comprometer muito com a causa) para ser um décimo de Voltaire. Indisposto com essa atitude comodista, resolveu contar ao leitor o que

⁶ Ainda em “Balas de estalo”, Machado anuncia que a sociedade se contenta em reunir esforços para fundar um banco, uma câmara legislativa, uma sociedade de dança, de música, de beneficência, de carnaval, mas que individualmente não busca motivação para seguir o exemplo deixado pelo pensamento de Voltaire (1694-1778). Assim, faz referência a um dos mais fascinantes autores do século XVIII, talvez por ter sido, de longe, o mais conhecido e celebrado homem de letras do seu tempo, considerado como a própria representação do Iluminismo. Vivendo sua longa existência ao largo do Século das Luzes, representou os princípios maiores daquele movimento, engajando-se em grandes causas a favor da tolerância religiosa e da liberdade de expressão, tornando-se um dos mentores indiretos da Revolução Francesa. Como pensador iluminista e renovador de um antigo gênero literário (o dos espelhos dos príncipes), conta o historiador Marcos Antônio Lopes (2004) que Voltaire construiu um modelo de príncipe ideal, devotado à boa administração dos negócios públicos e ao aperfeiçoamento das artes e das ciências. A noção de um governante ideal conforme retrata o “Voltaire político” deve ter fascinado Machado de Assis, que verificava em seus escritos a ausência desse perfil de político no Brasil.

descobriu por debaixo da “idéia fixa” reproduzida pelo senador: “o que achei dentro, foi que todo o mundo não tem mais espírito que Voltaire. (...) Sim, meus amigos. Choro lágrimas de sangue com a minha descoberta; mas que lhes hei de fazer?” (1997: 449). Ironicamente, o cronista alerta nas entrelinhas do texto para o fato de João Alfredo ser ignorante em matéria de filosofia, pois desconhecia o pensamento daquele que foi o grande nome do Iluminismo.

O cronista conclui seu texto ciente de que contrariou a tradição consolidada por uma frase feita que ganha legitimidade toda vez que é reproduzida, ainda mais quando está na boca de uma autoridade instituída. Entretanto, ao investigar a valise de fundo falso que continha as “idéias e frases feitas”, Machado de Assis se mostra um cronista destemido e comprometido a “quebrar nozes” para que o leitor possa conhecer a essência dos fatos, ao invés de se contentar com observações estreitas:

Nem me retruque o leitor com o fato de ter de um lado a opinião do autor da idéia, e as gerações que a têm repetido e acreditado, enquanto do outro estou apenas eu. Faça de conta que sou aquele menino que, quando toda a gente admirava o manto invisível do rei, quebrou o encanto geral, exclamando: – *El-rei vai nu!* Não se dirá, que, ao menos nesse caso, toda a gente tinha mais espírito que Voltaire. Está-me parecendo que fiz agora um elogio a mim mesmo. Tanto melhor; é minha doutrina (1997: 449) (grifo do autor).

O texto “O cronista se apresenta”, de 05/04/1888, faz referência, através de metáforas, aos cuidados que se deve ter com a coerência entre a ação e o discurso. Em um primeiro momento, ele alerta para o perigo de se antecipar, via discurso, uma ação ainda não realizada, sendo mais prudente, nesse caso, aguardar os seus efeitos reais. Seguindo esse mesmo raciocínio, o cronista afirma que Deus, ao conceber a vida ao homem via linguagem, teria cometido o equívoco de sentenciar que este seria sempre a Sua imagem e semelhança, antes mesmo de lhe dar a vida. A palavra antes da ação possibilitou que as sentença divina não se concretizasse, pois, conforme alerta o cronista, muitos homens de má índole fazem uso da semelhança com Deus para justificar suas más ações. Tal exemplo, a meu ver, ilustra a preocupação de Machado quanto à idéia de que o jornalista deve divulgar os fatos a partir de suas ações concretas, que, por sua vez, legitimarão o discurso. Sendo assim, o cronista deve se certificar dos fatos antes de torná-los públicos através da linguagem escrita.

Outro exemplo da incoerência entre o discurso e a ação apresentado por Machado está calcado no Partido Liberal, que, na teoria, considerava-se anti-governista e, na prática, usava os chapéus da “chapelaria Aristocrata”. Através desta metáfora, o cronista critica a falta de coerência entre o discurso e o programa ideológico, responsável por manter a identidade dos partidos políticos, seja nos momentos em que eles ocupam o papel de oposição, seja nas ocasiões em que são favoráveis ao governo.

Os exemplos mencionados serviram de lição ao escritor para que tivesse cautela em relação ao trabalho jornalístico. Ele informa que prefere trabalhar em silêncio e não explicita seu “programa discursivo” quanto às questões editoriais: “acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado” (1994: 104-105). No mesmo texto, em um exercício de metalinguagem, afirma que enquanto indivíduo social pode até não possuir “papas na língua”, mas enquanto cronista, precisa tê-las. A expressão refere-se à responsabilidade que o cronista deve ter no exercício de informar. Vejamos o texto:

No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os *bons dias* na boca. Se lhes disser desde já, que não tenho papas na língua, não me tomem por homem despachado, que vem dizer coisas amargas aos outros. Não, senhor; não tenho papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo (1994: 104-105) (grifo meu).

“O cronista se apresenta” pertence à fase experiente de Machado de Assis como jornalista. Nesse trecho, ele confessa ao leitor que, como profissional da imprensa, precisa dosar as suas convicções e relativizar os seus conceitos mais íntimos, para assim expressar no jornal suas idéias de forma mais ampla e dialética. Com o receio de ser tachado de “reclamão” ou “amargo”, o escritor prefere transmitir a imagem de um cronista sereno e polido.

Utilizando a formulação teórica proposta pelo sociólogo Max Weber, entre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade”, o experiente Machado, levando-se em conta a referida crônica, inclina-se para a segunda opção, enquanto a primeira contagiou o jovem cronista que apresentou, nas primeiras histórias, a construção da figura do jornalista como um herói individualizado, defensor dos fracos e combatente das tiranias. Para Machado, na fase madura, mais vale um jornalismo de linguagem elaborada e reflexiva como ato de construção a um jornalismo marcado pelo ímpeto. Costa Lima

afirma certa vez que Machado buscava alcançar “um tipo de expressão que lhe permitisse ser crítico, mas, ao mesmo tempo, possuidor de todas as marcas do bom comportamento” (*apud* CANDIDO, 1992: 422). A discrição machadiana tanto pode ser encarada como marca de estilo, quanto como necessidade de sobrevivência em tempos de degolas...

O escritor finaliza a crônica em questão, contando ao leitor os bastidores do funcionamento técnico de uma redação e da disputa pelo espaço que uma crônica trava antes de sair publicada no jornal:

Talvez o que aí fica saia muito curtinho depois de impresso. Como eu não tenho hábito de periódicos, não posso calcular entre a letra de mão e a letra de forma. Se aqui estivesse o meu amigo Fulano (não ponho o nome, para que cada um tome para si esta lembrança delicada), diria logo que ele só pode calcular com letras de câmbio – trocadilho que fede como o diabo. Já falei três vezes no diabo em tão poucas linhas; e mais esta, quatro; é demais (1994: 106).

Ao analisar esse trecho, a pesquisadora Marília Rothier Cardoso afirma que “o cronista finje-se iniciante para dar conta de sua inadaptação à técnica. Reclama com seu travo de malícia da dificuldade em prever, no manuscrito, o espaço a ser preenchido pelos tipos mecânicos” (1990: 30) (grifo meu). Faz sentido o argumento de Cardoso se levarmos em conta que Machado de Assis, na verdade, conhecia o aparato técnico que movia o jornal, pois antes de se tornar um ‘operário das palavras’, ele atuou na tipografia da Imprensa Nacional como ‘operário das tintas’.

Ainda estudando o “monodíálogo” existente entre Machado e o leitor implícito nas crônicas, percebo momentos em que o romancista aconselha e até adivinha qual será a reação do leitor ao ler seu texto. Nas palavras de Walter Benjamin, o cronista como exímio narrador “sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio” (1994:221). Em “Notas Semanais”, de 21/07/1878, Machado rebate a conversão da política em assunto de academia ou de gabinetes de estudo, prática que descarta a subjetividade do exercício político. O jornalista adverte ao leitor que:

Há ânimos generosos que presumem sermos chegados a um tempo em que a política é obra científica e nada mais, eliminando assim as paixões e os interesses, como quem exclui dois peões do tabuleiro do xadrez. Belo sonho e deliciosa quimera. Que haja uma ciência política, sim; que os fenômenos sociais sejam sujeitos a regras certas e complexas, justo.

Mas essa parte há de ser sempre a ocupação de um grupo exclusivo, superior ou alheio aos interesses e às paixões. Estes foram, são e hão de ser os elementos da luta quotidiana, porque são os fatores da existência das sociedades. O contrário, seria supor a possibilidade de convertê-las em academias ou gabinetes de estudo, suprimir a parte sensível do homem, – coisa que, se tem de acontecer, não o será antes de dez séculos.

Vejo que o leitor começa a cabecear. Este período engravatado tem-lhe ares de mestre-escola (1997: 396).

Por mais que a argumentação seja a princípio rebuscada devido à complexidade da discussão sobre o papel da ciência política, Machado de Assis chama a atenção do leitor para o papel da paixão como ingrediente indispensável de toda vocação criadora, inclusive na política. Vale a pena destacar o pensamento do filósofo Gilberto de Mello Kujawski em relação a este entusiasmo muito vivo: “a paixão é o selo vivo e palpitante da auto-identidade, próprio do homem, ou da época, que se assume corajosamente a si mesmo. (...) A paixão cega quem nunca quis ver, mas abre os olhos daqueles que amam a luz. Na paixão, como no vinho, *veritas*” (1999:106-107) (grifo do autor). Machado de Assis observa a importância da paixão no fazer político, tema que aliás vai ser caro a um dos maiores pensadores do século XX, Max Weber. Puxando as longas orelhas dos céticos e dos pedantes, o sociólogo escreveu uma conferência chamada “A política como vocação”, na qual destaca justamente a paixão como elemento fundamental e constituinte do bom político. Para ele, o político não deve ser imparcial como o funcionário ou o administrador e, sim, ter a obrigação de tomar sempre posição, motivada por uma “dedicação apaixonada a uma causa” (WEBER *apud* KUJAWSKI, 1999: 108). Na referida conferência, o sociólogo aponta três qualidades decisivas no político: a paixão, o senso de responsabilidade e o sentido das proporções.

Ao comparar a ausência das paixões e dos interesses na cena política ao descarte de “dois peões do tabuleiro de xadrez”, o cronista permite-nos inferir que tais peças – as paixões e os interesses – são consideradas pelos “ânimos generosos” menores, de pouco valor, portanto descartáveis do exercício político, o que vai de encontro ao seu pensamento. No texto em questão, ao salientar a importância da ciência política como forma de oferecer regras certas e complexas para melhor tomar conta dos fenômenos sociais, ele alerta que esta precisa admitir como princípio a paixão e ir mais além no que

tange à responsabilidade e ao sentido das proporções. Tais princípios são apontados por Weber como qualidades a serem atingidas pelo político. Tanto para Machado como para Weber, o grande e difícil problema está em unir a paixão cálida e o frio senso da proporção numa só alma. Deve-se entender o sentido da proporção como a competência do político em deixar que as realidades cercadas por diversos “interesses” atuem sobre ele com uma concentração e calma íntimas. Por mais que o nosso autor compartilhe da idéia de que a instituição política é um mal necessário, em sua justa e necessária medida, quando serve à liberdade, isto é, quando favorece o desenvolvimento dos sujeitos humanos, a partir da construção de suas respectivas práticas e discursos (PELLEGRINO, 1988), a política é uma obra científica, mas também é construída por paixões e por uma rede múltipla de interesses. Esse é o recado deixado pelo cronista ao leitor, como forma de conscientizá-lo a respeito da política. Isso requer uma sofisticação teórica, o que faz o leitor comum “cabecear”, conforme admite o cronista. Mesmo sabendo isso, ele não atenua a explicação de um tema complexo apenas para satisfazer o gosto médio do público, nivelando por cima os seus receptores.

Visando motivar um choque no destinatário, Machado de Assis, em “Balas de estalo”, de 24/11/1883, exige, antes de iniciar a história, a concentração do leitor para que este possa compreender o enunciado: “peço ao leitor que espere primeiro as orelhas e faça convergir toda a atenção para que vou dizer, que não é de compreensão fácil” (1997: 424). Após o alerta, o jornalista explica que o costume dos policiais em gritar que “eram secretas” – termo que, naquela época, designava-os – servia para reforçar a autoridade do grupo diante do povo. Na terra do ‘olha com quem você está falando’, os “secretas”, “com a intenção vaidosa de aparecer” (Idem) e de mostrar autoridade, não perceberam que, ao se intitularem como tais, deixavam de atuar discretamente, sem maiores alardes, prejudicando assim a tática de surpreender o malfeitor.

O cronista aconselha em “O vulgo e o intelecto”, de 1^o/09/1878, que os seus leitores procurem valorizar as atividades diretamente envolvidas com o intelecto. E lamenta que, no Rio de Janeiro oitocentista, só se tenha espaço para atrações públicas vulgares. Sugere ainda que o leitor resista à tentação do “angu do vulgo” e prefira se deliciar com um bom livro – “o manjar dos deuses” (1994: 27). De forma homeopática, o remédio machadiano da prática da leitura atua contra o vírus dos fatos exteriores que

roçam apenas a periferia, a superfície da vida. Serve como meio de o leitor escapar da mediocridade, voltando-se para “a vida interior”. Machado protesta contra a redução do homem à simples condição de espectador da vida:

Talvez o leitor lastime não ver em toda essa enfiada de recreios públicos alguma coisa que entenda com a mentalidade humana. (...) Danças, vistas, tramóias, tudo o que pode nutrir a porção sensual do homem, nada que lhe fale a essa outra porção mais pura; nenhum ou raro desses produtos do engenho, frutos da arte que deu à humanidade o mais profundo dos seus indivíduos.

Pobre espírito! Quem pensa em ti, nessa dança macabra de coisas sólidas? Quem oferece alguma coisa ao paladar dos delicados, não corrompido pelo angu do vulgo? (...) Talvez lastimes isso, leitor, mas tens o meio de o lastimar, sem nada perder ou pouco. Recolhe-te, de quando em quando, fecha a tua porta, abre a tua dispensa intelectual, e saboreia sozinho o manjar dos deuses. Agora, sobretudo, nestas noites de chuva ou de frio, é uma deliciosa volúpia. Goza e vinça-te, diria o Padre Vieira, parodiando-se a si próprio (1994: 27) (grifo meu).

Essa super-oferta do “angu do vulgo”, que agride o espírito, o paladar dos delicados, machuca contra a interiorização da vida. Em que sentido isso acontece? Tal preocupação ocupa tanto a mente de Machado de Assis em 1878, nos primórdios das relações de consumo no Brasil, como também servirá de base para o artigo “Elogio da participação”, do filósofo e articulista Roland Corbisier, publicado no livro *Consciência e nação*, de 1950, período este em que predominam em nossas terras o espetáculo das massas, da standardização e da propaganda.

A ausência de atividades relacionadas ao saber, nas rodas sociais, levam Machado e Corbisier a encontrar um mesmo denominador de preocupação. Enquanto o cronista pede a reação do leitor diante da “dança macabra das coisas sólidas” a partir da prática de atitudes que elevem o “espírito”, como o refinamento da vida interior proporcionado pelo livro, o filósofo dimensionou em outra época o mesmo contexto:

Tudo conspira contra essa interiorização da vida. As facilidades, os divertimentos, os espetáculos, multiplicam-se em proporções jamais conhecidas, permitindo ao homem, sem esforço e sem risco, esquecer-se e fugir constantemente de si mesmo.

O divertimento é o grande itinerário de fuga e de evasão. A margem de tempo que outrora existia entre o trabalho e a diversão, permitindo o florescimento da vida própria, da vida interior, desapareceu, devorada por

um trabalho que enerva e extenua, não deixando no homem outra exigência senão a de narcotizar-se com os espetáculos e os prazeres. Depois de terem ganho o pão, encaminham-se todos para o circo. Não se recolhem mais. (CORBISIER, 1950: 36) (grifo meu).

Se visualizarmos as partes destacadas da crônica machadiana e do artigo do filósofo, podemos verificar que ambos apontam o caminho do recolhimento como forma do leitor resistir aos estímulos do “angu do vulgo” ou do divertimento narcotizante. O termo “recolhimento”, nos textos mencionados, refere-se, segundo a definição do dicionarista Antenor Nascentes, à “vida concentrada (...); meditação, reflexão, concentração de espírito” (1988: 536) (grifo meu) e atende, ao meu ver, as intenções dos dois pensadores.

Raízes do leitor brasileiro

Machado preocupa-se com a formação cultural do leitor. Buscou, no dizer de Houaiss, “desbrainwashizar”⁷ a mente dos seus receptores. Em “Notas Semanais”, de 16/06/1878, o escritor de *Memorial de Aires*, conhecedor profundo da realidade dos seus receptores, percebe que o leitor em geral é um sujeito mergulhado na confusão entre o interesse público e a cobiça privada, que marca a nossa história como nação. Machado alerta que o leitor, acomodado por se encontrar satisfeito individualmente, esquece-se de que os assuntos públicos também são de seu interesse e que isso repercute no nível de satisfação de sua vida:

O leitor (...) é um estimável cavalheiro, patriota, resoluto, manso, mas persuadido de que as coisas públicas andam mal, ao passo que as coisas particulares andam bem; sem advertir que, a ser exata a primeira parte, a segunda forçosamente não o é; e, a sê-lo a segunda, não o é a primeira. Um pouco mais de atenção daria ao leitor um pouco mais de equidade (1997: 381).

⁷ Segundo o dicionário *Longman*, a tradução da palavra inglesa “brainwash” para o português é “fazer lavagem cerebral em”. Quando o ensaísta Houaiss acrescenta o prefixo “des-” ao termo inglês, ele chama a atenção para o fato de Machado de Assis não tentar converter o leitor em suas crônicas e sim, a partir de um diálogo franco, promover junto ao público uma discussão aberta e polifônica acerca das questões abordadas em seus textos.

Desta forma, Machado de Assis expõe o drama constitutivo do caráter do brasileiro. Para melhor elucidar o assunto, uma leitura comparada entre a passagem acima citada e as características da formação do nosso povo apontadas e analisadas pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, faz-se necessária. O cronista desconfia do discurso persuasivo e eloqüente de que “as coisas públicas andam mal, ao passo que as coisas particulares andam bem”, pois trata-se de um raciocínio de base individualista que desprestigia o coletivo e exalta o particular. Machado quer que o leitor participe da vida da cidade, isto é, da sociedade a qual pertence, cuja cabeça é o Estado. Além disso, adverte que a condição pessoal não pode ser esquecida em nome da promoção da cidadania, mas deve integrar e qualificar esta.

Bem ao estilo galhofeiro, o narrador machadiano desfere mais uma vez seus piparotes no leitor, neste caso representando metonimicamente o estamento senhorial, que detinha o privilégio de ler os jornais. Utilizando o tom zombeteiro, o narrador machadiano procurou, ora de forma sutil, ora de forma enérgica, criticar com “piparotes” o oportunismo, o abuso de poder, a tibieza de caráter e a conduta anti-ética que pautavam o comportamento do estamento senhorial, responsável em coordenar administrativamente o país.

A “mansidão” do leitor não é vista com bons olhos pelo cronista, que se preocupa com a estreiteza administrativa do mesmo, pelo fato de ele não considerar o público e o privado como faces da mesma moeda. Esta visão precipitada do leitor encontra base em uma prática administrativa marcada pela preferência em se agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras; a traçar de antemão um plano para segui-lo até ao fim. Conforme assinala Sérgio Buarque de Holanda, no clássico *Raízes do Brasil*, o hábito administrativo em questão deita raízes na marca patrimonialista⁸ trazida pela Coroa Portuguesa ao Brasil colônia. Segundo Holanda

o espírito da dominação portuguesa (...) renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas

⁸ A respeito do patrimonialismo, julgo oportuno o seguinte comentário do cineasta e jornalista Arnaldo Jabor: “O que aconteceu com o Brasil é que Portugal tinha essa estrutura [patrimonialista] e ela foi transportada para cá. Para cá vieram pessoas com esta mentalidade, influenciadas por esta pirâmide patrimonialista, esta estrutura do Estado Português, onde o Rei, os amigos do Rei e a sociedade toda vivia em função desses interesses. Isto é que é patrimonialismo. Então, o Estado não vive em função da sociedade, a sociedade é que vive em função do Estado... porque o Estado é propriedade de alguns e a sociedade apenas um agregado farsesco, disfarçado de vassalo” (1998: 5).

aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão (1995: 95).

Desta forma, o Brasil ficou, desde aquela ocasião, marcado pelo título de terra da abundância. Nesse caso, não havia motivo para se preocupar com o terror da escassez de recursos, inclusive os de ordem natural. Criou-se, a partir dali, uma ‘cultura do excesso’ que orientou certos grupos a cometerem inúmeros desperdícios, relacionando-se com meio ambiente de maneira parasita e, por extremo, predatória. Noções como desenvolvimento sustentável e planejamento estratégico estragavam a fantasia dos adeptos ao paraíso cordial, abençoado por Deus e bonito por natureza. Natureza que não nos deixaria nunca na mão, por ser uma fonte inabalável e inesgotável de inúmeros recursos – “em se plantando, tudo dá”, já assinalava Pero Vaz de Caminha em nossa carta de fundação.

A percepção de que os recursos naturais no Brasil eram inesgotáveis, por exemplo, fez crer que a prática do planejar fosse funcionar como uma espécie de ‘camisa-de-força’ ou ‘estraga prazeres’, que impediria a sociedade em usufruir as riquezas no tempo presente, já que “o futuro a Deus pertence”. Neste caso, o prazer, enquanto ócio ‘nada’ criativo daqueles que detinham os meios de produção no Brasil, foi desvinculado da noção edificante de trabalho. Este passa a ser percebido como elemento de tortura, que deve ser desempenhado pelos escravizados. Visto como vil, o trabalho não é considerado uma atividade que deve ser exercida de forma livre e assalariada. Estas noções só vieram à tona legalmente no Brasil, a partir do governo Vargas, nos anos 30 do século XX. Antes, no século XIX, Machado de Assis já era tomado por esta composição histórica do trabalho. Em folheto distribuído à população fluminense durante o trajeto da Procissão Cívica que comemorou a Lei Áurea, no dia 20 de maio de 1888, Machado escreveu o poema “13 de maio”. Eis os versos:

Brasileiros, pesai a longa vida
 Da nossa pátria, e a curta vida nossa:
 Se há dor que possa remorder, que possa
 Odiar uma campanha, ora vencida,
 Longe essa dor e os ódios seus extremos:
 Vede que aquele doloroso orvalho
 De sangue nesta guerra não vertemos...

União, brasileiros! E entoemos
O hino do trabalho (apud Ferreira, 2004, p. 106) (grifo meu).

Este poema não só atesta que Machado de Assis participou das comemorações da Abolição, como demonstra sua tristeza com a situação subalterna do escravizado explorado por tantos anos pelos colonizadores, vislumbrando uma dignidade trabalhista para os ex-escravizados por meio do trabalho remunerado. Outro momento em que Machado tece críticas à escravidão é no romance *Quincas Borba* (1891). Lá, o escritor criticou o darwinismo social reinante no ideário da época. Segundo Dalmir Francisco, no século XIX

ganha corpo a doutrina racista da seleção natural, que encontrará em Charles Darwin o formulador teórico que combina seleção natural e evolução das espécies ou seleção natural e progresso (...)

Para Darwin, a existência de eras inferiores provaria a tese mais cara ao seu pensamento: a sobrevivência é apanágio dos mais fortes. (...) Explicando a vida animal, o homem, a sociedade, a história – a evolução das espécies, pela seleção natural, permitiria não só explicar a diferença das raças, mas, inclusive, as diferenças de classes sociais, a estabilidade das sociedades e as mudanças históricas. Tudo era resultado da luta pela sobrevivência do mais forte, resultado da seleção e evolução biológica e histórica: eis o *social darwinismo*.

Por essa via, a evolução explicaria a superioridade da elite sobre o proletariado e do branco sobre o negro. Também explicaria a emergência de novos vencedores – ex-fracos que se tornaram fortes, conquistando a superioridade. A superioridade (avanço) ou a inferioridade (atraso) seriam estágios evolutivos, todos pertinentes à espiral sem fim do progresso (1992: 62-63) (grifo do autor).

Ciente da seleção social, construída culturalmente, mas alicerçada cientificamente a partir da tese da seleção natural, Machado, ao longo de sua vasta obra, questionou esta irresponsabilidade argumentativa tão cara ao ideário oitocentista, utilizando a ironia como recurso crítico. A partir da criação do Humanitismo – paródia relativa ao darwinismo social – apregoado pelo seu personagem Quincas Borba, o narrador machadiano, bem ao estilo galhofeiro, formulou aquela tese a fim de demonstrar que a sociedade brasileira era pautada pelas relações parasitas, pela luta de todos contra todos. Assim, a noção orquestrada oriunda de um conjunto articulado por uma base solidária era deixada de lado em nome da vitória imediatista e impiedosa dos mais fortes e dos mais aptos, dentro de um contexto de exploração do homem pelo homem. Esta ‘teoria do benefício’ a todo custo desembocará na idéia de que o indivíduo, supervalorizado, de maneira ‘milagrosa’,

salvaria o arranjo coletivo, ao invés da salvação vir pela organização do grupo social, conforme estipula a mentalidade administrativa dos países centrais do capitalismo, revigorados pelo liberalismo. Este veio para o Brasil escravocrata como uma 'idéia fora do lugar', conforme a feliz expressão do crítico Roberto Schwarz (2000). Quais são as razões que explicariam este estranho fenômeno em nossas terras?

Por trás das idéias fora do lugar está o princípio de que a modernidade administrativa ocidental foi simultaneamente um processo europeu – dotado de mecanismos poderosos, como liberdade, igualdade, secularização, inovação científica, direito internacional e progresso – e um processo extra-europeu – dotado de mecanismos não menos poderosos, como colonialismo, racismo, genocídio, escravidão, destruição cultural, impunidade, não-ética da guerra. Um não existiria sem o outro, aponta Schwarz, ancorado nas obras de Machado de Assis.

Deste modo, naturalizou-se no Brasil um modelo de poder – até hoje em vigor –, que, sem contradição aparente, afirma a liberdade e a igualdade e pratica a opressão e a desigualdade. Assentes nesse sistema administrativo, os ideais republicanos de democracia e igualdade constituíram uma espécie de “hipocrisia sistêmica”, conforme assinala o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2006). Tal hipocrisia foi percebida pelo ‘Bruxo do Cosme Velho’, até mesmo em situações de ‘delírio público’ como foi a chegada da República, em decorrência da derrocada do Império e da Abolição da Escravatura. Esta reforma, apenas aparente, que acabou realçando a nossa imobilidade estrutural costumeira, vai levar o Conselheiro Aires, de *Esaú e Jacó*, de maneira irônica, a construir esta lapidar sentença: “também se muda de roupa sem se trocar de pele” (MACHADO DE ASSIS, 1997: 1031). Esta declaração do diplomata veio para acalmar os ânimos do administrador Santos, pois este estava com receio de que houvesse uma revolução com a chegada da República. Entende-se por revolução “desordem pública” e “calamidade”, conforme os dizeres do próprio Santos (MACHADO DE ASSIS, 1997:1031). Algo similar aparece no clássico da literatura italiana, *O Leopardo*, escrito por Tomasi di Lampedusa. A personagem, um aristocrata, ao perder o poder, vê o surgimento violento da burguesia e pronuncia ao amigo que era preciso fazer algumas modificações, para que tudo continuasse como sempre foi. Aliás, esta frase poderia funcionar muito bem como nosso lema nacional. Ou seria, dilema?

No Brasil oitocentista, o escravismo brasileiro desmentia as idéias liberais vindas do centro do capitalismo. Lá, a civilização burguesa postulava a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. Já no Brasil oitocentista, a nossa administração seguia os seguintes princípios: “atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc.” (SCHWARZ, 2000: 19).

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o caráter dos portugueses colonizadores ajuda a compreender a concepção de que o indivíduo encontra-se acima das questões públicas, configurando-se como um herói. A exemplo disso podemos destacar o fato de os portugueses acreditarem ser uma nação, à espera da salvação via El-Rei. A figura de Dom Sebastião é um exemplo do herói que, com a sua competência individual, seria capaz de redimir e salvar o país. O discurso da salvação é a idéia messiânica de que um indivíduo vai salvar o todo e não o todo organizado vai se salvar. É o talento individual sobre o interesse público. Aí se encontram as raízes do discurso que convence e ludibria o leitor de Machado de Assis, ao acreditar que “as coisas públicas andam mal, ao passo que as coisas particulares andam bem” (1997: 381).

Assim, Machado alerta para o desapego do indivíduo em relação à administração da coisa pública. Isso se explica dentre outras coisas pelo fato de ter sido instalado no Brasil um tipo de Estado patrimonialista, herdado de Portugal, em que tudo derivava do poder central do rei e dos seus amigos e ao qual a sociedade estava atrelada. Nessa estrutura patrimonialista, toda a sociedade tinha uma importância inferior em relação ao Estado. Desse modo, a nação brasileira era construída a partir de uma transposição mecânica da burocracia da coroa portuguesa para a colônia. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil é um “país estranho”, onde o Estado começa antes da sociedade.

O perfil de leitor individualista retratado na crônica machadiana é o resultado cultural do tipo predominante de pessoas que vieram para cá desde os tempos coloniais. Elas não observavam o Brasil como nação, mas sim como central de abastecimento para a Coroa. Assim, tentavam tirar proveito das nossas riquezas e como aventureiros, ou seja, não ligados à terra e ao tecido social, exploravam nossos recursos de todas as maneiras.

Em linhas gerais, posso dizer que, tomando contato diariamente com a rotina do leitor, conhecendo-o de fato e sabendo de suas reais necessidades, Machado de Assis

soube tratá-lo de fato como protagonista no processo de comunicação jornalística. A partir de uma conversa franca, direta e sincera, o cronista deixava de lado as unturas do estilo para falar à fresca com o leitor. De preferência, vestido com o paletó branco e de chinelas de tapete.

Ao analisar as relações que foram estabelecidas entre o jornalista Machado de Assis e seu leitor, noto a importância deste fenômeno de comunicação como um dos elementos do paradigma jornalístico do cronista. Como homem de imprensa, Machado já se aventurava em pleno século XIX a utilizar com habilidade as ferramentas do *marketing*, “aqui entendido como busca do *mapeamento* dos interesses, necessidades e desejos dos potenciais leitores, modo de estabelecer a relação fiduciária ou contratual entre jornal, *scriptor* jornalista e leitores”, conforme o conceito formulado por Dalmir Francisco (2000).

A mistura do útil e do fútil

Analisando a trajetória de Machado de Assis como crítico da imprensa “na acepção ampla do termo, fazendo pontaria na imprensa como Instituição” (DINES, 1982: 150), percebo que as primeiras crônicas – “O folhetinista” (*O Espelho*, RJ, 30/10/1859), “O jornal e o livro” (*Correio Mercantil*, RJ, 10 e 12/01/1859) e “A reforma pelo jornal” (*O Espelho*, RJ, 10 e 12/01/1859) – revelam um cronista eufórico e preocupado em contar as vantagens que a imprensa poderia trazer à sociedade. O jovem Machado é um entusiasta do jornalismo. Enaltece o jornal, considerando-o como “a verdadeira forma da república do pensamento” (1997:945). Filho legítimo dos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, o jornalismo tem a missão de trazer à tona a livre circulação de idéias, que irão motivar a execução das reformas tão necessárias em um país marcado pela escravidão, pelo analfabetismo e pela desigualdade social. O cronista acredita sem titubear no poder revolucionário do jornal. A jovem imprensa brasileira despontava como instrumento político de grande valia na disputa ideológica e na formação de uma opinião pública. O jornalismo exerce fascínio em Machado de Assis. Este foi o período em que o cronista “revelou acentuados pendores de combatividade”, conforme aponta Brito Broca (1975: 213).

Em “O folhetinista”, Machado olha com desconfiança o surgimento do folhetim no Brasil, por achar que muitos dos cronistas da época imitavam o estilo francês de contar histórias, sem se preocupar em desenvolver uma forma nacional de registrar o cotidiano. Nesse sentido, Néelson Werneck Sodré avalia que “com a costumeira argúcia, Machado de Assis já entendia o folhetim como instrumento de alienação, nos termos em que era difundido entre nós” (1966: 280). O jornalista inicia a mencionada crônica dizendo que o folhetim é uma planta européia com dificuldade de adaptação no Brasil. Machado já se preocupava desde jovem com a independência do espírito nacional, que era prejudicado em termos literários com a importação do modelo do folhetim. Este chegava a condicionar os costumes do próprio folhetinista, preocupado com o que acontecia na França, sem se atentar à realidade nacional. Esse fenômeno ainda persistiu no século XX, se tomarmos como base o fato de Mário de Andrade, mentor da Semana de Arte Moderna de 1922, em “Lundu do escritor difícil”, chamar de “macaco” o compatriota que só sabia das coisas do estrangeiro (*apud* SCHWARZ, 1987: 93).

Tal postura mostra um cronista crítico do seu tempo e não indiferente com as questões relevantes ao desenvolvimento da crônica brasileira. Alguns estudiosos, como Antonio Candido (1992), Carlos Heitor Cony (1998) e Valentim Facioli (1982), consideram Machado de Assis o responsável pelo amadurecimento da crônica enquanto gênero entre nós. Isso contribuiu para a transformação dessa “entidade literária”, sob vários aspectos, em um gênero tipicamente brasileiro. Tal hipótese sobre a nacionalidade do gênero é defendida por Massuad Moisés, ao argumentar que a crônica não tem realmente nenhum “similar noutras literaturas, salvo por influência de nossos escritores (como na moderna Literatura Portuguesa)” (1983: 246).

Conta Machado, em “O folhetinista”, que o folhetim nasceu na França e se expandiu para o mundo, ou para as regiões que assumiram o jornal como meio de expressão. Esta é uma outra hipótese sobre a origem do gênero. Ele passa a se configurar, portanto, como um desdobramento do folhetim de origem francesa, tendo sido apenas adaptado e nacionalizado. Antonio Candido é um dos defensores deste ponto de vista, aduzindo à “naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu” (1992: 15). Eduardo Portella vai em caminho semelhante, afirmando que a crônica “talvez figure, juntamente com o futebol, entre aqueles mais acabados exemplos

de redução crítica de modelos metropolitanos” (PORTELLA *apud* PROENÇA, 1986: 7). José Paulo Paes (1967), Afrânio Coutinho (1997) e Brito Broca (*apud* MOISÉS, 1983) consideram que as origens e as semelhanças do gênero são os *familiar essays* de língua inglesa – e que a denominação crônica é inadequada, pois o gênero que assim chamamos é muito diferente do texto documental e historiográfico que o resto do mundo designa pelo termo.

Enumeradas as hipóteses principais que tratam da nacionalidade do gênero, destaco agora não só os objetivos do folhetim como também o conceito construído por Machado de Assis. O folhetim ocupou uma parte especial no jornal, ao abrir espaço para a publicação de romances por capítulos e para o tratamento de assuntos de diversas naturezas no rodapé. Tinha como objetivo trazer assuntos leves que visavam entreter o leitor, oferecendo-lhe um intervalo recreativo, em meio à oferta de temas graves, com os quais os periódicos mais se ocupavam e ainda hoje se ocupam. Em “O folhetinista”, Machado traz uma definição clássica do que é ser cronista e descreve como se dá sua íntima afinidade com o jornalismo:

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como pólos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

Efeito estranho é este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; o capital próprio.

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política (1997: 959).

Mesmo exercendo a crítica ao folhetim praticado na época, Machado de Assis inicia a carreira oferecendo uma definição clássica ao gênero. Ao dizer que o folhetinista é a mistura do “útil” e do “fútil”, o autor aponta para o entendimento de que o cronista é um jornalista que diverte e informa, pois, afinal é de notícias e de não notícias que se faz a crônica, como mais tarde diria Drummond (1975). A ligação entre o útil e o fútil oferecerá ao estilo machadiano a possibilidade de transitar entre os assuntos mais graves e os amenos sem estabelecer entre eles uma linha hierárquica de importância. Esta posição

editorial é complexa, adverte o cronista, assumindo perante o público uma certa dificuldade em selecionar e destacar os fatos diante dos inúmeros episódios que cercam uma semana repleta de novidade. A manifestação desta dúvida encontra-se presente em “A Semana”, de 04/12/1892:

Os acontecimentos parecem-se com os homens. São melindrosos, ambiciosos, impacientes, o mais pífio quer aparecer antes do mais idôneo, atropelam tudo, sem justiça nem modéstia... E quando todos são graves? Então é que é ver um miserável cronista, sem saber em qual pegue primeiro. Se vai ao que lhe parece mais grave de todos, ouve clamar outro que lhe não parece menos grave, e hesita, escolhe, torna a escolher, larga, pega, começa e recomeça, acaba e não acaba... (1955: 179)

Sendo assim, o cronista deveria ser capaz de informar divertindo, de entreter reportando, e de dar voz ao fato miúdo e banal, à emoção e às pobres ocorrências do nada, além de tornar mais leve a observação e a reflexão. Nos dizeres de Arrigucci Jr., Machado é capaz de aplicar a metafísica a assuntos considerados menores – “quinquilharias” (1985: 84).

A crônica, conforme ilustra Machado, configura-se como um gênero intermediário, metade relato objetivo dos fatos, metade comentário valorativo destes. A variedade de assuntos também caracteriza a liberdade expressiva de uma crônica, que traduz “a vida ao rés-do-chão”, conforme revela o crítico Antonio Candido. Debicando um assunto aqui, outro acolá, “por meio (...) da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela [a crônica] elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural” (CANDIDO, 1992: 13).

Gênero híbrido, oscilante entre a literatura e o jornalismo, a crônica nacional oferece expoentes que vão de José de Alencar a Rubem Braga. Mas é exatamente Machado de Assis quem a libertará dos vícios da literatura romântica (berço do gênero), dando-lhe o viço que fez com que assumisse a força que hoje possui. Identifico a concepção machadiana da crônica como “gênero menor” (expressão que alude à idéia da crônica enquanto um complemento da Literatura e não como produção textual dotada de pouco valor), na seguinte passagem de 14 de julho de 1878, publicada no jornal *O Cruzeiro*:

Crônica, – aonde ninguém desce a buscar idéias graves nem observações de peso. A crônica é como a poesia; *ça ne tire pas à conséquence*. (...) Que sabes tu [a crônica], frívola dama, dos problemas sociais, da teses políticas, do regime das coisas deste mundo? Nada; e tanto pior se soubesses alguma coisa, porque tu não és, não foste, nunca serás o jantar suculento e farto, tu és a castanha gelada, a laranja, o calix de Chartreuse, uma coisa leve, para adoçar a boca e rebater o jantar (1955: 80) (grifos do autor).

Para evitar uma interpretação pejorativa da crônica como “gênero menor” no sentido de manifestação literária de valor questionável, Carlos Heitor Cony ao tratar dessa mesma questão, esclarece que:

A crônica só é gênero menor em termos de literatura (...) E, se a literatura busca a infinitude, a crônica é mesmo, expressão de finitude. É temporal, fatiada da realidade e desvinculada do tempo maior que é o da literatura como arte.

Mas daí não se deve concluir que ela seja uma defunta. (...) Dizem que se trata de produto típico do jornalismo brasileiro, mas não exclusivo. Sendo por definição um texto datado, tem fases, sacrifica-se a modismos, mas, devido à elegância ou habilidade de seus cultores, consegue sobreviver em diferentes manifestações pleonasticamente crônicas: como gênero (crônica) e como vinculada a um tempo (crônica também) (CONY, 1998:7).

O discurso machadiano serve para comprovar que a crônica é o espaço da manifestação daquilo que, no século XIX, era considerado um desvio, e que, no século XX, veio a se tornar execrável: a subjetividade da/na escrita. Cony chega a afirmar que a emoção, característica fundamental da crônica, é considerada uma “besta negra do jornalismo na atualidade” (1998:7).

E em se tratando de estilo, é inquestionável a leveza temperada e a refinada ironia dos textos machadianos. Isso revela o charme característico do “gênero híbrido” (a crônica), que se esquivava de fórmulas fixas e definições acachapantes. Esses atributos caracterizam o realismo de detalhe, marcado por uma economia verbal, que projetou Machado de Assis como um dos imortais da literatura universal, oferecendo entre seus escritos um universo hoje conhecido de cerca de seiscentas crônicas. Homem de cultura vastíssima, de inteligência sagaz e de humor ardiloso, o escritor traz a marca dos seres autênticos, aqueles capazes de criticar seu tempo, estando no meio do torvelinho

histórico que vivencia. Arguto com relação às instituições sociais, políticas e morais de sua época, nada lhe escapa às análises, nem mesmo os jornais, através dos quais seus textos serão lidos.

Machado de Assis comparava o folhetinista e suas visitas aos variados assuntos ao colibri que passeia por diversas flores. Tal metáfora é tomada de empréstimo de José de Alencar. Este ao indicar que da mesma forma como o papel do colibri é sugar o mel das flores, o do folhetinista é sugar “a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho!” (ALENCAR, 1960: 648).

O colibri de nome Machado de Assis resolveu então visitar justamente uma flor chamada imprensa e em toda a sua produção como folhetinista, foram várias as visitas. Nos primeiros encontros, o colibri saiu entusiasmado, mesmo quando apontava alguns desencantos em relação ao jornal. A propaganda positiva da imprensa foi a marca das primeiras crônicas de Machado, intituladas “O jornal e o livro” e “A reforma pelo jornal”. Despontava no Brasil uma jovem imprensa, juntamente com um novo cronista, Machado de Assis.

Em “O jornal e o livro”, publicado no *Correio Mercantil*, de 10 e 12/01/1859, o escritor, com vinte anos de idade, já se manifestava um entusiasta do progresso que deveria nortear a história das idéias e das ações necessárias ao arranjo moderno do pensamento liberal, propagado pelos ideais da Revolução Francesa. Os ideais deste movimento, ocorrido em 1789, trouxe como máximas fundamentais da busca pela democracia e pela garantia dos direitos humanos: a liberdade, a fraternidade e a igualdade. Tais princípios foram importados pela elite brasileira e transformados em arcabouço teórico para implementar um possível ingresso do Brasil no rol dos países civilizados.

Machado de Assis apresenta, com profunda convicção, o jornal como instrumento plural e democrático, capaz de fazer circular a multiplicidade de princípios que regeram politicamente a Revolução Francesa, fazendo com que esta sirva de paradigma ideológico para a busca da cidadania mesmo em terras marcadas pela escravidão, como foi o caso do Brasil oitocentista. O cronista carioca acredita no potencial do jornal como agente capaz de construir um clima democrático que favorecesse o “adiantamento moral da humanidade” (1997:943). Referindo-se a uma obra do escritor francês Pelletan como “livro

de ouro”, o jovem jornalista vai bebericar nessa fonte, aceitando a tese da contínua perfectibilidade do espírito humano (FACIOLI, 1982: 19). Conta o cronista que o espírito humano foi realçado e refinado pelo progresso trazido pelo livro e alcançou mais transparência com o jornal. E entende que o este, ao desenvolver e ampliar o espectro da audiência, incentiva a prática da discussão de todo e qualquer fato social. Ao perguntar se o jornal matará o livro e se o livro absorverá o jornal, Machado percebe o momento em que o jornal se firma como suporte moderno capaz de difundir para um grande número de pessoas os fatos e suas repercussões, de maneira dinâmica e interativa. Já o livro aparece como uma construção canônica de tradição monumental, comparado à arquitetura da catedral, em vertiginosa queda de prestígio.

O pensador alemão e organicista Oswald Spengler (1880-1936), ao contrário de Machado de Assis, acreditava que o livro podia ser ameaçado pela concorrência da revista de compilações e, sobretudo, pelo jornal:

À época do livro está enquadrada entre o sermão e o periódico. O mundo dos livros, com sua abundância de pontos de vista, que obrigava o pensamento à crítica e à seleção, em realidade só existe agora para círculos pequenos. O povo lê um jornal, seu jornal, que, em milhões de exemplares entra, todos os dias, em todas as casas, mantém os espíritos sob seu encanto e faz que se esqueçam os livros (...) A democracia substituiu, na vida espiritual das massas, o livro pelo jornal. (SPENGLER *apud* CORBISIER, 1950:33).

Segundo Machado de Assis, o jornal supera o livro justamente por sua distribuição mais eqüitativa e democrática: “o jornal é mais que um livro, isto é, está mais nas condições do espírito humano” (1997:945). O cronista percebe uma nova era que se anuncia com o advento do jornal, que, utilizando uma escala de tempo mais dinâmica, interpreta, resume e divulga o que fôra, durante séculos, o privilégio e o monopólio do livro.

Para evitar maiores desentendimentos, Machado esclarece que, “admitido o aniquilamento do livro pelo jornal, esse aniquilamento não pode ser total. Seria loucura admiti-lo” (1997: 948). Quando um novo meio surge e se fortalece como tendência mais usual do que o antigo, cria-se uma expectativa na própria opinião pública de que este

ficará tão obsoleto que cairá em desuso ou será menos apreciado⁹. Penso que não é em termos comparativos, que se deve avaliar a qualidade e o alcance do livro e do jornal, pois cada meio tem a sua especialidade e carrega a sua própria mensagem. Na discussão da polêmica entre os suportes livro e jornal, é preciso estar atento à forma como Machado de Assis se relacionou com eles:

O fato de participar ativamente da imprensa fez de Machado um produtor assíduo, regular e constante de textos, que, muitas vezes, se repetiam, eram reformatados ou então alterados, quando transportados do suporte jornalístico para o livro. Embora, na juventude, tenha sido fervoroso adepto do jornal, sabia que o livro tinha durabilidade maior e alcançava um público mais distante e exigente, de modo que requeria cuidados e esmeros especiais (ZILBERMAN, 2004: 25) (grifo meu).

Ao comparar o livro e o jornal, Machado não vislumbra como cenário a decadência do gosto ou das letras. É, antes, um sinal dos tempos; é o primeiro indício de uma era, em que se irá caminhar para o que é breve, condensado, bem digerido, e se irá abandonar a bagagem volumosa; é o advento do jornalismo. Conforme comenta o ensaísta Ricardo Araújo: “se o livro é o vislumbre para a entrada no mundo moderno; o jornal é a efetivação plena da modernidade”(2000:36).

Eufórico, Machado discorre, em “O jornal e o livro”, sobre sua “profissão de fé”: o jornalismo. Realçando o aspecto progressista e transgressor do veículo, o cronista diz que “o jornal aparece trazendo em si o gérmen de uma revolução” (1997:945). “Pão eucarístico da publicidade” e “propriedade do espírito moderno” são alguns dos termos que o cronista utiliza para qualificar o jornal. Por carregar esta importância, a imprensa se reveste de um papel social imprescindível, pois deve se apresentar como instrumento capaz de abarcar as diversas correntes de pensamento e os mais variados acontecimentos, para manter a população informada e esclarecida. Para o cronista: “o jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente

⁹ Acredito que Machado de Assis, naquele momento, quis compreender o livro como uma tradição que bruxuleia, como algo que morre um pouco, mas renasce também, a cada dia, devido à novidade da época: o jornal. É importante notar que, se, naquela época, em pleno século XIX, a discussão envolvendo os meios de comunicação se concentrava na superação do livro por parte do jornal, nos tempos atuais, questiona-se se a Internet vai ultrapassar em matéria de importância o livro e os jornais impressos.

democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções (1997:945) (grifo meu).

Com este conceito-chave de jornalismo, Machado quis destacar que o direito democrático da informação é inseparável da vida republicana, ou seja, da existência do espaço público das opiniões. Em termos democráticos e republicanos, a esfera da opinião pública institui o campo público das discussões, dos debates, da produção e recepção das informações pelos cidadãos. De fato, na medida em que a democracia afirma a igualdade política dos cidadãos, afirma por isso mesmo que todos são igualmente competentes em política. Ora, essa competência cidadã depende da qualidade da informação cuja ausência nos torna politicamente incompetentes. Entra aí o componente utópico que alimenta o ideal machadiano de imprensa como “república do pensamento”: cabe ao jornalismo, enquanto esfera pública das opiniões, viabilizar o acesso em iguais condições à coisa pública, apoiado no princípio universal dos ‘direitos’, distinguindo-o do ‘interesse’, pois este é sempre particular.

O advento do jornal seria, portanto, um acontecimento singular na escalada civilizatória – “uma locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos”. Locomotiva que sacudia todos os lugares por onde passavam seus trilhos, ao imprimir um movimento capaz de emancipar tanto a inteligência quanto os povos, fazendo cair “o direito da força, o direito da autoridade bastarda consubstanciada nas individualidades dinásticas” (1997: 945). Com efeito, este movimento – capaz de sacudir dinastias ancestrais – é, simultaneamente, a pedra de toque do jornal e o índice de envelhecimento do livro:

A lei eterna, a faculdade radical do espírito humano, é o movimento. Quanto maior for esse movimento mais ele preenche o seu fim, mais se aproxima desses pólos dourados que ele busca há séculos. O livro é um sintoma de movimento? Decerto. Mas estará esse movimento no grau do movimento da imprensa-jornal? Repugno afirmá-lo (1997: 946).

O jornal é denominado pelo cronista carioca como “literatura comum”, o que significa, para ele, que o jornalismo deve buscar uma linguagem acessível, mais simples que a do livro, próxima à oralidade, mesclada com elementos da literatura culta a fim de aprimorar o estilo e potencializar a conversa com o leitor. Devido à sua marca temporal, o jornal deve ser responsável por acompanhar e transmitir o calor e as repercussões do fato

no dia seguinte ao ocorrido para que o leitor tenha acesso de forma ágil e dinâmica à “frescura das idéias” e ao “fogo das convicções”. Sendo assim, o jornalismo pode ser considerado uma forma literária feita à queima roupa, “*literatura quotidiana*”, “reprodução diária do espírito do povo” (1997:946) (grifo do autor).

Machado acredita que a imprensa, alimentada pelo espírito revolucionário, atuará como um veículo capaz de tornar público (de conhecimento de todos), em sua periodicidade diária (balanço dos acontecimentos da semana), o calor e o teor das diversas idéias e suas repercussões no tocante à realidade brasileira. Em sua missão primordial de democratizar a informação e alimentar a opinião pública, o jornal chega a significar, no julgamento do cronista, como anteriormente citado, “a verdadeira forma da república do pensamento”. Nesse sentido, Machado está muito próximo às idéias de Mallarmé, que considerava o jornal uma “enciclopédia popular moderna” (*apud* ARAÚJO, 2000:36). A definição machadiana de jornal, que buscava legitimar o veículo como meio capaz de responder às diversas demandas do espírito coletivo da sociedade brasileira, encontra eco na atualidade. Basta verificar o que pensa o crítico Décio Pignatari sobre a utilidade pública do jornal e dos outros meios de comunicação, em artigo publicado no final do século XX:

Acho que os meios de comunicação, com lastreamento básico na imprensa e prolongamento necessário na televisão e na mídia eletrônica em geral, se constituem na verdadeira universidade aberta do povo, em todos os países, mas especialmente nas nações terceiro-mundistas” (PIGNATARI, 1995:223) (grifo do autor).

Ao associar informação e educação e ao considerar a imprensa como “universidade aberta do povo”, as palavras de Pignatari podem ser lidas como eco da definição machadiana da imprensa como “república do pensamento”. Tal definição, por sua vez, dialoga com a expressão “quatro poder” conferida à imprensa pelo político conservador inglês Edward Burke, em 1787¹⁰, na medida em que esta deveria atuar na fiscalização dos outros poderes. Assim para Machado, a imprensa deveria atuar em duas frentes: educar o povo, ensinando-o a pensar, e demolir as estruturas aristocráticas em nome da democracia.

¹⁰ Cf. SABBATINI, 2004.

Ao depositar a esperança de que o século XIX responderia aos anseios libertários da Revolução Francesa, o jovem Machado de Assis desejava que o progresso e a democracia confirmados pelo jornal pudessem trazer ânimo e disposição para que houvesse um ciclo de reformas capaz de modificar radicalmente a estrutura oligárquica presente no Brasil oitocentista. Nas palavras de Ricardo Araújo: “Machado de Assis, agudamente, percebe uma relação de desigualdade, entre o Estado brasileiro, escravista, recém-saído dos laços metrópole/colônia, com sua pobreza e seu desenvolvimento, e a possibilidade aberta pelos novos meios de comunicação” (2000:36). Aos olhos do jovem cronista, a também jovem imprensa, por si mesma, teria condições de promover um horizonte democrático e progressista em terras brasileiras, fazendo soprar os ventos da modernidade e da liberdade. Por isso, Machado afirma em sua crônica que: “o jornal é a liberdade, é o povo, é a consciência, é a esperança, é o trabalho, é a civilização” (1997:948). E não foi gratuita a utilização da imagem da “aurora” para simbolizar o que representaria a imprensa em um período de “regenerações”, que vão marcar o século XIX, no qual fervilhavam teses e hipóteses renovadoras. Ao traçar um breve paralelo podemos concluir que: Aurora – luz brilhante e rósea que precede no horizonte o nascer do sol. Jornal – a própria luz do esclarecimento, que deverá nortear as ações humanas, como queria crer Machado de Assis.

O entusiasmo de *Machadinho* (como então era conhecido o nosso escritor) pela novidade do jornal deita raízes não apenas na crença de que este novo veículo de idéias seria o único capaz de acompanhar a urgência das mudanças modernas, mas também na incumbência do jornal em reformar toda a sociedade através do debate público e livre em suas páginas. O jornal é mais que a simples informação, é a “alavanca de Arquimedes” (MACHADO DE ASSIS, 1997: 944), “o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a idéia de um homem mas a idéia popular” (1997:946). O jornal prepara a humanidade para o sol que vai nascer, na medida que serve como uma espécie de suporte material com o qual se pode forjar o espírito público. Ele também é visto como guardião da liberdade através da publicidade, inimiga dos segredos de Estado e das conspirações – idéia cara a uma época que descobriria na imprensa o quarto poder.

A imprensa como “república do pensamento”

A crônica “A reforma pelo jornal” (*O Espelho*, 23/10/1859) já expõe o objetivo de Machado de Assis: legitimar a imprensa junto à sociedade brasileira, atribuindo-lhe o papel de instituição articuladora e agente privilegiado de reformas essenciais para o País. Imbuído dos parâmetros da razão (verdade, transparência), do questionamento da autoridade, da crítica da política e da confiança no progresso, o jovem Machado abre sua crônica contando a boa nova: “houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal” (1997:963). Lúcia Miguel Peireira comenta que, nesse artigo, Machado “deixava bem patentes as tendências liberais, louvando o jornal pela sua ação democratizante, declarando-se adversário das aristocracias. Exigia a divulgação da cultura, o esclarecimento das massas” (1988:73). O cronista aponta para a disseminação das idéias, das discussões, entendida como possibilidades iguais para diferentes pessoas, por intermédio da leitura do livro e, em seguida para o avanço dessa disseminação através da página do jornal, local por excelência do debate de idéias. Em se tratando de um Brasil monarquista, autoritário e repressor da atividade da livre expressão, o poder oligárquico teria enfim um contra-poder fiscalizador: o jornal. Na tribuna e no livro, a palavra teria um poder mais restrito do que o jornal, por se tratar da expressão de uma pessoa apenas, enquanto no jornal, a palavra vem de agentes múltiplos e é multiplicada periodicamente. O jornal encarna o verdadeiro verbo, “a origem de todas as reformas”, sendo a história humana “o verbo feito livro” (1997:963) A palavra no jornal passaria a ser prodigiosa e criadora, por suscitar a discussão. Esta seria capaz de promover:

A sentença de morte de todo o *statu quo*, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda.

Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade (MACHADO DE ASSIS, 1997:964) (grifo do autor).

Nesta declaração de Machado, podemos sentir o eco das palavras de Hipólito da Costa, patrono da imprensa e fundador da primeira manifestação do jornalismo brasileiro em 1808, quando afirmou no volume XXV, página 570, do *Correio Brasiliense*, que “a discussão livre fará sempre sucumbir o erro” (COSTA *apud* BAHIA, 1990:26). José de Alencar vai dizer a mesma coisa quatro anos antes de Machado de Assis, na seção “Ao correr da pena”, publicada no *Correio Mercantil* em 25/02/1855: “é do calor da discussão, do choque das idéias, que têm nascido e que hão de nascer todos os progressos do jornalismo brasileiro” (1960: 733-734).

Nélson Werneck Sodré, historiador da imprensa no Brasil, destaca a crônica “A reforma pelo jornal” como uma “conceituação lapidar” que ilustra muito bem a combatividade reformista da imprensa da Corte. Após destacar algumas passagens do texto em questão, Sodré comenta o contexto da referida crônica de Machado, destacando naquela oportunidade “a sua extraordinária sagacidade de observação e clareza da análise”:

Ora, o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, pôr em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em sua fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura (SODRÉ, 1966: 268).

Diante desta passagem, pude verificar que Sodré destaca Machado como um digno representante do jornalismo comprometido com o questionamento das estruturas de poder no Brasil. Na corrente de Hipólito da Costa e de José de Alencar, Machado denuncia a existência de um controle do saber e da informação, que funcionava como forma de dominação, de manutenção da autoridade e do poder, assim como facilitava a submissão e a servidão. Cabe ao jornalista divulgar e discutir esse saber acumulado e concentrado nas mãos da aristocracia.

O romancista quis salientar que o jornal deve reproduzir, incentivar e opinar a respeito das diversas correntes de informações que visam ao pleno desenvolvimento do indivíduo e seu preparo para o exercício da cidadania. Logo no título da crônica, a reforma *pelo* jornal é fruto do não-conformismo diante do *status quo*. Por possuir essa missão, o jornalismo torna-se uma atividade que deve fiscalizar o poder, e, por isso, as aristocracias

do mundo se sentiam tão ameaçadas pela imprensa. Quando Machado de Assis aponta para o fato de o fechamento da imprensa e o impedimento da liberdade de expressão serem o sustentáculo do poder na Europa, ele denuncia a prática da censura e do patrulhamento ideológico por parte dos dirigentes. Quando o poder age no sentido de subtrair ao cidadão a informação que lhe é devida, está corroendo as bases do exercício do jornalismo ético, que é o bom jornalismo, e corrompendo a sociedade. Como defensor da liberdade de imprensa, o cronista posicionou-se radicalmente contra essa prática tirânica:

Mas como! cortar as asas de águia que se lança no infinito, seria uma tarefa absurda, e, desculpem a expressão, um cometimento parvo. (...) Mudaram as cenas; o talento tem asas próprias para voar; senso bastante para aquilatar as culpas aristocráticas e as probidades cívicas (1997: 964).

Quando lia essa passagem, lembrei das palavras do teólogo e filósofo, Leonardo Boff, a respeito do que significava a dimensão-águia para a condição humana:

A dimensão-águia são os sonhos, os projetos, os anelos, os ideais e as utopias que, mesmo frustrados, nunca morrem em nós porque sempre de novo ressuscitam. Eles representam a águia em nós, águia que nos ergue continuamente para o alto, para descobrir novos caminhos e direções diferentes. Para recordar-nos o chamado do novo possível. (BOFF, 1998: 42).

As imagens de “luz” e de “águia” para caracterizar o espírito triunfante da imprensa me fazem lembrar do condor: a águia dos Andes, que significa o espaço aberto dos céus, a altura das montanhas soberbas, a liberdade sem nenhuma ameaça. O sol, como astro-rei cheio de luz, pode ser resgatado das entrelinhas da crônica “A reforma pelo jornal”, com o objetivo de retratar a imprensa que esclarece e ilumina questões até então obscuras e desconhecidas.

Para Machado, o jornalismo nasce como guardião do equilíbrio de relações entre individual e coletivo e não só das relações constituídas (institucionais) como das almeçadas (não institucionais). O jornalismo se coloca, desde seu início, como guardião do papel do Estado, salvaguardando suas funções governamentais ao mesmo tempo em que atua na fiscalização deste como vigilante da promoção das igualdades sociais. Assim, o jornalista é o mediador da sociedade e nesse papel ele está absolutamente ligado ao

contrato social. O jornalismo pode ser considerado um prisma ao contrário: enquanto aquele de fundamentação física recebe a luz e a dilui em várias camadas cromáticas, o jornalismo capta a polifonia da sociedade, e trata de homogeneizá-la, tornando-a compreensível a todos os indivíduos. Assim compreendo a imprensa concebida por Machado de Assis como “república do pensamento”. Devido a essas características, Ciro Marcondes Filho classifica o jornalismo exercido por Machado de Assis na categoria de “*primeiro jornalismo*”, que iria de 1789 à metade do século XIX. Este foi o jornalismo da “‘iluminação’, tanto no sentido de exposição do obscurantismo à luz quanto de esclarecimento político e ideológico” (MARCONDES FILHO, 2000:11). Machado de Assis, surpreendente, já revelava o incômodo que o jornal vai trazer, por provocar a discussão dos falsos argumentos que cercam as relações de poder no Brasil. O cronista arrosta o conservadorismo das elites do país ao professar uma fé vagamente socialista nos humildes: “se há alguma coisa a esperar é a (*sic*) das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não” (1997:964). A meu ver, o cronista traçou ali o tipo de leitor que gostaria de alcançar: os menos abastados, aqueles que, entre as ocupações do trabalho e as explorações do capital, se alimentassem da “hóstia social da comunhão pública” no intuito de se instruírem.

O romancista acredita que o jornal podia muito bem alimentar espiritualmente o trabalhador, que não vive só de pão. O operário, por conviver mais de perto com as mazelas sociais, é mais propenso a tomar atitudes que visam aperfeiçoar o espírito coletivo da Nação. O jornal devia servir para transmitir os seus ideais e assim dissolver as aristocracias pela transmissão de ações que favorecessem a democracia no Brasil. Mesmo entusiasmado, Machado verifica que a idéia de imprensa democrática, liberal e matriz da liberdade de expressão não corresponde à atividade jornalística praticada no Brasil da época:

É verdade que o jornal aqui não está à altura da sua missão; pesa-lhe ainda o último elo. Às vezes leva a exigência até à letra maiúscula de um título de fidalgo.

Cortesania fina, em abono da verdade!

Mas, não importa! eu não creio no destino individual, mas aceito o destino coletivo da humanidade. Há um pólo atraente e fases a atravessar. – Cumpre vencer o caminho a todo o custo; no fim há sempre uma tenda para descansar, e uma relva para dormir (1997: 964-965) (grifo meu).

Mesmo que, no Brasil, a imprensa na época não estivesse à altura da sua missão reformadora, fica exposto também que o cronista quis resgatar e trazer à baila a tradição jornalística que ousou cantar aos quatros ventos os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que motivaram a Revolução Francesa e os movimentos sociais pelo mundo daquele momento em diante. A partir desse marco histórico, desencadeou-se a imprensa de opinião, marcada pela presença literária e pelo estilo polêmico. Nascida em meados do século XVIII¹¹, esse tipo de imprensa servirá de modelo para o jornalismo político-literário brasileiro até a primeira metade do século XIX, contexto em que se insere a crônica citada. Bem que o jovem Machado de Assis gostaria que o comportamento pluralista da imprensa, articuladora de um movimento social da importância da Revolução Francesa, pudesse fazer parte da prática jornalística do Brasil de então, ainda comprometida com uma estrutura oligárquica de poder. Mesmo assim, Machado acreditava que a reforma pelo jornal poderia se concretizar também em um país autoritário, escravocrata e ainda não acostumado com a liberdade de expressão. Por isso ele encerra a mencionada crônica com um tom otimista, acreditando que o jornalismo no Brasil vai conseguir denunciar as desigualdades sociais, motivando o talento das inteligências proletárias a participar do processo decisório.

Contudo, a distância entre a ‘imprensa ideal’ e a ‘imprensa real’ cultivada no Brasil oitocentista não passou despercebida mesmo diante da juventude e da pena entusiasmada de Machado de Assis. Categoricamente o cronista chama a atenção para um aspecto da formação da imprensa brasileira: criada por autorização de um regime absolutista, ela não conseguiu dele se livrar completamente. A “imprensa real” oferece destaque ainda aos costumes da nobreza e da fidalguia. Ela acaba funcionando como diário oficial, procurando destacar os atos imperiais e o sentimento de nobreza da classe dominante. Isso se explica, segundo Dines, porque:

A imprensa no Brasil, criada por concessão de um regime absolutista, jamais conseguiu dele desvencilhar-se. A censura tripla que antecedeu nosso primeiro veículo impresso, de caráter clerical, impregnou todo o relacionamento imprensa-estado nos quase 200 anos seguintes. Como nossa imprensa não foi fruto de uma conquista mas de um favor, acabou estigmatizada por este gesto

¹¹ Cf. MIÈRGE *apud* BUCCI, 2000

primal, híbrido entre o mandonismo do sistema imperante e a busca constante de privilégios (1982: 149).

Apesar do conhecimento dessa realidade estrutural da imprensa brasileira, Machado de Assis não quis anular o potencial do jornalismo como veículo liberal e democrático, capaz de promover reformas tão essenciais para o País, como a própria reforma da imprensa brasileira, que até hoje é discutida, ainda que de forma tímida. Crítico sem perder o otimismo, ele não joga com a água do banho (suja com as impurezas do jornalismo distante do seu propósito esclarecedor, opinativo e plural), uma criança que se chama Jornalismo – o agente capaz de aguçar o espírito crítico e a disposição para a ação coletiva transformadora.

Criticando o mau jornalismo, Machado não invalidou o importante papel da imprensa como todo, pois, afinal, como confidenciou em “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 28/02/1897): “achar que uma coisa é ruim, não é duvidar dela, mas afirmá-la” (1997: 769). Como crítico da imprensa, o cronista se comporta como um representante do leitor, defendendo seus direitos em busca de uma correta cobertura jornalística dos acontecimentos. Machado, agora mais experiente, e com mais vivência no exercício da profissão, observará que o jornalismo praticado no Brasil estava longe do ideal de “república do pensamento”. São momentos em que se pode perceber um escritor patrulheiro da ética jornalística. Ele se apresenta como um profundo crítico e observador do fazer jornalístico e um dos pioneiros na arte de traçar um raio-X do funcionamento da imprensa brasileira.

II Capítulo

A reforma no jornal

É verdade que o jornal aqui não está à altura da sua missão; pesa-lhe ainda o último elo. Às vezes leva a exigência até a letra maiúscula de um título de fidalgo.

Cortesania fina, em abono da verdade!

Mas, não importa! eu não creio no destino individual, mas aceito o destino coletivo da humanidade. Há um pólo atraente e fases a atravessar. – Cumpre vencer o caminho a todo o custo; no fim há sempre uma tenda para descansar, e uma relva para dormir.

Machado de Assis, em “A reforma pelo jornal”, de 23/10/1859

A nossa imprensa foi sempre o instrumento na disputa pelo poder entre os mandarins que circulavam nas suas vizinhanças. Jamais foi uma ferramenta a serviço da sociedade. Sua função crítica sempre esteve adaptada aos escopos de uma competição política que visava apenas a alternância de grupos e não de idéias no comando do processo decisório.

Alberto Dines, em “Media criticism” – um espaço mal-dito, de 1982

Do entusiasta ao fiscal ético

Quando Machado de Assis publicou as crônicas “O jornal e o livro” e “A reforma pelo jornal”, com certeza pretendia expressar sua crença no jornalismo como agente reformador da realidade brasileira, capaz de promover as idéias liberais e de discutir e implantar a retórica do progresso e da igualdade. Entretanto, conforme aponta o crítico Roberto Schwarz, “a ilusão não durou, e logo Machado iria mudar de convicção” (2000b: 84).

Outros críticos também refletiram a respeito, e se manifestaram de diferentes formas. Lúcia Miguel Pereira esquiva-se, a meu ver, de um linha determinista que supõe um avanço linear do estilo do cronista conforme o tempo, quando compara o moço Machado (o colaborador no jornal liberal, o *Diário de Notícias*) com o Machado experiente (cronista já consagrado, da *Gazeta de Notícias*). Ela percebe o valor da prudência adquirida pelo jornalista no trabalho cotidiano com os fatos, mas também ressalta o ímpeto que marcou a pena machadiana, de forma ainda mais acentuada na juventude e não menos presente nas crônicas da fase madura:

É um prazer percorrer a coleção do *Diário do Rio* e ir acompanhando, quase semana a semana, os progressos de Machado, senti-lo crescer, afirmar-se, ganhar aquele seu jeito inconfundível de dizer as coisas, a um tempo tão chão e tão elevado.

Essa parte da sua obra não é apenas interessante para a crítica; tem valor literário; algumas das suas crônicas desse momento são tão boas como as da *Semana*, com uma força a mais: Machado, moço, não teve aquele medo de opinar, aquela prudência que todos tomam por um dos seus traços característicos sem se lembrar que, dos seus escritos críticos, conhecem sobretudo os da maturidade e da velhice (PEREIRA, 1988:77) (grifo meu).

Outro crítico, Alfredo Bosi, também explica como se deu o confronto entre a juventude militante e a maturidade no próprio cronista:

O Machado que se indignara, quando jovem cronista liberal, ante os males de uma política obsoleta, foi mudando nos anos da maturidade o sentido do combate, e acabou abraçando como fado eterno dos seres o

convívio entre egoísmos, até assumir ares de sábio estóico na pele do Conselheiro Aires (BOSI, 1974:196).

Em relação ao apaziguamento da militância liberal no jornalismo e na vida de Machado de Assis, o crítico Brito Broca expõe os motivos que julga mais pertinente para essa mudança de espírito – a maturidade:

No começo da carreira, nos primeiros tempos de jornalismo, como bom romântico, formou na ala dos liberais e colaborando em jornais dessa corrente, não hesitou em criticar os fatos políticos do ponto de vista liberal. Mais tarde, absorvido pela arte, absteve-se gradativamente do ardor primitivo até recair na ironia dissolvente que lhe caracteriza a maior parte da obra. Na mocidade, combatia; na maturidade passou a sorrir com descrença (BROCA, 1957: 15)

No mesmo sentido de Broca, Bosi e Schwarz, Marília Rothier Cardoso explica que:

A colaboração machadiana a pequenas folhas, como *O Espelho*, em 1859, está ligada ao entusiasmo pelo projeto moderno. Confiante na força reformadora do jornal, preconiza sua *ação democrática que parece reagir sobre as castas*, pois, ao contrário de *um inimigo vulgar, é uma barreira... de papel, não, mas de inteligências, de aspirações*. Nada há que lembre nos anos da maturidade, esse otimismo de estréia. Tendo-se afastado da militância liberal e dos periódicos do partido, Machado passa a compor um discurso de questionamento de todos os ideais novos e de relativização de todas as expectativas. (CARDOSO, 1990: 127-128) (grifo meu).

Sendo assim, o jornalismo como grande veículo do espírito moderno e elevado à categoria de “república do pensamento” pelo próprio Machado de Assis, passa a ser desmistificado por ele próprio, quando o jornal se afasta do seu papel de instruir o leitor, informando-o adequadamente. Aquele que destacou, na juventude, a importância fundamental do jornalismo na formação de uma esfera pública capaz de submeter os pólos do poder ao olhar atento da sociedade civil, assistiu, na maturidade, ao colapso dessa visão e percebeu o fracasso do jornalismo exercido no Brasil como quarto poder. Assim, Machado se viu obrigado a pensar na estruturação de um outro poder – o quinto – que tivesse como função central a fiscalização do poder da imprensa.

Poder-se-ia então afirmar que o escritor foi um atento crítico da imprensa de seu tempo e, talvez, até mesmo, um *ombudsman*. Conforme Jairo Faria Mendes (2002), o

ombudsman critica a postura editorial dos veículos em que trabalha, assim como dos demais jornais; além de prestar serviços de ouvidoria, encarregando-se de atuar como representante dos leitores no jornal. Nas crônicas que compõem o *corpus* desse trabalho, não há declarações explícitas do escritor afirmando que tenha feito uma crítica à imprensa com base na escuta de alguma queixa do leitor, ou através de carta deste dirigida ao jornal em que atuava. O desconhecimento, até agora, dessa prova cabal me impede de afirmar, com exatidão, que Machado de Assis tenha sido, de fato, um *ombudsman*.

Diante da ferrenha crítica do escritor em relação à prática jornalística, é possível cogitar a hipótese de que ele tenha recebido reclamações, sugestões e elogios dos seus leitores em relação aos jornais nos quais trabalhou. Pode-se pensar que Machado de Assis reunia as críticas realizadas pela sociedade no tocante ao comportamento editorial dos periódicos, a suas próprias observações e investigações sobre o fazer jornalístico, o que pode ter acontecido, por exemplo, em seus passeios de *bond* ou no contato com os leitores na Rua do Ouvidor. Mário de Alencar, amigo de Machado de Assis, registrou, da seguinte forma, o cotidiano do cronista: “pela manhã, bebido o café, escrevia; depois do banho, lia os seus autores passeando pelo gabinete. Finda a tarefa diária, entregava-se aos jornais antes e depois do almoço e no bonde” (ALENCAR *apud* WERNECK, 1994: 53). Um forte indício de que Machado era um ‘catador’ das expressões do povo é quando ele colhe do condutor do *bond* a expressão ‘carapicu’, que utilizará, como vimos anteriormente, para descrever o perfil do público leitor.

Cabe ainda informar que todo *ombudsman* é um crítico da imprensa, mas nem todo crítico da imprensa é um *ombudsman*. O crítico da imprensa difere do *ombudsman*, por não ser necessariamente um ouvidor dos leitores e poder avaliar o desempenho da imprensa atuando em outro setor do jornal que não seja o de ouvidoria, como em veículos alternativos, que buscam especificamente radiografar a atuação dos jornais. Tanto o *ombudsman* como o crítico da imprensa costumam ser considerados “malditos”, porque existiria “um temor da mídia em se abrir para a crítica” (MENDES, 2002: 14). Acontece que a atuação desses profissionais, como foi o caso de Machado de Assis, permite que o próprio jornalista faça uma reflexão permanente do seu exercício profissional, recorde que é falível, e que seus erros afetam a sociedade inteira. Na opinião de Geraldo Albarrán de Alba (2002: 12), “o ombudsman do leitor não é outra coisa que a consciência do

jornalista”. Já o bom crítico da imprensa, recomenda Alberto Dines (1982), deve focalizar desempenhos ou comportamentos dos jornais e dos jornalistas enquadrando a estrutura que cria, estimula e orienta tais desempenhos ou comportamentos.

No ensaio “‘Media criticism’– um espaço mal-dito”, Dines observa que o autêntico crítico da imprensa deve se posicionar “contra a maré”, atingindo a essência da estrutura paternalista e autoritária que contamina os jornais. A exemplo da condenação dos profetas ao ostracismo, imposta pelos conservadores, por se tratarem de “indivíduos dotados de uma sensibilidade não propriamente criadora mas crítica, desenvolvendo um senso trágico que lhes permitiria visualizar a rota de colisão”, os críticos, ao longo da história, sempre foram considerados “malditos” pelos “donatários das capitâneas intelectuais” (DINES, 1982: 148). A descrição ideológica do Brasil como paraíso ou reduto pacífico, considerando desde os relatos contidos na carta de Pero Vaz de Caminha ou na concepção do Brasil como um “país do futuro” presente nos estudos de Stefan Zweig, formou um ambiente retocado a partir do elogio à cordialidade, dando a entender que o “profetismo” ou o “criticismo” poderiam estragar a fantasia. No paraíso, não se admite conflitos. Restavam aos autênticos críticos ficarem à margem da sociedade, buscando meios alternativos para se manifestarem contra o fluxo conformado e massificador. Machado de Assis, com a sua economia verbal, sintetizou em uma frase, na crônica “Bons Dias!”, de 11/05/1888, esse drama da cultura política brasileira: “*Esdurfte leicht zu erweisen sein dass Brasilien weniger eine Konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist*” (1997:489). Traduzindo: seria fácil provar que o Brasil é menos uma monarquia constitucional do que uma oligarquia absoluta. Assim, mesmo com a mudança de regime – da monarquia para a república – a estrutura oligárquica continuaria intacta, regendo o poder no Brasil. Por conta disso, a liberdade de expressão e a justiça social se limitariam a compor um discurso abstrato, pois não surtiriam o efeito desejado na prática. À essa altura, Machado já percebia que nem mesmo a imprensa abalaria radicalmente a oligarquia absoluta, pois estava atrelada ideologicamente ao discurso hegemônico e dependia economicamente do governo para o custeio de suas despesas¹². Tanto é que,

¹² Em *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza* (1986), Ciro Marcondes Filho comenta o fenômeno da atuação do jornalismo junto às grandes forças econômicas, políticas e sociais (situação já apontada, no século XIX, por jornalistas como Machado de Assis): “Os jornais são como pontas de *icebergs*, que no nível externo representam a democracia formal na qual todos seriam iguais, e, no fundo, escondem o poder político ou econômico que os sustenta” (1986:13).

observa Dines, o “nosso Quarto Poder (...) está filosoficamente apegado ao Executivo, que em 1808 o criou e que em 1981 [e até os dias de hoje]o sustenta”. Infelizmente, o projeto machadiano de jornalismo como “república do pensamento” ficou inviabilizado, pois, na realidade,

a nossa imprensa foi sempre o instrumento na disputa pelo poder entre os mandarins que circulavam nas suas vizinhanças. Jamais foi uma ferramenta a serviço da sociedade. Sua função crítica sempre esteve adaptada aos escopos de uma competição política que visava apenas a alternância de grupos e não de idéias no comando do processo decisório (DINES, 1982: 150) (grifo meu).

Para Dines, Lima Barreto teria sido o precursor da crítica à imprensa no Brasil com o livro *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, de 1909. Pela língua afiada e pelo estilo destemido, a obra e o autor foram boicotados, respectivamente, pela crítica e pelos grandes meios de comunicação da época. Alvo do preconceito racial, social e literário, visto que era negro e pobre, o autor sofreu mais um golpe: as portas da folhas públicas encontravam-se fechadas para ele, assim como as portas da Academia Brasileira de Letras.

Porém, antes de Lima Barreto, Machado de Assis já executava a função de crítico da imprensa desde o início de sua carreira, a partir de “A reforma pelo jornal”, publicado em 23 de outubro de 1859. Neste texto ele fez a seguinte declaração já mencionada em outra oportunidade: “é verdade que o jornal aqui não está à altura da sua missão” (1997: 964). Cinqüenta anos antes de *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, Machado já exercia o seu papel de fiscal ético e social, driblando os desconfortos da marginalização que poderiam ter sido impostos pelos mandarins dos jornais em que trabalhava. Enquanto Lima Barreto teve que se contentar com a imprensa alternativa para publicar seus posicionamentos mais críticos em relação à sociedade brasileira e à própria atividade jornalística, Machado de Assis conseguiu realizar a crítica da imprensa nos grandes veículos de comunicação, estando a serviço deles. Esta proeza por parte do escritor se deve, a meu ver, pelo habilidoso emprego da ironia como refinamento da expressão, pela lúcida consciência do horizonte de expectativas do leitor (em sua esmagadora maioria, a classe senhorial) e do *fait divers* como disfarce, como tática dispersiva, na condução das suas análises críticas em relação à imprensa.

A estratégia crítica de Machado de Assis poderia ser entendida na incorporação de dois animais – o colibri e o caramujo – que ele próprio utiliza para caracterizar o seu ofício de examinador da realidade brasileira, como é o caso de analisar a atuação dos jornais. Na crônica “O folhetinista”, de 30/10/1859, como já vimos anteriormente, o cronista resgata a imagem do beija-flor, construída por José de Alencar, para comparar o estilo peculiar da ave que passeia pelas diversas flores retirando o néctar, com a natureza do folhetinista que transita por vários assuntos a fim de extrair seus detalhes mais encobertos. A aptidão do beija-flor de apenas roçar as flores, sem pousar, foi apropriada por Machado de Assis, a meu ver, para explicar que o folhetinista deve saber também não “pousar” no fato apenas para utilizá-lo como meio e sim como pretexto para retirar o máximo das virtuosidades de seu estilo, seu espírito, sua graça, suas faculdades inventivas. A crônica é, na essência, uma forma de arte, a arte da palavra, a qual está ligado o lirismo. Machado refletiu sobre a imprensa por meio de um temperamento artístico, ao utilizá-la como instrumento político formador de opinião contrária aos conservadores e, ao mesmo tempo, perceber que esse agente social estava hegemonicamente comprometido com a hipocrisia e a falsidade do liberalismo de fachada vivido no Brasil oitocentista. Nas crônicas machadianas, a imprensa foi também um pretexto, um recurso metonímico, para criticar os vícios de uma sociedade oportunista e que submetia a liberdade à propriedade.

O Machado ‘caramujo’ surge mais tarde, quando confidencia, na crônica “A Semana”, de 14/05/1893, que também participou das festividades que celebraram a Abolição da Escravatura, rompendo assim com um universo de expectativas daqueles que o acusavam de indiferença frente à realidade de seu tempo:

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio (1997: 583) (grifo meu).

Machado se encolhe como um caramujo não só como postura de recolhimento interior que exige a atividade de reflexão ao analisar o choque entre os estímulos externos e os valores internos, mas também para se enquadrar, disfarçadamente, dentro de uma

concha a fim de satisfazer os gostos dos donos do poder e dos jornais. Mas é ele quem também coloca a cabeça para fora da concha e se expõe ao realizar um jornalismo que vai ao encontro do sistema tradicional. É um movimento perspicaz, que vai às raias de um paradoxo no primeiro momento. Em “O cronista e a semana”, de 16/09/1894, Machado incorpora por exemplo a figura de um jornalista sensacionalista, não porque comunga deste parâmetro editorial, como faz crer uma leitura superficial, mas sim por preferir “entrar na pele” e, assim, melhor denunciar os valores daqueles que promovem um jornalismo com sede de violência e encantado pela tragédia. Trata-se de uma oposição sofisticada, diferente do ‘panfletarismo’, e fruto de uma monumental ironia. Agindo assim, ele desmonta o sensacionalismo, camuflado na roupagem desse estilo. Ele não se confunde, apenas se fantasia. E, na hora certa, manifesta-se na ação de sair do encolhimento e expor os vícios daquela estrutura noticiosa.

Em seus textos, como se pode constatar, o cronista ensinou aos leitores a decodificar as estratégias discursivas do jornalismo. Machado de Assis mostra sua face de crítico da imprensa, apontando os equívocos desta instituição, que seriam principalmente os seguintes: I) a opinião pública como “metáfora sem base”; II) o erro de apuração e o não-reconhecimento do erro; III) a generalização apressada; IV) a notícia inventada; V) a história reduzida a mero registro; VI) a imprensa sensacionalista; VII) a parcialidade com os poderosos. A seguir, serão analisadas as crônicas que exemplificam esses pecados cometidos pela imprensa.

A opinião pública: uma “metáfora sem base”

Lúcia Miguel Pereira comenta que Machado “sempre se manteve fiel aos princípios democráticos, mesmo depois de abandonar o jornalismo político” (1988:74). Ao ler as crônicas do nosso escritor, percebo justamente o contrário. Se houve uma frustração machadiana a respeito da sua militância junto ao Partido Liberal, não se pode afirmar que ele tenha apagado de suas intenções jornalísticas a preocupação com os rumos da política no Brasil. Não se pode reduzir a ação política (expressa no jornalismo machadiano) à manifestação partidária. Aos trinta e sete anos, o escritor, na crônica

“História de quinze dias” (*Ilustração Brasileira*, 15/08/1876), faz uma crítica mordaz à noção de opinião pública, que encobre um dos maiores males da sociedade brasileira: o analfabetismo. Informa o cronista que 70% da população era analfabeta, e ficava à margem de tudo. Ficaria então inviabilizado o papel do jornalismo como “república do pensamento”, já que a imprensa não poderia ser assimilada pelos analfabetos, que constituíam a grande maioria da população brasileira.

Diante disso, o cronista afirma que a opinião pública é uma “metáfora sem base” e denuncia o fosso que existe entre o discurso político, as ações da cultura letrada (como o jornal) e a população analfabeta. Alegoricamente, Machado vai compará-la aos bois, na crônica “História de quinze dias” (*Ilustração Brasileira*, 1º/10/1876), como forma de apontar uma relação cruel entre um animal de carga e irracional e os analfabetos, na sua maioria escravos, aliados do processo educacional. O cronista chega a dizer que “a opinião pública detesta o boi”. Ou seja: os 30% que têm acesso à opinião pública e às instituições públicas, como a imprensa, não permitem a ascensão dos marginalizados no intuito de compartilhar o poder, o saber e os privilégios.

É preciso ressaltar ainda que existe uma incompatibilidade entre esses índices informados por Machado de Assis e os números aferidos pelo recenseamento. De acordo com Hélio de Seixas Guimarães, “não se sabe de onde o cronista tirou esses 70%, uma vez que os analfabetos correspondiam a 84% do total apurado pelo censo, que dava uma população de 9.930.478 pessoas, somando livres e escravos” (2004:103). O historiador Sidney Chalhoub arrisca uma possível explicação para o referido fato: “Como o texto desliza rapidamente da alfabetização para a cidadania, é possível que os 30% digam respeito apenas aos indivíduos com possibilidade de exercício de direitos políticos segundo a Constituição de 1824 – homens livres e adultos” (2003: 282).

Divergências à parte, tais índices expõem claramente que no Brasil oitocentista o grupo de leitores era muito restrito. Naquela época, havia ainda o sério agravante do regime escravocrata. O conhecimento oral caracterizava a percepção de mundo africana e negra. A escrita, no Brasil, tomou contornos elitistas. Era de domínio da nobreza e de um pequeno grupo de intelectuais, de etnia branca em sua maioria. A imprensa, nesse cenário, configurava-se quase como “uma idéia fora do lugar”, na feliz expressão de Roberto Schwarz (2000b). Ou seja, um veículo de matriz liberal em terra de escravos, ou

um veículo das letras em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta. Para se ter uma idéia das dificuldades de leitura no Brasil oitocentista, nada mais indicativo do que a própria estatística imperial de 1876 a respeito do analfabetismo. Tal informação deixou Machado de Assis estarecido, conforme opinião exposta na mencionada crônica:

– A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, - por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado (1997:345) (grifo meu).

O problema era sério e o cronista lucidamente percebia sua extensão. Com a grande maioria da população condenada ao analfabetismo, como construir uma opinião pública consciente e esclarecida no Brasil? O analfabetismo vai constituir a marca da alienação do povo brasileiro, ou um indicador que comprova o legado da exclusão social no país. O escritor tinha consciência da importância da educação formal para a consolidação e o desenvolvimento da democracia e suas instituições. O cronista ignorou o fato de que haviam restrições em relação à idade, profissão e renda mínima para se ter o direito de votar, mas criticou a noção de representatividade inerente ao processo político. Tal questionamento pode ser verificado no fato de o cronista apontar que eleitores analfabetos ou semi-analfabetos são, geralmente, eleitores mal informados, com condições precárias de exercer o senso crítico e, portanto, mais propensos a votar e decidir sobre a influência de demagogos. Na economia, a baixa escolaridade ajuda a perpetuar os baixos salários, o desemprego e a pobreza. Na política, a baixa escolaridade perpetua o populismo, as práticas clientelistas, a corrupção e a má administração, o que, por sua vez, fecha o círculo vicioso do atraso político.

Como consequência desse quadro, Machado de Assis conclui argutamente que era falacioso pensar em opinião pública nacional formada pelo saber de todos os brasileiros. O alto índice de analfabetismo diagnosticado pelo Império oferecia margem para constatar esse fato. Tais circunstâncias inquietaram o cronista, a ponto de ele se certificar de que:

– As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”; mas – “consultar os 30%, representantes do 30%”, poderes dos 30%”. A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disse na Câmara: “Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem...” dirá uma coisa extremamente sensata (1997: 345) (grifo meu).

Pelo trecho destacado, nota-se que a opinião pública é um exagero retórico, na concepção de Machado, visto que ela, na realidade, conforme aponta Danton Jobim (1992), constitui-se a partir da informação e esta, por sua vez, forma-se a partir da interpretação dos fatos. Se a discussão é a tônica do jornal, como fazer jornalismo e discutir pontos de vistas diferentes em um país onde só uma minoria letrada tem voz? Como “república do pensamento”, o jornal tem a missão de revelar para a população o pensamento oligárquico disfarçado de opinião pública. Havia, portanto, o empenho de Machado em levar esse esclarecimento aos leitores.

Referindo-se à opinião pública como “uma metáfora sem base”, Machado critica os criadores ou admiradores dessa concepção e, conseqüentemente, a retórica oligárquica. Machado a desdenha, na crônica de 1º/07/1894, ao conceituá-la como “uma flor de estufa, produto da arte humana, que ficava entre a flor de pano e a da campina” (1997: 614). O mito de uma opinião pública brasileira é, portanto, fruto dessa retórica a que se referiu Machado. O cronista já registrava crítica ao assunto na crônica de 1º/10/1876: o boi vai representar os excluídos do debate público, os analfabetos, em sua grande maioria, escravos; e, a “opinião pública”, os que detêm o monopólio ideológico. Segundo o cronista:

A opinião pública detesta o boi (...) Vendo o boi a fitá-la, a opinião estremeceu; estremeceu e perguntou o que queria. Não tendo o boi o uso da palavra, olhou melancolicamente para a vaca; a vaca olhou para Minas; Minas olhou para o Paraná; o Paraná olhou para a sua questão de limites; a questão de limites olhou para o alvará de 1749; o alvará olhou para a opinião pública; a opinião olhou para o boi. O qual olhou para a vaca; a vaca olhou para Minas; e assim iríamos até a consumação dos séculos, se não interviesse a vitela, em nome de seu pai e de sua mãe (1997: 349).

A passagem mostra de outra maneira o conceito machadiano aplicado à opinião pública, o de “a metáfora sem base”, pois ela não consegue se comunicar com os “bois”. Machado não utilizou à toa a associação de animais com analfabetos (no caso, os escravos), tão comum no Brasil oitocentista, conforme explica o historiador Sidney Chalhoub:

Numa sociedade escravista, escravos e animais encontram-se muitas vezes em lugar semelhante no que tange à estrutura legal e até às representações sociais: num inventário *post-mortem*, por exemplo, escravos e animais aparecem lado a lado como os bens semoventes do senhor/proprietário; nos discursos de denúncia contra a escravidão, era comum que os críticos do regime acentuassem seus horrores traçando paralelos entre a condição dos escravos e a dos animais “irracionais” à sua volta. (CHALHOUB, 2003: 32).

Utilizando-se da alegoria do boi, Machado parece querer dizer que a opinião pública pode até mandar, mas não consegue anular as manifestações do animal, ou seja, dos que são excluídos por ela. Os bois, por sua vez, são indiferentes a ela, tanto pelo fato de ignorá-la como pela descoberta de que não há, na opinião pública, espaço para eles. Apesar de não participar da opinião pública, o boi tem valor. O valor de dizer a verdade. Como lembra o cronista: “a verdade fala pela boca dos pequeninos” (1997: 345), devendo o jornalista sempre estar atento a esta máxima.

Soberba, generalização apressada e notícia inventada

Após criticar um dos instrumentos básicos da imprensa que é a opinião pública, Machado de Assis comenta, em “Notas Semanais” (*O Cruzeiro*, 1^o/09/1878), um episódio ocorrido com os jornais *Revue des Deux Mondes* e *Fígaro*. Após serem informados de que cometeram um erro ao omitir o nome do pintor brasileiro Vitor Meireles, autor do quadro “Primeira Missa no Brasil” destacado pela reportagem, os jornais não se preocuparam em se retratar do equívoco. É perceptível a contrariedade de Machado de Assis em relação à gafe:

Direi que, se o leitor tem aí, sobre a mesa, a *Reuve des Deux Mondes*, folheie as páginas dos anúncios no fim, e leia o que se refere à *Primeira Missa no Brasil*, quadro do nosso Vítor Meireles, cuja cópia se vende em Paris.

Leia, e há de espantar-se de uma lacuna. O anúncio diz que o assunto “é o mais belo que até hoje tem aparecido”; que a cena “é uma das mais grandiosas do mundo”; que a reunião de trinta e cinco cores faz com que “o quadro deixe a enorme distância de si tudo o que em tal gênero se tem obtido até agora”. Diz tudo; só não diz o nome do autor, como se tal nome, nos termos do anúncio, não tivesse logo por si a imortalidade. Verdade é que o França Júnior nos disse ter achado a mesma lacuna no *Fígaro*, onde aliás lhe não aceitaram a notícia, que voluntariamente lhe foi levar. Tão certo é que até o merecimento precisa um pouco de rufo e outro pouco de cartazes. Ainda assim, antes a modéstia; é menos ruidosa, mas mais segura” (1997: 409) (grifo meu).

Preocupado em enaltecer a obra, o jornal francês acabou ignorando o nome do pintor. Mais grave ainda foram as atitudes do jornal *Fígaro*: além de ter omitido o nome de Vítor Meireles, foi arrogante ao não reconhecer o erro, conforme também informa Machado.

Outra crítica endereçada ao jornalismo ocorre quando Machado de Assis detectou a publicação de um fato que na verdade não teria ocorrido. Tratava-se de notícia inventada, construída com o efeito de não mostrar a censura dos governantes sobre um tipo de manifestação popular: o entrudo. O episódio é assim narrado, na crônica “Balas de estalo” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 17/02/1885):

Não acabo de entender por que motivo as folhas de hoje, unanimemente, noticiam que o entrudo este ano foi menor que nos anteriores, quando a verdade é que não houve entrudo nenhum, nem muito, nem pouco. Não se chamará entrudo ao único limão que se atirou na cidade, e foi obra de um homem que chegara na véspera e não tinha lido as ordens proibitivas da polícia e da Câmara Municipal. (1997: 439).

Esclarece o cronista que os jornais haviam dito que o entrudo estava animado para disfarçar o autoritarismo das posturas municipais que buscavam, na verdade, censurar a festa por considerá-la uma prática rústica e selvagem. Muitos cronistas, como José de Alencar, já endossavam esse parecer há bastante tempo. Em “Ao correr da pena”, de 14/01/1855, Alencar considerou o entrudo um “jogo grosseiro e indecente (...) que por muito tempo fez as delícias de certa gente” (ALENCAR, 1960: 722). Era necessário, com

sua proibição, implantar a ordem e a civilização no Rio de Janeiro, espelhadas nos modelos dos países europeus. Assim pregava a administração da cidade naquela época. Tratava-se da política “higienista” do Rio de Janeiro, que tinha como uma das metas, conforme salienta o historiador Nicolau Sevcenko, “a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante” (1989: 30).

Não se filiando à corrente anti-entrudo, Machado de Assis observava aquela festa como manifestação dos “barrados no baile”, no teatro e nos cafés pomposos e freqüentados pelos integrantes do topo da pirâmide social. Se consideramos que “a cultura popular na cidade era, e ainda o é, fortemente marcada por manifestações de origem africana/afrodescendente” (CRUZ, 2002: 23), posso afirmar que Machado de Assis revelou, de maneira ‘implícita’, ‘subjacente’, ‘decantada’, um dos mecanismos sutis de racismo no Império: um ataque mais voltado ao “espaço” ocupado por esta população. Rompendo o século XIX, a repressão policial à festa e a dissimulação da imprensa ao criar um cenário de suposta cordialidade para mascarar tal atitude autoritária ganham também o século XX. Em “Batalha no Largo do Machado”, de fevereiro de 1935, outro expoente da crônica brasileira, Rubem Braga, denunciou essas mesmas práticas encampadas pelo governo e pela imprensa para que a voz do samba, filho do entrudo, se calasse:

De repente o lugar em que estais enche demais, o suor negro e o soluço preto inundam o mundo, as caras passam na vossa cara, os braços dos que batucam espremem vossos braços, as gargantas que cantam exigem de vossa garganta o canto da igualdade, liberdade e fraternidade. De repente em redor o asfalto se esvazia e os sambas se afastam em torno, e vedes o chão molhado, e ficais tristes, tendes vontade de chorar de desespero.

Mas outra vez, não pára nunca, a massa envolve tudo. Pequenos cordões que cantam marchinhas esgoeladas correm empurrando, varando a massa densa e ardente, e no coreto os clarins da banda militar estalam.

(...)

Nesta mormacenta segunda-feira, 11 de fevereiro, um jornal diz que “a batalha de confete do Largo do Machado esteve brilhantíssima”.

Repórter creteníssimo, sabeis que não houve lá nem um só miserável confete. O povo não gastou nada, exceto gargantas, e dores e almas, que não custam dinheiro. Eis que ali houve, e eu vi, uma batalha de roncós e soluços, e ali se prepararam batalhões para o Carnaval – nunca jamais “a

grande festa do Rei Momo” – porém a grande insurreição armada de soluços (BRAGA, s/d: 7-8) (grifo meu).

Machado de Assis e Rubem Braga, cada qual em seu tempo, contaram que o carnaval nem sempre foi sinônimo de alegria e revelaram que, até nessa grande festa, havia de fato uma relação tensa e nada pacífica entre os diferentes grupos étnicos e sociais. Os dois cronistas expuseram um mesmo posicionamento adotado pela imprensa na cobertura dessa manifestação popular: estampar em suas manchetes um sorriso amarelo para ludibriar a opinião pública, enquanto a violência passava por inexistente, somente pelo fato de não sair publicada nas folhas volantes.

E, para fechar as críticas machadianas ao jornal, examinemos sua opinião com relação à imprensa sensacionalista e ao jornalismo que endossa a ideologia das classes dominantes. Machado de Assis não deixa de registrar em suas crônicas as situações em que o jornalismo se distanciava dos pressupostos da “república do pensamento”. São momentos em que ele lança provocações veementes sobre a relação entre o apetite do público pelo macabro e a intensa disposição do jornalismo em saciá-lo. Trata-se de uma severa crítica à forma sensacionalista de fazer jornalismo. Aliás, tal estratégia é praticada até os dias de hoje na nossa imprensa diária.

“Espreme que sai sangue!”: o jornalismo com sede de violência

O fenômeno do *fait-divers* é o agente estrutural que sustenta a estratégia de sensacionalizar acontecimentos durante a produção da notícia. Entende-se por este termo as notícias relacionadas a crimes, desastres, sexo, roubos, escândalos, monstrosidades e acontecimentos extraordinários, que costumam ser mostradas como acontecimento “trivial simples”, de importância circunstancial.

Em um artigo sobre a estrutura do *fait divers*, Roland Barthes (1982) argumenta que este tipo de texto tem um caráter diferente da notícia política porque esta pressupõe uma história exterior ao acontecimento, uma trajetória que lhe dê sentido. O *fait divers* não considera a contexto das cenas e destaca apenas os caráter trágico da notícia.

Poucos elementos do enunciado produzem o efeito desejado, quase sempre na ordem do inesperado e dos prodígios. É desnecessário procurar motivações ou traços constantes de personalidade nos protagonistas pois, quase sempre, eles visam apenas a exemplificar um estereótipo. Seguindo essas indicações, podemos compreender a forma como Machado absorvia a informação do *fait divers* dos jornais de sua época para contrariar seus mecanismos de distanciamento e exclusão da vida cotidiana das camadas populares. É o caso da crônica “O punhal de Martinha” (*Gazeta de Notícias*, 05/08/1894).

Ao noticiar o caso de uma moça, Martinha, que se defendeu de uma tentativa de estupro com um punhal, o cronista questiona o motivo pelo qual este episódio deva receber menos atenção do que as tragédias clássicas:

em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Lívio português (...) Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórios que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: “Não se aproxime que eu lhe furo”. A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o *eu lhe furo* traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia (1997: 616) (grifo do autor)

Mas o cronista conclui que Martinha não será lembrada: “com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem (...). O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento” (1997:616). Ao romper a barreira do anonimato e da efemeridade imposta aos acontecimentos da vida dos pobres pelo *fait divers*, Machado aproxima sua crônica de episódios miúdos da narrativa histórica dos grandes feitos e grandes homens na linha dos cronistas da Antigüidade e Idade Média, procurando recuperar a humanidade de personagens reduzidos a objetos de notícia sensacionalista. Esta forma de trabalhar a citação de clássicos é crucial para entender a obra de Machado de Assis e romper com as interpretações tradicionais acerca de sua filosofia pessimista. O cronista opera, assim, com a “diversidade”, o que remonta à tradição grega, como sublinha Jacyntho Lins Brandão:

a diversidade é o próprio espírito grego, lembrando-nos de que, etimologicamente, *diversus* é o diferente, o dessemelhante, o que aparta do caminho, o que distrai, a digressão, em suma: tudo o que *diverte*, isto

é, desencaminha, desvia, diferencia. Nada mais exato: de fato, os gregos, justamente porque não só admitiram, mas cultivaram a diversidade, exibem essa extraordinária capacidade de entabular diferentes diálogos com diversos tempos, lugares, pessoas, não repetindo o mesmo, mas adaptando-se ao entendimento de cada um. Essa mesma definição pode-se aplicar, com enorme exatidão, ao uso das reminiscências clássicas por Machado, que ocupam fisicamente o espaço da digressão, destinada a *divertir* o leitor, desviando-o dos caminhos batidos e decorados (BRANDÃO, 2001:368) (grifo do autor).

Machado desloca as referências clássicas para o ambiente e vida cotidianos do Rio de Janeiro e do Brasil de sua época, não só para desenvolver filosofia sobre a condição humana, mas para apresentar os acontecimentos locais como possíveis narrativas de significado universal.

O cronista tem uma postura irônica em relação ao *fait divers*. Machado ora adere, ora critica esse modelo, e as duas posições são guiadas pelo mesmo princípio: o da tática dispersiva. Em uma série de textos em que criticou a imprensa, como vimos, Machado introduziu esta questão num emaranhado de outros episódios do cotidiano, atuando numa estratégia discursiva guiada pelo suspense. Enquanto o leitor se distrai com o noticiário ameno, de repente, é pego de surpresa pelo cronista, ao ser levado para um envolvimento mais sério com a realidade, como é o caso da crítica à própria imprensa. Aí, ele adota o *fait divers*. Tal atitude também se explica como forma de driblar as supostas ações da censura que rondavam os jornais. Quando a dispersão está a serviço da descontextualização dos fatos, beneficiando o arranjo sensacionalista, Machado critica o *fait divers*.

Na crônica de 14/3/1885, publicada na seção “Balas de estalo”, o cronista afirma que o jornal torna-se co-autor da violência e da criminalidade ao transformá-las em espetáculo, oferecendo ao infrator uma certa notoriedade, um certo *glamour* motivado por um “erotismo de publicidade” produzido e promovido pela própria imprensa:

Capoeira é homem. Um dos característicos do homem é viver com o seu tempo. Ora, o nosso tempo (nosso e do capoeira) padece de uma coisa que poderemos chamar – erotismo de publicidade. (...) [O capoeira] Recorre à navalha, espalha facadas, certo de que os jornais darão notícias das suas façanhas e divulgarão os nomes de alguns (1997:443-444).

Machado de Assis observa nos meandros da *práxis* jornalística uma cultura que espetaculariza, banaliza e naturaliza a violência. O pensamento crítico de Machado de Assis, na crônica em questão, aborda também a incapacidade do jornalismo, atrelado ao esquema sensacionalista, de refletir sobre os seus próprios métodos de representação da realidade social. O “erotismo de publicidade”, segundo Machado, pode ser compreendido como uma conseqüência do fenômeno da “febre de publicação” que toma conta dos jornais, conforme apontou José de Alencar em “Ao correr da pena”, de 21/10/1855. O esquema sensacionalista, no entender de Alencar, se alimentava de uma “quadra diabólica, que merece ser riscada da crônica elegante”. “Pão, epidemia, socorros públicos e enfermarias” têm prevalecido nas manchetes, ofuscando “uma página de estilo mimoso” a “falar de flores e de música” (1960:827). Tal postura editorial, segundo Alencar, tinha transformado o jornal em um boletim de ocorrências, conferindo-lhe um aspecto de sisudez e de amargura à totalidade cotidiana.

A exemplo do autor de *Senhora*, Machado de Assis, trinta anos mais tarde, se encarrega também de noticiar o enigma implícito na imprensa, pois, ao mesmo tempo em que é uma das grandes, senão a maior instituição capaz de mobilizar a sociedade para coibir a violência e a criminalidade, ela mesma não busca melhorar a sua qualidade editorial. Tal imobilismo editorial por parte da imprensa, naquela época, se explica, em parte, pela decadência do formato folhetim. Segundo Laurence Hallewell (1985), o *folhetim* foi perdendo sua força e seu encanto, sem nunca chegar a desaparecer completamente. Deixou de ser petição de princípio; passou a ser recurso extraordinário: “a grande moda deste gênero [o folhetim], todavia, não ultrapassou o século XIX e seu declínio já era evidente em 1885, quando os jornais começaram a perceber que relatar crimes de forma sensacionalista constituía um incentivo ainda mais eficaz para aumentar a circulação” (HALLEWELL, 1985: 140) (grifo meu). É justamente em 1885 (data da crônica de “Balas de estalo”), ou seja, antes do processo de consolidação dos meios de comunicação de massa ocorrido no século XX, que Machado de Assis, atuando como cronista em um período de transição entre a imprensa política e a empresa jornalística, já revelava a importância do sensacionalismo como integrante que fundamenta o produto final da notícia:

Embarco, desembarco, dou ou recebo um mimo, nasce-me um porco com duas cabeças, qualquer caso desses pode muito bem figurar em letra redonda, que dá a vida a coisas muito menos interessantes. E, depois, o nome da gente, em letra redonda, tem outra graça, que não em letra manuscrita; sai mais bonito, mais nítido, mete-se pelos olhos dentro, sem contar que as pessoas que o hão de ler, comprar as folhas, e a gente fica notória sem despende nada (1997: 443).

Conforme notícia, a exploração do caráter emocional da notícia, viabilizada pelo sensacionalismo, relaciona-se com a natureza comercial da informação, que irá se consolidar no século posterior ao jornalismo exercido pelo cronista carioca. Ciro Marcondes Filho, contemporâneo das tendências mercadológicas assumidas pelos meios de comunicação do século XX e XXI, afirma que o sensacionalismo “é o grau mais radical da mercantilização da informação” (1989:78).

Para Machado de Assis, cabe à imprensa adotar uma medida enérgica para coibir a criminalidade e se desvencilhar da “ideologia da notícia” que, segundo Umberto Eco, “prefere debater-se pelo monstro ou pelo morto, que não educa nem o público e nem o jornalista, a debater-se pelo vivo, pelo normal” (*apud* MARCONDES FILHO, 1989). O cronista aconselha, na citada crônica de “Balas de estalo”, que a imprensa deve ser indiferente ao criminoso, não reservando em suas páginas espaço às práticas ilícitas:

Já o leitor adivinhou o meu medicamento. Não se pode falar com gente esperta; mal se acaba de dizer uma coisa, conclui logo a coisa restante. Sim, senhor, adivinhou, é isso mesmo: não publicar mais nada, trancar a imprensa às valentias da capoeiragem. Uma vez que se não dê mais notícia, eles recolhem-se às tendas, aborrecidos de ver que a crítica não anima os operosos (1997:444) (grifo meu).

Malgrado tal afirmação soe de certo modo reducionista, na alusão feita pelo escritor permanecem, de toda sorte, alguns elementos que devem ser preservados, tendo-se que se lhes acrescentar outros. Ao afirmar que o capoeira faz uso da navalha, certo de que os jornais publicarão o feito e que seu nome enocntrar-se-á nas folhas, o cronista sugere como antídoto que os jornais tranquem as portas às valentias da capoeiragem. Nosso escritor, assim como Platão, parece acreditar que as narrativas de violência representavam uma ameaça na medida em que poderiam estimular o indivíduo a condutas negativas/imorais, através da prática mimética. O norteador desta convicção

baseia-se na idéia da imitação, ou seja, os indivíduos são induzidos a imitar aquilo que vêem e ouvem. Entretanto, o cronista parece não considerar que existe uma série de outros fatores e mediações que interferem no processo de recepção, contribuindo, assim, para reelaborar, reinterpretar, resistir, negligenciar ou mesmo negar esses conteúdos veiculados pelo jornal.

Se as razões expostas ficam ofuscadas na análise machadiana sobre a exposição da violência no jornalismo, não se pode perder de vista a visível preocupação do cronista com o tratamento particular que o jornal dá a crimes, desastres, escândalos, discutindo as questões da morbidez e a falta de ética que levam veículos informativos a explorar o caráter emocional da notícia, recorrendo ao sensacionalismo.

Em “O cronista e a semana”, de 16/09/1894, surge uma crítica original a respeito da cultura positivo-tecnicista que começava a nortear as redações dos jornais e a interferir no estilo da notícia: “a percepção de que o registro era a verdadeira forma de informar, enquanto a ‘estória’ era simplesmente diversão” (BIRD & DARDENNE, 1999: 270). O Machado jovem convive com o amadurecimento da imprensa político-literária; já o Machado experiente, autor da referida crônica, experimenta uma outra fase pela qual passa a imprensa. Este momento é chamado por Ciro Marcondes Filho de “segundo jornalismo” (2003:13), que surge a partir da inovação tecnológica da metade do século XIX, nos processos do jornal.

Para compreender o período em que os registros não são concebidos para ocupar a mente, e sim para fazer culto ao fato, Machado de Assis penetra com seu olhar enigmático em um universo jornalístico, no qual a interpretação imaginativa fica em segundo plano para favorecer a construção noticiosa de uma realidade já dada, pré-concebida. A urbanização e o crescimento econômico contribuem para a formação de uma mentalidade empresarial e racionalista nos órgãos de imprensa. Machado antecipava, assim, o alerta que será feito por Alberto Dines no transcorrer do século XX, de que “o retrato *quadrado* de um acontecimento não é jornalismo, é registro. O *retrato* de um acontecimento engrandecido pela técnica da narração, argúcia e cultura de quem o observa, isto, sim, é jornalismo” (DINES *apud* LIMA, 2004: 148) (grifo do autor).

A apropriação e recriação da crônica devem ser entendidas nos quadros mais amplos do processo de modernização em curso no Brasil, como faz crer o cronista, em “A

Semana”, de 06/08/1893: “os dois maiores acontecimentos dos últimos trinta anos nesta cidade foram a gazeta e o *bond* (...) dois poderosos instrumentos de transformação” (1955:348). É certo que desde o início do século a cidade já convivia com jornais, mas se tratavam de pasquins que serviam a partidos políticos. Além da própria *Gazeta de Notícias*, em que desde 1883 publicava crônicas, Machado de Assis alude também a um formato empresarial que a imprensa vinha ganhando nas últimas décadas do Império. Mais informativa e menos partidária que os pasquins, a *Gazeta* conduziu um processo no qual toda a imprensa mudou de jeito e de aspecto. No momento em que o *bond* foi posto em ação, a gazeta veio ao encalço. A imprensa aderiu à voracidade das transformações impostas com o processo de modernização, com a difícil incumbência de noticiar suas novidades. O texto jornalístico deveria acompanhar atentamente o movimento, deixar-se perder no efêmero.

É possível que essas noções de jornalismo tenham inspirado Machado a distinguir o que seriam as “semanas pobres” e as “semanas ricas”, já mencionadas anteriormente. Vale destacar a ironia contida nestas denominações. A definição desse procedimento literário, segundo Lélia Parreira Duarte, parte do princípio de que a literatura é um campo fértil para o fingimento: “tradicionalmente define-se a ironia como a figura de retórica em que se diz o contrário do que se diz, o que implica no recolhimento da potencialidade de mentira implícita na linguagem” (1994: 55).

Na literatura de Machado de Assis prevalece a ironia pautada pela ambigüidade (recurso expressivo de mão dupla), na qual a primeira camada textual é permeada pela visibilidade do *modus vivendi* do estamento senhorial. Acontece que se mergulharmos nas profundezas da expressão literária machadiana, driblando a tática dispersiva que lhe convinha, nos depararemos com uma “voz autoral” que não compartilha dos hábitos hegemônicos, tecendo-lhes uma crítica aguçada. Por sua vez, no jornalismo praticado por Machado de Assis, percebemos um sujeito que, ao afirmar suas posições de maneira opinativa na imprensa de seu tempo, ‘toma partido’, alimentando-se muito mais de uma **ironia empenhada/engajada** do que propriamente de uma **ironia ambígua**. No caso da crítica à imprensa sensacionalista, o jornalista Machado de Assis protesta contra os efeitos artificiais da “semana rica”, a favor dos encantos da “semana pobre”, com o objetivo de apontar um caminho ético e de qualidade editorial para a atividade jornalística.

É possível aplicar tal conceitualização na medida em que as semanas pobres, levando-se em conta a primeira camada textual, podem ser interpretadas como aquelas que não sobrevivem da avalanche de acontecimentos bombásticos. Contudo, considerando a ironia como suporte, Machado de Assis utiliza o paradoxo para ressaltar que as semanas pobres, na realidade, são ricas em pluralidade temática, fruto da livre associação de assuntos, que possibilita o devaneio e a espontaneidade criativa por parte do cronista. O contato entre ele e as semanas pobres se dá por um diálogo descontraído e íntimo. Não é à toa que Machado as chama de “minha amiga” (1994: 169).

De acordo com Idalmo Geraldo Duarte Júnior, a ironia alimenta-se de uma relação particular entre o ser e o parecer, a chamada “via oblíqua” (1994:28). Na configuração das semanas ricas, aparentemente o cronista as considera como tais, haja vista que não faltam a elas munção para emplacar todo e qualquer fato. Existem ali uma multiplicidade de assuntos, porém as “semanas ricas” não se preocupam com a capacidade de armazenamento daquelas informações por parte do leitor, e muito menos com a qualidade na seleção e na apuração daqueles estímulos noticiosos. Por isso, Machado revela ironicamente que as “semanas ricas” são, na verdade, ‘pobres’ de espírito, solo árido para a imaginação do cronista se disseminar. Se a relação entre o escritor e as “semanas pobres” é marcada pela intimidade e pela igualdade de condições, o encontro com as semanas ricas será pautado por uma estrutura cerimoniosa, marcada pela formalidade, por um tom burocrático. “V. Ex^ª” é o pronome de tratamento utilizado pelo cronista ao se dirigir às semanas ricas. Vejamos com maiores detalhes como a denominação “semanas ricas” funcionou como alegoria para Machado de Assis criticar o sensacionalismo e denunciar a preferência editorial da imprensa por esse estilo, menosprezando o potencial ficcional e imaginativo que impera nas ditas “semanas pobres”.

Percebe-se, logo de início, na crônica “O cronista e a semana”, de 16/09/1894, a desenvoltura de Machado de Assis com as “semanas pobres”:

e aí vamos, eu e a semana pobre, papel abaixo, falando de mil cousas que se ligam à banana desde a botânica até a política. Tudo sai da cabeça do Matias. Não há tempo nem espaço, há só eternidade e infinito, que nos levam consigo; vamos pegando aqui de uma flor, ali de uma pedra, uma estrela, um raio, os cabelos de Medusa, as pontas do Diabo, micróbios e beijos, todos os beijos que se têm consumido, até que damos por nós no fim do papel. São assim as semanas pobres (1994:169-170).

O que ocorreu com o leiloeiro Matias não foi contado pela “semana pobre” ao cronista, segundo um receituário sensacionalista. A casca de banana na qual Matias escorregou passa a figurar como assunto principal, e, assim, “as semanas pobres” deixam de valorizar a desgraça do acidente, como tradicionalmente ocorreria caso a notícia fosse trazida pelas “semanas ricas”. A semana pobre focaliza o episódio na banana, para fazer elogio a fruta: “mate-me Deus com bananas. Gosto delas cruas, com queijo de Minas, assadas com açúcar e canela... Dizem que é mui nutritiva” (1994:169).

A relação de amor entre o cronista e a semana pobre se assemelha com o caso envolvendo a pena e o seu amante (o folhetinista), contado poeticamente por José de Alencar, na crônica “Ao correr da pena”, de 3/9/1854. Eis o relato:

Só vos direi, e isto mesmo é confidência, que, depois de muito sonho e de muita inspiração, a pena se lançava sobre o papel, deslizava docemente, brincava como uma fada que era, bordando as flores mais delicadas, destilando perfumes mais esquisitos que todos os perfumes do Oriente. As folhas se animavam ao seu contato, a poesia corria em ondas de ouro, donde saltavam chispas brilhantes de graça e espírito (1960: 639).

A pena é o disfarce da fada, não só para deixar fluir a manifestação de uma beleza encantadora, mas também para se configurar como um agente realizador de sonhos, transformando um mundo apressado na digestão de acontecimentos e sentidos em flores, com o objetivo de fazer com que o homem não se desligue das manifestações da natureza. Ao se expressar poeticamente, a pena animava as folhas, o terreno de papel que ambienta a expressão do cronista, fascinado com “as chispas brilhantes de graça e espírito”. A pena revela o xamã presente na figura do cronista. O xamã existe como arquétipo, quer dizer, como aquela figura capaz de sintonizar com as energias do universo, de harmonizar-se com a sinfonia universal e vibrar junto com as cordas do coração, do outro, da natureza, do cosmos e do transcendental. Por esta capacidade se desocultam novos e surpreendentes sentidos da realidade. Assim como a fada, personagem de Alencar, as “semanas pobres”, na concepção machadiana, transportam o cronista para o mundo do enlevo e do encantamento.

De acordo com a descrição feita por Machado, as semanas pobres oferecem condições para que o jornalista revele a sua espontaneidade e a sua carga dramática diante da observação do mundo e da humanidade. Elas permitem que o cronista trate de todos os assuntos, sem precisar ordenar em cadeia lógica uma narrativa que hierarquiza os fatos. A intenção da semana pobre não é a de oferecer acontecimentos imediatos, e sim indicar a tendência da nossa percepção para processos a longo prazo. Por isso, Machado vai dizer que, para a semana pobre, “não há tempo nem espaço, há só eternidade e infinito”.

O cronista se relaciona com as “semanas pobres” de forma espontânea e chega a estabelecer com elas um laço de cumplicidade. Tal relacionamento permite-lhe vagar pelo “mundo vivido”, como também pelas sensações imaginárias, “pegando aqui uma flor, ali de uma pedra, uma estrela, um raio, os cabelos de Medusa, as pontas do Diabo”. Machado salienta que a semana pobre desperta a arte. A arte é a ilusão aceita, a clareza feliz de que a aparência é o lugar do humano e que só nos resta essa hipótese de felicidade num planeta gelado, universo das “semanas ricas”. As semanas pobres, caracterizadas pelo jornalista-cronista, oferecem e revelam com outras palavras aquilo que Nietzsche afirmou certa vez: “a ilusão é a essência em que o homem se criou” (*apud* JABOR, 2001:108).

A semana pobre tem um caso terno com o jornalista-cronista: “todos os beijos que se têm consumido, até que damos por nós no fim do papel”. Ela permite a divagação, o devaneio, o pensamento sem regras fixas, oferece o que a escrita tanto procura: a leveza. Ao mesmo tempo, autoriza o cronista a escrever não para se expressar, mas para preencher um vazio. Quem tem coragem de entrar nesse vazio? O cronista e as semanas pobres. Elas são o coro de Silenos, de Dionísios. Despertam em Machado de Assis a vontade louca de ir além do “fenômeno”. A imaginação do homem e sua capacidade criadora é que são capazes de oferecer autoridade ao fato. E não o contrário, como leva a crer as “semanas ricas”.

Percebe-se na seguinte passagem que o cronista fica contrariado com as semanas ricas, pois “não há tempo de fazer estilo com elas, nem abrir a porta à imaginação”. Elas imprimem um bombardeio sufocante de informações, que chegam a causar fadiga ao

espírito humano. A mente humana fica, assim, parecendo um processador, um banco de dados. Eis o retrato machadiano das “semanas ricas”:

Mas as semanas ricas! Uma semana como esta que ontem acabou, farta de sucessos, de aventuras, de palavras, uma semana em que até o câmbio começou a esticar o pescoço pode ser boa para quem gostar de bulha e de acontecimentos. Para mim que amo o sossego e a paz é a pior de todas as visitas. As semanas ricas exigem várias cerimônias, algum serviço, muitas cortesias. Demais, são trapalhonas, despejam as algibeiras sem ordem e a gente não sabe por onde lhes pegue, tantas e tais são as cousas que trazem consigo. Não há tempo de fazer estilo com elas, nem abrir a porta à imaginação (1994: 170).

Tal descrição lembra o desencantamento da “fada” (personagem da citada crônica de José de Alencar), quando deixa de ocupar as mãos do cronista apaixonado:

Com efeito, a fada tinha sofrido uma mudança completa: quando a lançavam sobre a mesa, só fazia correr. Havia perdido as formas elegantes, os meneios feiticeiros, e deslizava rapidamente sobre o papel sem aquela graça e faceirice de outrora. Já não tinha flores nem perfumes, e nem centelhas de ouro e de poesia: eram letras, e unicamente letras, que nem sequer tinham o mérito de serem de praça, o que serviria de consolo ao espírito mais prosaico. Por fim de contas, o outro, depois de riscar muito papel e de rasgar muito original, convenceu-se que, a escrever alguma coisa com aquela fada que o aborrecia, não podia ser de outra maneira senão – *Ao correr da pena* (ALENCAR, 1960: 640) (grifo do autor).

Ao invés de “flores”, as “letras” passam a ser o veículo expressivo da fada nas mãos de um outro sujeito. A pena atende pelo seu outro significado, o de tanto penar em estudos mais graves da realidade. Deixando de propiciar uma recreação para a alma, a pena deixa de ser sujeito e os fatos da semana começam a falar por si mesmos. A pena não mais flutua, não tem mais varinha de condão que atenda aos desejos mais aventureiros do cronista. Presa à rotina maçante do cotidiano, ela corre apressada para cumprir o seu papel e ponto final. Passa a ser marionete do escritor, objeto de cobiça, e não sua companheira que o complementa poeticamente no ofício de contar o que se passou na semana. As “semanas ricas”, conforme a tipificação machadiana, incitam a pena ao desfrute desbragado de todos os sentidos, excesso sem encanto. O cronista fica atordoado com o bombardeio sufocante de informações. O tempo do trabalho escraviza o ritmo do tempo livre, que passa a ser secundário neste tipo de semana ao correr

acelerado da pena. De maneira semelhante, a chata disposição da realidade é contemplada pela fada desencantada de Alencar e pelas “semanas ricas” diagnosticadas por Machado. São justamente “as formas elegantes, os meneios feiticeiros, (...) aquela graça e faceirice de outrora” – características da fada/pena que pertencem ao universo das semanas pobres e que se vêem atropeladas pela sede de grandeza das semanas ricas.

As semanas ricas não têm luz própria. Dependem de eventos e de um sistema de serviços para aparecerem. Elas vão atrás da busca científica da verdade. Lá, mora o desejo da morte, de esgotamento da vida, por uma letal explicação de tudo. A semana rica leva ao suicídio da transcendência. Por isso, ela é considerada por Machado de Assis como “a pior de todas as visitas”. Antes de tornar-se o espelho comunitário, ou o instrumento de discussão pública tão desejado pelo entusiasta da imprensa que fora, o experiente Machado percebe que, com o advento das semanas ricas, a imprensa vai se revelando cada vez mais solidária às necessidades do processo de modernização. Agarrada ao efêmero, a notícia aspirava à duplicação exata do evento, com o qual devia manter uma relação de absoluta transparência. Não havendo tempo de fazer estilo com as semanas ricas, Machado de Assis reclamava pela necessidade de se ter um gosto estético na apreciação dos acontecimentos, pelo viés da contemplação, enquanto o imediatismo imperava, exaltando a ação. O cronista se queixa da dificuldade de apurar com estilo as “semanas ricas”. Se levarmos em conta que Umberto Eco designou o estilo como “originalidade de engenho” (2003:151), podemos concluir que o cronista de “A Semana” estava desapontado com as semanas ricas, visto que elas bloqueavam a criatividade da operação narrativa, da literatura jornalística como escrita imaginativa. Tal atitude tem como contexto a mudança de postura editorial da imprensa explicada por Silviano Santiago através do fenômeno da “desliteraturização”. A meu ver, um dos fatores desse processo mereceu justamente a alegoria machadiana das “semanas ricas”. Sob o impacto de sucessivos e inesperados acontecimentos sociais estimulados por elas, “as grandes questões abordadas pelo folhetim crítico e literário” – presentes nas ‘semanas pobres’ – “eram sonhos e quimeras, quando não água com açúcar” (SANTIAGO, 2004: 160).

A linguagem, atrelada à idéia de fidelidade testemunhal e documental, engendrava uma espécie de utopia denotativa na qual a narrativa extraía sua legitimidade da relação imediata com o objeto narrado. Como percebeu o cronista, em uma outra oportunidade, na crônica “A Semana”, de 30/04/1892: “a notícia – dizêmo-lo sem ofensa – é muito própria de um século utilitário e prático. Não se poderia achar exemplo mais vivo do espírito da nossa cidade, que põe a alma das coisas de lado para só admirar a face das coisas”.

Machado de Assis parte então do princípio de que a notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo.

A política de produção de notícias tem, assim, o caráter de cultivar a passividade. O tratamento que ela dá aos fatos, quer como mitos ou signos, conduz, em qualquer caso, à despolitização do real: é a apresentação dos fatos como algo unívoco, fechado, somente positividade, sem contradições; não há a ambivalência, mas a disciplina e a adaptação ao modelo; são – enquanto desmontagens do real – confirmações do esperado, formas que encobrem a dialética e qualquer penetração inesperada além do visível. É uma organização do mundo não-contraditória. O real, o contraditório, é esvaziado, e, como conseqüência, o sistema reforça-se e é inocentado. O conflito, o polêmico, o questionador que existe em cada fato desaparece.

Se o grande fato da “semana rica” é de que “o câmbio começou a esticar o pescoço”, como informa Machado, percebe-se que a vida já estava subordinada à razão mercadológica. Sendo assim, a celebração dionisíaca do existir promovida pelas “semanas pobres” é considerada ‘frescura’ ou alienação. A impressão que se tem das “semanas ricas” é de que divididos entre ‘o meio e a mensagem’, não estamos em lugar nenhum.

“O cronista e a semana” se desenvolve com a visita inesperada e indesejada de uma entregadora de notícias – personificação das “semanas ricas”. O cronista revela-se boquiaberto com a quantidade de “pacotes” trazidos por aquela senhora. Ao comentar que o edifício da fábrica da Chitas caiu, os personagens da crônica (a senhora e o cronista), ficaram frustrados por não haver vítimas decorrentes da suposta tragédia. O

acidente não gerou mais um “pacote” para o estoque da entregadora de fatos e, conseqüentemente, não ofereceu um assunto inusitado para o jornalista desenvolver a sua crônica e ser bastante lido e comentado, o que proporcionaria uma maior venda de jornais. Machado resolveu então transcrever esse diálogo (fictício ou não) entre o cronista e a tal senhora:

(O CRONISTA) – (...) Vêm todos os pacotes?

(A SENHORA) – Todos, menos o edifício da Fábrica da Chitas, que afinal recebeu o último piparote do tempo e caiu. Pelo resultado, podemos dizer que foi o dedo da Providência que o deito abaixo; não matou ninguém. Imagine se o bond que descia passasse no momento de cair o monstro, e que o homem que queria ir ver na casa arruinada a cadela que dava leite aos filhos houvesse chegado ao lugar onde estavam os cães. Que desastre, santo Deus! Que terrível desastre!

(O CRONISTA) – Terrível, minha senhora? Não nego que fosse feio, mas o mal seria muito menor que o bem. Perdão; não gesticule antes de ouvir até o fim... Repito que o bem compensaria o mal. Imagine que morria gente, que havia pernas esmigalhadas, ventres estripados, crânios arreventados, lágrimas, gritos, viúvas, órfãos, angústias, desesperos... Era triste, mas que comoção pública! Que assunto fértil para três dias! Recorda-se da Mortona.

(A SENHORA) – Que Mortona?

(O CRONISTA) – Creio que houve um *desastre* deste nome; não me lembro bem, mas foi negócio em que se falou três dias. Nós precisamos de comoções públicas, são os banhos elétricos da cidade. Como duram pouco, devem ser fortes. (1994:170-171) (grifos meus).

A interpretação desses excertos não poderia se esquivar do suporte irônico tão bem explorado por Machado de Assis. Ironia vem do grego *eironeia* e quer dizer dissimulação. Na comédia grega, o *iron* é o pobre coitado que acaba triunfando sobre o valentão. Arthur Nestrovski, ao estudar que a ironia – como movimento que faz a linguagem se suspender ou se negar a si mesma está na raiz – está na raiz de todo o período moderno, aponta para a constatação de que “o escritor irônico é autenticamente dissimulado” (1996: 11). Sônia Brayner salienta que está presente na ironia “o germe moderno do distanciamento e da liberdade espiritual” (1979:100). Por sua vez, Heloísa Toller (1994; 168) verifica que o discurso irônico se alimenta do ilógico, do descompromisso ideológico e das incongruências sociais. Brayner e Toller apontam para um mesmo denominador comum em se tratando da marca registrada de toda expressão irônica: o paradoxo.

Se ignorarmos a ironia, uma leitura rasteira leva a crer que o jornalista é simpatizante das técnicas sensacionalistas. A partir do paradoxo, pude entender o que estava por trás da incongruência existente na figura de um cronista que admite, no plano da realidade, a sua preferência pelas semanas pobres e, em seguida, no nível aparente, advoga a favor das semanas ricas. A ironia machadiana serve de véu e estímulo de desvedamento para o absurdo sensacionalista que coloca o jornalismo submerso num mundo de alienação. Utilizando a técnica do caramujo, o autor não busca necessariamente um posicionamento mais frontal, de oposição direta aos adeptos do jornalismo com sede de violência e de tragédia, mas atua “na figura do sujeito que finge um distanciamento estratégico frente à palavra dos outros” (BRAYNER, 1979: 100). Machado de Assis utiliza o disfarce do jornalista sensacionalista para destacar essa prática a partir do ponto de vista do próprio agente, como forma de tornar ainda mais evidente a sua crítica a esse modelo editorial. A ironia, nesse caso, prefere a política de simular o conformismo: se finge instalar-se em plena moral sensacionalista, é para desagregá-la com mais eficiência; se adota a política da maioria, é para melhor se proteger e garantir a sua batalha.

O diálogo entre o cronista e a ‘representante’ das semanas ricas demonstra os mecanismos psicológicos que estão por trás do processo de produção, atração e consumo do sensacional. Nesse sentido, acredito que Machado de Assis, no texto em questão, avançou na sua análise sobre o sensacionalismo, matéria já presente em “Balas de estalo”, publicada em 1885. O cronista retoma em “A Semana”, de 1894, a crítica aos interesses de mercado voltado à promoção de um “assunto fértil para três dias” em se tratando de tragédia, mas vai além disso ao compreender o meio sensacionalista como um agente catártico das instâncias psíquicas. A teoria da catarse encontra em Aristóteles o seu pioneiro. O filósofo acreditava que as narrativas e imagens de horror e de violência resultavam prospectivas, na medida em que serviam como ‘escape’ à agressividade natural do ser humano. Sobre essas narrativas, o *fait divers*, Edgar Morin assinala:

Os *fait divers* vão até o fundo da morte, com a lógica irreparável da fatalidade, ao mesmo tempo em que estão integrados à vida cotidiana sendo consumidos não como um rito criminal, mas na mesa, no metrô, com café e leite (...) as vítimas são oferecidas em sacrifício à infelicidade e à morte. (...) Este sacrifício evitaria novos sacrifícios: eles morrem em meu lugar (...) são os outros que morrem e não eu (MORIN, 1977: 55).

Nesse sentido, compreende-se os papéis que o sensacionalismo absorve para si como agente realizador, mesmo que momentaneamente, de nossas emoções obscuras e reprimidas e apaziguador de nossas pulsões. O material sensacionalista atua como um escoadouro dos impulsos, e a fórmula de enaltecer os aspectos emocionais da notícia é bem sucedida justamente por trabalhar com as emoções que o público desconhece ou recusa em si. A necessidade de um desastre a que tanto se refere o personagem da crônica de Machado de Assis é a existência e o reconhecimento de um desejo de morte presente em todos nós. Virna Luna explica em que consiste a pulsão de morte:

O desejo de morte pode ser metaforizado e surge a partir da luta contra a imagem do eu ideal definida e imposta pela civilização. Queremos que morram as expectativas do outro, a imagem projetada sobre nós, o ideal. Sofremos com os imperativos de uma sociedade que torna o viver difícil para a maioria das criaturas humanas e queremos destruí-la em nós (LUNA, 2000: 53).

Para atender à necessidade coletiva da 'pulsão de morte', o jornalismo sensacionalista enfatiza, conforme ressalta o personagem da crônica machadiana, os fatos – “uma perna alanhada, quebrada, ensangüentada” – sem, contudo, revesti-los do contexto nos quais se sucederam – a calça que vestia a perna (1997:624), pois, a contextualização dos fatos poderia amenizar os impactos causados pela notícia trágica, o que vai de encontro aos ideais da denominada imprensa marrom.

Por meio da leitura e análise das crônicas publicadas em “Balas de estalo” (*Gazeta de Notícias*, 14/3/1885) e “A Semana” (*Gazeta de Notícias*, 05/08/1894 e 16/9/1894), verifica-se que o pensamento de Machado de Assis a respeito do nutriente psíquico presente no sensacionalismo, antecipa, no final do século XIX, a sofisticação teórica desenvolvida por Sigmund Freud, no início do século XX, sobre o inconsciente humano, esse “grande abismo”, como diz o personagem da crônica machadiana.

Em um ensaio publicado em 1923, Freud (1976) designa as três instâncias da personalidade: id (o princípio do prazer, responsável pela satisfação imediata dos impulsos), ego (o princípio de realidade, regulador do id) e superego (o princípio da consciência moral, norteador das exigências da civilização). Sem contar ainda com essa arquitetura freudiana, Machado de Assis já investigava os meandros internos dessa busca

do jornalismo pelo bizarro, pelo inesperado, pela violência, pela morte. A estratégia do sensacionalista é relacionar as camadas obscuras do inconsciente (as necessidades do id) com os ideais de consciência (as exigências do superego). O agente politizante, contextualizador dos acontecimentos, é neutralizado pelo sensacionalismo. Na crônica de “A Semana”, Machado de Assis traduz esse fenômeno ao comentar, por exemplo, que nas semanas ricas, local por excelência do *fait divers*, “não há tempo de fazer estilo com elas, nem abrir a porta à imaginação. Todo ele é pouco para acudir aos fatos” (1997:623).

Quando a personagem da crônica machadiana revela que “nós precisamos de comoções públicas”, referindo-se às necessidades tanto da imprensa como do público, que são atendidas pelo noticiário sensacionalista, Machado de Assis já se preocupava com os fenômenos do “superego acessório” e do “id personificado” (ANGRIMANI, 1995: 51). O superego reprojetoado no meio de comunicação tem a mesma atribuição punitiva e policial, no sentido de buscar o ego a seus imperativos morais, só que ocorre uma ampliação do processo, não mais uma relação particular ego-superego, mas ego-superego-socializado-superego. Da mesma forma, o meio de comunicação sensacionalista, como o ego descrito por Freud, ‘perde o controle de sua montaria’ e é levado – em alguns momentos – para a exaltação da transgressão.

Segundo Danilo Angrimani, “o ‘superego acessório’ será o juiz que condena implacavelmente os egos transgressores, através de manchetes e textos, onde predominavam a ‘lição de moral’ e a agressividade de quem deseja ‘castigar’” (1995:51). Em relação com o imaginário, o jornalismo sensacionalista busca assegurar-se o status de utopia concretizado do psíquico, seja quando volta sua esfera para o princípio do prazer (‘que reina sem restrições no id’, segundo Freud), seja quando concede papel de destaque à instância moral e punitiva (o superego), de forma que o controle da ansiedade, dos sentimentos de culpa, da repressão das pulsões, deixa de ser uma tarefa exaustiva do ego. O ego passa, então, essa tarefa de controle das paixões para o meio, que vai transgredir, recompor a ordem, se entregar ao prazer, espetacularizar o cotidiano e as relações pessoais, exercendo o trabalho mesmo de “meio” como “extensão do homem”, conforme o termo cunhado por McLuhan.

Machado de Assis mostra em sua crítica ao sensacionalismo que é inadmissível encarar o jornalismo como simples veículo de comunicação, portanto, mero “espelho” da sociedade. O jornal não é apenas um meio formador, consolidador ou confirmador de tendências preexistentes na sociedade, e nem apenas veicula e divulga imagens violentas, como também exerce, ele próprio, uma ‘invisível’ dose de violência diária. Esse estado de coisas compromete o ideal de jornalismo como “a verdadeira forma da república do pensamento”.

Não existe apenas a violência “no” jornalismo, como também, e principalmente, a violência “do” jornalismo. Mas, a imprensa não pode ser considerada “culpada” por esta visível e espetacularizada espiral destrutiva, na medida em que é uma entre várias outras influências possíveis. Além do mais, o processo de recepção é complexo e depende, fundamentalmente, da experiência de mundo do sujeito, das mediações das quais ele participa. Contudo, se não cabe a imputação de “culpa”, seguramente cabe a de co-responsabilidade social pela pedagogia do medo e da insegurança, perpetrado a longo prazo junto à sociedade contemporânea.

Na dualidade presente entre mimese/catarse encontrada no espetáculo da violência; nos detalhes entre a prática capitalista do jornalismo e os desejos obscuros da mente humana, a “pena da galhofa e a tinta da melancolia” de Machado de Assis avaliam e discutem paradigmaticamente a exploração do caráter emocional da notícia praticada pelo sensacionalismo e o papel social do jornal.

Liberdade submetida à propriedade

Além do sensacionalismo, Machado de Assis também detectou na imprensa de sua época um certo gosto em endossar a opinião dominante, ao incentivar, por exemplo, a prática do direito de propriedade, principal mote do regime escravocrata. Era prática comum os jornais se comprometerem a publicar anúncios que oferecessem recompensa a quem capturasse os escravos, considerados como a principal mercadoria daquele ciclo econômico. É necessário salientar que esse tipo de publicidade era uma primordial fonte de renda para o jornalismo brasileiro. Logo, é paradoxal que uma imprensa que tem propósito a luta das liberdades individuais, pudesse no Brasil se concretizar como um

elemento que contribuiu para o reforço da mentalidade escravocrata. Com base no conto machadiano “Pai contra mãe”, pode-se compreender como a imprensa, instituição representativa do progresso e espaço de combate à tirania, funcionou, no Brasil, como veículo que irá facilitar a garantia do direito de propriedade e, portanto, comprometida com os interesses da classe senhorial – os donos do poder:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia da gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, – ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. (MACHADO DE ASSIS, 1997: 660) (grifo meu).

No trânsito mercadológico do século XIX, o escravo e os objetos tinham o mesmo valor, conforme mostra Machado na crônica “Bons Dias!”, de 26 de junho de 1888. Munido da poética da dissimulação, o cronista finge ocupar o lugar do homem branco para tornar pública a corrente ideológica da classe dominante, ao comparar os anúncios de venda de escravo, publicados nos jornais, à técnica utilizada pelos comerciantes no tocante à venda das chitas, dos cretons, os morins – tecidos importados que vestiam a burguesia. De acordo com o cronista, a exaltação das qualidades dos panos e dos escravos era a ‘arma’ do negócio.

Momentos antes da promulgação da Lei Áurea, o Brasil viveu um caloroso debate entre aqueles que opinavam que o fim da escravidão ofereceria um colapso irreversível nas instituições nacionais, e os abolicionistas, que lutavam pela libertação dos negros e pelo reconhecimento deles enquanto sujeito e merecedor das benesses sociais assim como os brancos. Machado de Assis participou desse debate, expressando o ponto-de-vista do escravo, tanto africano quanto afro-descendente. Para tanto, Machado proporcionou a fala a um escravizado para que ele mesmo opinasse a respeito do impacto da medida abolicionista em sua vida. Vejamos o que disse o Pai Silvério, na crônica “Gazeta de Holanda” (produzida em versos), de 27/09/1887, ao ser entrevistado pelo cronista:

Outro rumo... Ah! sim; falava
 Da outra semana. Cheia
 Esteve de gente escrava,
 Desde o almoço até a ceia
 (...)
 Uma questão – se, fundado
 Este regimem presente,
 pode ser considerado
 O escravo inda escravo ou gente.
 (...)

Eu, que suponho acertado,
 Sempre nos casos como esses,
 Indagar do interessado
 Onde acha os seus interesses,

Chamei cá do meu poleiro
 Um preto que ia passando,
 Carregando um tabuleiro,
 Carregando e apregoando.

E disse-lhe: 'Pai Silvério,
 Guarda as alfaces e as couves;
 Tenho negócio mais sério,
 Quero que m'o expliques. Ouves?'

Contei-lhe em palavras lisas,
 Quais as teses do Instituto,
 Opiniões e divisas.
 Que há de responder-me o bruto?

'Meu senhor, eu, entra ano,
sai ano, trabalho nisto;
Há muito senhor humano,
Mas o meu é nunca visto.

'Pancada, quando não vendo,
Pancada que dói, que arde;
Se vendo o que ando vendendo,
Pancada, por chegar tarde.

'Dia santo nem Domingo
Não tenho. Comida pouca:
Pires de feijão, e um pingo
De café, que molha a boca.

'Por isso, digo ao perfeito
Instituto, grande e bravo:
Tu falou muito direito.
Tu tá livre, eu fico escravo' (1938:384-387) (grifo meu).

Quem está livre de fato são os integrantes do instituto, que discutiam a condição dos escravos, isto é, a própria elite. Reparem como Machado utiliza o verbo “ficar” e não o verbo “ser”, apontando que a condição escrava não constitui a identidade do negro e sim a construção cultural de uma hegemonia branca que reservou ao afro-descendente o exclusivo papel de força de trabalho. A declaração de Pai Silvério: “eu fico escravo” – mostra antecipadamente que o 13 de maio seria insuficiente aos negros, pois mesmo libertos, eles ficariam dependentes dos seus antigos senhores, pois teriam grandes dificuldades em conseguir emprego e disputar de igual para igual um lugar ao sol junto aos homens livres. Segundo Otávio Ianni, Machado de Assis estava consciente desta realidade, apresentando por isso uma postura cética diante da Abolição, visto que “para muitos, a alforria poderia significar uma calamidade, quanto às condições de vida e trabalho que teriam de enfrentar” (1998:22). Raimundo Faoro (1998) também sublinha a visão de Machado de Assis, que se opôs ao regime escravista, sem contudo se deixar levar pela idéia de que a Abolição da Escravatura seria a panacéia para o conflito étnico no Brasil:

Havia alguma coisa diferente no seu modo de sentir a realidade do Rio de Janeiro, sem o véu culto, ilustrado, falsamente livresco dos seus contemporâneos, embriagados de fórmulas. Somente ele, isolado na multidão que aclama, ousou manifestar a inaniidade do 13 de maio. Livre o escravo, estará na rua, sem emprego, ou receberá do senhor a esmola do salário, em troca de igual trabalho, com as antigas pancadas e injúrias (1988: 323).

A denúncia da condição crítica do negro feita por Machado de Assis mostra um jornalismo empenhado em dar voz também ao ‘excluído’, investigar as mazelas das desigualdades étnica e social e buscar subverter a ordem de uma certa prática publicitária que sustenta os jornais, na base da submissão da liberdade pelo direito de propriedade.

O mal do “oficialismo”

Machado de Assis manifestou o seu posicionamento em questões delicadas da vida política brasileira, como foi a guerra de Canudos. Enquanto crítico da imprensa, o cronista lutou destemidamente por um equilíbrio editorial por parte dos jornais no trato com a gente de Antônio Conselheiro. Machado percebeu que o sensacionalismo adotado por grande parte da imprensa prejudicou a compreensão da opinião pública a respeito daquele fato histórico que culminou por exemplo em toda uma reflexão ainda contemporânea sobre a urgência de uma reforma agrária no Brasil.

O cronista tratou o chefe sertanejo e líder de Canudos como uma verdadeira “celebridade” (1997:763) e ficou desapontado ao perceber que o leitor ignorava o conteúdo político daquela personalidade pública. O episódio de Canudos, que estremeceu o início do regime republicano, nos últimos anos do século XIX, sabemos, demandou quatro expedições militares para destruir Conselheiro e seus seguidores. A razão do conflito, conforme ressalta o historiador Edmundo Muniz (1978), deve-se à tentativa de Canudos em estabelecer uma sociedade socialista no sertão da Bahia, onde os camponeses lutavam contra a burguesia em ascensão que se unira aos grandes proprietários rurais para a preservação dos latifúndios.

A crônica de 22/07/1894, também conhecida como “Canção de piratas”, publicada na coluna “A Semana” de *Gazeta de Notícias*, mostra a desconfiança de Machado em relação aos relatos oficiais de Canudos e sobre a figura de Conselheiro:

Crede-me, esse Conselheiro que está em Canudos com os seus dois mil homens, não é o que dizem telegramas e papéis públicos. Imaginai uma legião de aventureiros galantes, audazes, sem ofício nem benefício, que detestam o calendário, os relógios, os impostos, as reverências, tudo o que obriga, alinha e apruma. São homens fartos desta vida social e pacata, os mesmos dias, as mesmas caras, os mesmos acontecimentos, os mesmos delitos, as mesmas virtudes. Não podem crer que o mundo seja uma secretaria do Estado, com o seu livro do ponto, hora de entrada e saída, e desconto por faltas (...) Os partidários do Conselheiro lembraram-se dos piratas românticos, sacudiram as sandálias à porta da civilização e saíram a vida livre. A vida livre, para evitar a morte igualmente livre, precisa comer, e daí alguns possíveis assaltos (1955: 145-146).

Além de admitir que a imprensa adotava uma linha editorial governista e sensacionalista em relação aos acontecimentos que cercavam a comunidade liderada por Antônio Conselheiro, Machado de Assis salienta que nem sempre saquear significa um pecado capital ou um atentado à honestidade, pois, no caso de Canudos, os possíveis assaltos serviam para livrar da morte um grupo que estava alijado da assistência social por parte do governo.

Talvez por estar exausto de ouvir por parte da imprensa que Conselheiro era um “fanático”, conforme notícia em “Canção de piratas” (1955:143) e “salteador”, segundo informa na crônica “A Semana”, de 13/09/1896, o autor de *Esaú e Jacó* em tom irônico desdenha a acusação oficial, que rotula Conselheiro como herege, ladrão e desordeiro. Esses termos que produzem a estigmatização e a segregação de alguns sujeitos e categorias sociais (no caso, os “jagunços” conselheiristas), cumprem a tarefa de fazer distinções entre os que são considerados desejáveis (por assim dizer, o governo republicano, a Igreja Católica e a grande imprensa) daqueles que se pretende controlar ou excluir. Na referida crônica, Machado compara a situação do profeta Benta Hora, perseguido pela Igreja Católica e pelo governo baiano, com a retaliação sofrida por Antônio Conselheiro pelas classes dominantes, já que ambos conseguiam pregar mensagens religiosas e políticas, capazes de atingir um grande público.

Conta Machado de Assis que Manuel da Benta Hora era um pregador religioso que já tinha arrebanhado mais de cem fiéis, o que ameaçava o legado das autoridades locais e eclesiásticas da região de Obrobó Grande, interior baiano. Elas recomendavam, por meio de campanha promovida pela imprensa, a prisão de Benta Hora. Tal atitude foi reprovada por Machado de Assis, que se mostrou, na oportunidade em questão, não só como um jornalista defensor da tolerância religiosa em um Brasil majoritariamente católico, como também da liberdade de expressão:

Ora, pergunto eu: a liberdade de profetar não é igual à de escrever, imprimir, orar, gravar? Ninguém contesta à imprensa o direito de pregar uma nova doutrina política ou econômica. Quando os homens públicos falam em nome da opinião, não há quem os mande apresentar as credenciais na cadeia. (...) Donde vem então que o triste do Benta Hora deva ir confiar às tábuas de um soalho as doutrinas que traz para um povo inteiro, dado que a cadeia de Obrobó Grande seja assoalhada? Lá porque o profeta é pequeno e obscuro, não é razão para recolhê-lo à enxovia (MACHADO DE ASSIS, 1955: 276) (grifo meu).

Em seguida, o narrador machadiano ocupa inicialmente o lugar de fala de muitos que se dizem ocupados com a própria vida e não têm disponibilidade para colher lições da vida alheia, admitindo, assim, a propaganda anti-Conselheiro como verdade, para depois surpreender o leitor com questões que provocam o regime do “politicamente correto”:

Ocupado em aprender a minha vida, não tenho tempo de estudar a dos outros; mas, ainda que esse Antônio Conselheiro fosse um salteador, por que se há de atribuir igual vocação a Benta Hora? E, dado que seja a mesma, quem nos diz que, praticado com um fim moral e metafísico, saltar e roubar não é uma simples doutrina? Se a propriedade é um roubo, como queria um publicista célebre, por que é que o roubo não há de ser uma propriedade? (1955: 277-278).

Observem que, nesse caso, Machado de Assis dialogou com os ideais anárquicos de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), autor da célebre frase: “a propriedade é um roubo” (1998:21). É necessário antes de mais nada destacar como o pai do anarquismo percebia esse princípio regulador do sistema capitalista: “nós queremos a propriedade, mas colocada em seus justos limites, quer dizer, à livre disposição dos frutos do trabalho, a propriedade menos usura!” (PROUDHON, 1998:81). Para Proudhon, a usura poderia ser entendida como resultado da exploração dos que têm os meios de produção sobre os que não os possuem. A usura parte do mesmo princípio do roubo, no sentido de que alguém quer “levar vantagem” de forma ilícita sobre o outro. Por isso, Proudhon coloca ladrão e proprietário no mesmo plano.

Na esteira do pensador francês, Machado de Assis observa o episódio de Canudos como uma forma particular de luta pela reforma agrária, protestando contra a concentração da posse da terra nas mãos de poucos. O cronista percebe que Canudos é a voz do sertão contra àqueles que, ao tomar posse da terra, enriqueceram à base do trabalho escravo, fundamentado no direito de propriedade, e do homem livre, à base da política do favor. Tal fenômeno foi estudado por Raymundo Faoro (1974) como resultado do patrimonialismo, e pelo crítico Roberto Schwarz (2000) como produto das “idéias fora do lugar”, do descompasso entre o discurso liberal e a prática escravocrata.

Canudos mexeu no ‘calcanhar de Aquiles’ da estrutura oligárquica brasileira, pois a gente de Conselheiro sabia que dividir a terra, no Brasil oitocentista, era o mesmo que dividir o poder. Alimentando-se do pensamento anárquico, Machado de Assis, ao retratar Canudos sob esse viés, inverteu a moral capitalista, a exemplo do que fora feito mais tarde, em 1928, pelo dramaturgo Bertold Brecht (1898-1956) na peça *Ópera de três vinténs*: “o que é assalto a um banco, se comparado com a fundação de um banco?”.

Uma outra crônica em que Machado de Assis também trata de Antônio Conselheiro é “A Semana”, de 06/12/1896. Chamou a atenção do cronista o crescimento em progressão geométrica dos adeptos dos ideais propagados por aquele líder religioso. Comparou essa multiplicação de seguidores atingida por parte do líder sertanejo com a proliferação do beribéri no Brasil:

Antônio Conselheiro é o homem do dia; faz-me lembrar o beribéri. (...) Acompanhei a moléstia; vi que se espalhava pouco a pouco, mas segura. Foi assim que chegou à Bahia e anos depois estava no Rio de Janeiro, de onde passou ao Sul. Hoje é doença nacional. Quando deram por ela, tinha abrangido tudo. Ninguém advertiu na conveniência de sufocá-la nos primeiros focos.

O mesmo sucedeu com Antônio Conselheiro. Este chefe de bando há muito tempo que anda pelo sertão da Bahia espalhando uma boa nova sua, e arrebanhando gente que a aceita e o segue. Eram vinte, foram cinqüenta, cem, quinhentos, mil, dous mil; as últimas notícias dão já três mil. Antes de tudo, tiremos o chapéu. Um homem que, só com uma palavra de fé, e a quietação das autoridades, congrega em torno de si três mil homens armados, é alguém. Certamente, não é digno de imitação; chego a achá-lo detestável; mas que é alguém, não há dúvida (1955: 346-347).

Desta passagem fica nítido um misto de admiração e repugnância que o autor de *laiá Garcia* tem a respeito da figura enigmática do governador do arraial de Belo Monte. A meu ver, a admiração machadiana se justifica pela capacidade de liderança do beato e do seu poder persuasivo, haja visto que o número de adeptos ao discurso conselheirista pulou de dois mil, conforme informa a crônica “Canção de piratas”, para três mil, segundo notícia a crônica de 06/12/1896. A repugnância, por sua vez, se explica pelo fato de Conselheiro, no plano pessoal, não arrancar suspiros de identificação quanto ao estilo no cronista, embora a personalidade pública e política do moralista cristão tenha sido destacada por ele. Machado de Assis não foi ‘homem de comício’ como Conselheiro,

talvez por não se deixar contaminar pelo lado mítico que cerca a história pessoal e retórica dos homens envolvidos em grandes causas populares. Como “o mais encolhido dos caramujos” (1997: 583), conforme se definiu na citada crônica de 14/05/1893, nosso escritor preferia atuar nas causas públicas discretamente, pois tinha como linha de comportamento o seguinte parâmetro, conforme trecho já citado: “acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado” (1994: 104).

Continuemos na crônica de 06/12/1896 para mostrar como Machado de Assis denuncia a manipulação da opinião pública promovida pela propaganda governista anti-Canudos, impulsionada pelos jornais. Além de “fanático” e “salteador”, o cronista alerta que se noticia também que o beato é o inimigo número um da República: “há um ponto novo nesta aventura baiana; está nos telegramas publicados anteontem. Dizem estes que Antônio Conselheiro bate-se para destruir as instituições republicanas” (1955: 348-349).

Além de anti-republicano, Conselheiro é taxado de facínora, e, tal insulto parece ter sido a gota d’água para Machado reiterar explicitamente a sua posição sobre o assunto como jornalista e cidadão brasileiro, na crônica publicada em “A Semana”, de 31/01/1897: “protesto contra a perseguição que se está fazendo à gente de Antônio Conselheiro” (1955: 401). O cronista denuncia que a imprensa não divulgava, diretamente do local do conflito, a doutrina do “advogado dos pobres”, oferecendo a ele e ao seu povo o direito de resposta, visto que é papel primordial do jornalismo ouvir os dois lados da questão. Para o nosso escritor, um dos lados estava sendo bastante ouvido: o governo, enquanto a voz de Canudos não era escutada. Machado de Assis critica o estilo “rápido e rasteiro” que marcou a cobertura jornalística a respeito dos acontecimentos ocorridos na mais estéril região do semi-árido baiano:

Entre as anedotas que se contam de Antônio Conselheiro, figura a de se dar ele por uma encarnação de Cristo, acudir ao nome de Bom Jesus e haver eleito doze confidentes principais, número igual ao dos apóstolos. O correspondente da Gazeta de Notícias mandou ontem notícias telegráficas, cheias de interesse, que toda gente leu, e por isso não as ponho aqui; mas, em primeiro lugar, escreve da capital da Bahia, e, depois, não se funda em testemunhas de vista, mas de outiva; deu-se honesta pressa em mandar as novas para cá, tão minuciosas e graves, que chamaram naturalmente a atenção pública. Outras folhas também as deram; mas serão todas verdadeiras? Eis a questão. O número dos sequazes do Conselheiro sobe já a dez mil, não contando os lavradores e comerciantes que o ajudam com gêneros e dinheiros.

Dado que tudo seja exato, não basta para conhecer uma doutrina. Diz-se que é um místico, mas é tão fácil supô-lo que não adianta nada dizê-lo. Nenhum jornal mandou ninguém aos Canudos. Um repórter paciente e sagaz, meio fotógrafo ou desenhista, para trazer as feições do Conselheiro e dos principais subchefes, podia ir ao centro da seita nova e colher a verdade inteira sobre ela. Seria uma proeza americana (1955: 403-404) (grifo meu).

Como sócio do jornal abolicionista, a *Gazeta de Notícias*, o autor de *Dom Casmurro* deixou explícito sua insatisfação quanto à cobertura do próprio repórter do seu jornal, não se deixando contaminar pelo “espírito de corpo”. E alertou para o fato de ele ter acompanhado o mesmo lugar-comum da abordagem da imprensa em geral. Como crítico da imprensa, Machado atuou firme no papel de fiscal ético, apontando no conjunto de suas crônicas relativas ao grupo de Conselheiro os seguintes deslizes da imprensa:

1º) A cobertura jornalística se mostrava tendenciosa e sensacionalista, porque privilegiava os interesses do governo que se sentia ameaçado pelo povo de Canudos e, sem provas evidentes, criou uma imagem negativa do líder sertanejo, sem destacar a sua capacidade de liderança que se mostrava evidente, haja vista o número crescente de seguidores. Índícios e suspeitas foram apresentados como evidências, e, antes que houvesse provas, Antonio Conselheiro e o movimento de Canudos foram condenados pela grande imprensa que, por sua vez, ocupou indevidamente o papel de Poder Judiciário. Esse procedimento fere dois princípios afirmados em 1789, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, quais sejam: todo o cidadão é inocente até prova em contrário e ninguém poderá ser condenado por suas idéias, mas somente por seus atos comprovados;

2º) A grande imprensa dava crédito a boatos que buscavam ridicularizar a força do movimento sertanejo, mostrando-se distante (geograficamente e emocionalmente) do drama vivido pelos sertanejos;

3º) De forma deliberada e/ou agindo por ignorância, as notícias não eram capazes de informar à opinião pública quais os princípios ideológicos que regiam o povo de Canudos, ou seja, o vínculo que prendia tão fortemente os sertanejos ao Conselheiro;

4º) Os jornais não foram ao local da notícia para ouvir o outro lado da história, deixando de lado a rica experiência de conhecer testemunhalmente os hábitos e os costumes daquele grupo, sem intermédios de terceiros.

Por fim, atendendo ao pedido de Machado, feito em “A Semana”, de 31/01/1897, foi enviado para aquela localidade uma série de correspondentes, o que irá proporcionar uma cobertura jornalística pioneira, além de permitir que se revele, no calor do momento e direto do local do episódio, outros fatos independentes das versões governistas, que até o momento monopolizavam a opinião sobre o assunto. Walnice Nogueira Galvão é de opinião que “a Guerra de Canudos, se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor enviados especiais no local dos acontecimentos” (1977:109). Um desses enviados especiais foi o escritor e jornalista Euclides da Cunha, representando o periódico *O Estado de São Paulo*. De suas mãos nasceram a obra fundadora em relação ao gênero “livro-reportagem” no Brasil – *Os sertões*, publicado em 1902. Ouso dizer que a obra-prima de Euclides é fruto do “grito de alerta” dado por Machado a respeito da ausência de jornalistas no local da guerra e da necessidade de uma cobertura mais equilibrada a respeito da gente de Conselheiro.

Cinco anos antes da publicação de *Os Sertões*, na crônica de “A Semana” (14/02/1897), Machado de Assis mostra mais uma vez o seu espírito de jornalista investigativo para denunciar a manipulação da opinião pública pela imprensa, que normalmente ocorre em tempos de guerra, como aconteceu no conflito de Canudos. Esse fenômeno foi traduzido posteriormente por Euclides da Cunha em “A luta” – parte III de *Os Sertões*, através da metáfora da “Rua do Ouvidor *versus* Caatingas”. A Rua do Ouvidor, como se sabe, era a rua mais importante do Rio de Janeiro, onde estava localizada a maioria dos jornais cariocas, e o lugar para o qual se dirigia a população em busca de notícias. Quando da guerra de Canudos, de lá saíam as principais versões, que se tornavam ‘verídicas’ nas páginas de algum jornal. Ou seja, a Rua do Ouvidor

representava a nação, ou a opinião pública nacional que, alimentada pelos meios de comunicação e ávida por informações sobre os acontecimentos da guerra, *exigia um desenlace* para que a República saísse vitoriosa. E *as caatingas* representavam o irmão sertanejo, distante e até então desconhecido, que vivia numa região árida, pobre, retrógrada e pouco conhecida. Tanto as crônicas de Machado de Assis como o livro de Euclides da Cunha revelam que a “Rua do Ouvidor” foi jogada contra as “caatingas”, quando, na verdade, as duas deviam se integrar e formar um só “corpo”.

Machado denuncia a manipulação da opinião pública por parte da imprensa “chapa-branca” quando associa a figura do líder sertanejo, Antônio Conselheiro, a de um baderneiro, ou um rebelde sem causa. A meu ver, a identificação de Machado com a figura pública de Conselheiro tem raízes no que o cronista, quando jovem, em “A reforma pelo jornal”, conforme já dito, sentenciou: “se há alguma coisa a esperar é a (*sic*) das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não” (1997: 964). Conselheiro seria a encarnação da “inteligência proletária”, ou seja, o representante do “Brasil real”, mostrando às deficiências do “Brasil oficial”. Aliás, essa divisão do Brasil foi construída pelo próprio Machado, na crônica de 29/12/1861, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, em que afirma: “o país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco” (1955: 104). Para reforçar tais argumentos, vale ainda destacar o comentário de Edmundo Muniz, em *A guerra social de Canudos*, no tocante à simpatia que Conselheiro e o movimento de Canudos despertava no cronista:

Machado de Assis compreendeu melhor o significado do movimento de Antônio Conselheiro e de sua discutida personalidade do que a maioria de seus contemporâneos. (...) Havia, sem dúvida, certa afinidade entre o cronista da *Semana* e o chefe de Canudos. Também Machado de Assis, que fora abolicionista, não nutria nenhuma esperança no regime republicano. Não porque fosse monarquista e sim porque a república, embora constituísse um progresso histórico, não resolveria o problema econômico e social que atormentava o País (1978:75-76).

O cronista desconfia, portanto, dos pormenores fantasiosos de Canudos enaltecidos pelos jornais sensacionalistas, obscurecendo assim a importância social do movimento propriamente dito e a eficácia do discurso baseado no espírito de liderança de Conselheiro. Na crônica “A Semana”, de 14/02/1897, Machado é narrador-personagem e dialoga com uma leitora desatenta ou ignorante em relação a esse episódio. Ele chama

esse e outros leitores que se encaixam no perfil da personagem, de “obtusos” e “tapados”, por não se informarem adequadamente sobre Conselheiro, ficando presos à preconceitos ou à ideologia dominante. Eis a narração:

Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da Rua de S. José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

- Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.
- Quem?
- Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso¹³, se não percebeste que “esse homem que briga lá fora” é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces. A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita de Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. Não sabe o nome do Messias; é “esse homem que briga lá fora”. A celebridade, *caro e tapado leitor*, é isto mesmo (1997: 763) (grifo meu).

Mais adiante, o cronista revela aguardar ansiosamente uma obra que contasse a saga de Canudos, “estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados” (1997: 765). Assim se buscaria esmiuçar os diferentes *brasis*, a diversidade cultural deste país, a dicotomia “litorâneo” X “sertanejo”, na qual se formula o discurso sobre nossa nacionalidade. E *Os Sertões* vai encabeçar a lista de títulos que tratarão dessa espinhosa questão.

Recentemente, no livro *A redenção do sertão*, Paulo Emílio Matos revela que Canudos, diferentemente da noção de “antro de baderna” construída pela opinião pública brasileira da época, teria sido um “fenômeno administrativo”. Ele destaca a importância do povoado de Belo Monte “como organização e construção”, e considera Conselheiro “um

¹³ Gostaria de destacar nessa crônica o destemor e a franqueza com os quais Machado de Assis se dirige ao leitor. A propósito, lanço uma pergunta: Ao invés de fazer coro à prática costumeira de bajular o leitor ou idiotizá-lo, quem, aliás, em sua consciência nos dias de hoje, na profissão de jornalista, diria que existem leitores tanto “amigo” como “obtuso” e “tapado”, como assim os classificou Machado de Assis? Se nos fins do século XIX, o leitor de jornal já ganhava o rótulo de consumidor, de freguês de notícias, e reza a cartilha comercial que o freguês sempre tem razão, o cronista fere esse princípio, e busca, na realidade, uma relação franca e transparente, baseada em um ato provocativo que pudesse rebater a passividade existente tanto na esfera do emissor quanto na do receptor, tendo em vista a qualidade do ato comunicativo.

administrador autodidata, organizador e implementador de um projeto de comunidade autônoma na mais estéril região do semi-árido baiano”.

Na visão de Matos, caso não fosse impedido pelas forças dos governo, o projeto teria sido uma autêntica “reinvenção do sertão” – por constituir um núcleo social de modelo teocrático, com uma vida comunitária que incluía os sistemas de trabalho coletivista herdados das três matrizes étnicas: do português, do índio e do negro. Para se ter uma idéia da liderança administrativa de Conselheiro, o povoado de Belo Monte cresceu de uma “tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique”, com uns duzentos e trinta habitantes, para um povoado de oito mil e trezentos e setenta casas e cerca de trinta e cinco mil pessoas – na época, a cidade de São Paulo não atingia sessenta e cinco mil habitantes.

O que é mais digno de nota: o modelo econômico empregado em Canudos permitiu, durante todo o tempo e apesar da crueldade das perseguições sofridas, criar um clima de prosperidade, com exercício integrado de atividades de agricultura, pecuária e ofícios. Um lugar onde “ninguém passava fome” e todos trabalhavam “como em um grande mutirão”.

O retrato de Conselheiro esboçado por Paulo Emílio Matos desmente a imagem do “homem que briga lá fora” promovida por muitos órgãos de imprensa na época do infame massacre de outubro de 1897. Atitude dos jornais aliás reprovável, segundo a avaliação de Machado de Assis. O cronista tinha uma intuição muito forte a respeito da importância de Conselheiro como um agente histórico capaz de trazer a realidade do sertão para o debate da nossa identidade nacional, proporcionando uma “reinvenção” daquela localidade para benefício de toda a coletividade brasileira.

O crítico Astrojildo Pereira conseguiu observar o engajamento social da obra de Machado de Assis, como bem ilustra, por exemplo, as crônicas dedicadas àquele povoado do sertão brasileiro. Ele, ao se referir ao nosso escritor, irá afirmar que este foi incompreendido e falsamente interpretado pela elite brasileira, e afirma: “ele completa a galeria ilustre dos Luís Gama, dos Lima Barreto, dos Patrocínio, dos André Rebouças e tantos mulatos e negros que honram a literatura, a arte e o jornalismo no Brasil. Machado de Assis é nosso, é do povo” (PEREIRA,1991:226).

A postura de Machado no caso de Canudos põe em xeque a crítica de Alceu Amoroso Lima que acusa o cronista de “voz da elite” (1941:41), por não comportar em seus escritos o drama social brasileiro, ao contrário de Euclides da Cunha, que descreve um Brasil além do litoral. Acontece que o escritor de *Os Sertões* retratou Antônio Conselheiro como personagem trágico, guiado por forças obscuras e ancestrais e por maldições hereditárias, que o teriam levado à insanidade e ao conflito com a ordem. Viu Canudos como desvio histórico capaz de ameaçar a ‘linha reta’, que se ligava ao conceito evolutivo de história, adotado por positivistas e evolucionistas, que acreditavam no aperfeiçoamento progressivo do homem e da sociedade. Levando-se em que conta que Machado não foi ao interior da Bahia e, mesmo assim, resistiu à cobertura tendenciosa da imprensa sobre esse importante movimento social, ele investiu sua pena em uma outra margem interpretativa. Qual seja: a de destacar Antônio Conselheiro e Canudos como elementos fundamentais para denunciar a fragilidade do poder republicano e da grande imprensa, compreendendo Canudos como uma forma particular de coletivismo dotada de grande capacidade de autogestão econômica, política e social.

Por meio da crônica, Machado de Assis mostrou-se um jornalista preocupado com as questões sociais, não se abstendo do debate político. Dará, sim, opiniões e conselhos, mas de um tipo muito diverso dos cronistas educadores ou críticos, pois o que vai caracterizar esse ato opinativo é o fato de não ser um discurso dos saberes absolutos e autoritários das ciências ou da macropolítica. Como “cronista ético” (PEREIRA, 2001), Machado habita o terreno de uma *doxa*, que não se confunde com a opinião pública, nem com a violência cega das majorias, ou com os mecanismos naturalizantes de ideologias e preconceitos. Não se trata tampouco da *doxa* que, nos termos de Roland Barthes (1996: 58), se espalha com as bênçãos do Poder como uma geléia geral, um jactante discurso universal. A opinião que este “cronista ético” veicula é fruto da experiência pessoal de um indivíduo, muitas vezes tão perplexo e reticente quanto seu próprio leitor. O cronista teve a lúcida capacidade de tirar uma lição do narrado: as atitudes dos jornais e dos jornalistas, uma regra de vida para si e para os leitores, seja na forma de conselhos, de ensinamentos morais ou de sugestões práticas.

Observo nas crônicas de Machado de Assis que, habituada a nutrir-se de crises alheias, a imprensa experimentava a sua própria crise. Era como se o autor de *Dom*

Casmurro, no conjunto de sua obra como jornalista, reescrevesse a crônica “A reforma *pele* jornal”, de 23 de outubro de 1859, modificando-lhe o título para “A reforma *no* jornal”, isso após ter vivenciado o colapso da imprensa enquanto “república do pensamento”.

Conclusão

Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. Daí vem que, enquanto o telégrafo nos dava notícias tão graves como a taxa francesa sobre a falta de filhos e o suicídio do chefe de polícia paraguaio, cousas que entram pelos olhos, eu apertei os meus para ver cousas miúdas, cousas que escapam ao maior número, cousas de míopes. A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam.

Machado de Assis, em "A Semana", de 11/11/1897.

Machado de Assis e a imprensa: uma relação pendular

A caminhada realizada em torno das crônicas de Machado de Assis dedicadas ao jornalismo serviu para destacar o importante papel do escritor como crítico da imprensa, atividade exercida por ele com maestria em diversos jornais, durante a segunda metade do século XIX. De acordo com a fortuna crítica tradicional, muito se sabe do Machado romancista e contista. Porém, pouco se estuda a respeito de Machado poeta, dramaturgo, cronista. Já, o trabalho de Machado como crítico da imprensa – função que exerceu paralelamente à de jornalista/cronista – não aparece nos perfis realizados costumeiramente, que buscam dar conta de uma personalidade tão enigmática e brilhante como foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras. Diante do compromisso assumido por Machado de Assis antes de tudo com a ética, não é mais possível silenciar a voz de um combatente ativo na defesa da liberdade de expressão e de um jornalismo de qualidade. A partir deste estudo, lança-se mão da necessidade de incluir as crônicas de Machado de Assis nos estudos sobre a formação da imprensa brasileira e também nas discussões contemporâneas a respeito do bom jornalismo. Além de notável escritor, Machado também merece ser enaltecido como grande jornalista.

Na juventude, o cronista experimentou o ardor do jornalismo. Fascinado com o poder da imprensa que, por si só, motivaria a modernização do país no sentido dos ventos liberais, Machado acreditava na autonomia e na independência do jornal para promover a reforma tão necessária em uma realidade marcada pelo regime autoritário e escravocrata.

Do otimismo dos seus primeiros passos no jornalismo, Machado, mais experiente, vai realizar o exame radical e irônico de uma imprensa distante de ser um veículo democrático, o contra-poder por excelência. Destacando o mau jornalismo, caracterizado pelo estímulo ao sensacionalismo e à manutenção do *status quo*, o cronista, porém, não invalidou o importante papel da imprensa. Muito pelo contrário. Machado reforçou o princípio da “república do pensamento” ao reclamar na própria imprensa acerca dos parâmetros editoriais e éticos que não estavam colaborando para o bem-estar da sociedade.

Conhecedor dos bastidores da notícia e do poder, o cronista se ocupou do papel de crítico da imprensa para, com a mesma intensidade, elogiar as virtudes do jornal e rechaçar as suas mazelas. Nesse caso, Machado foi um dos pioneiros na arte de expor os mecanismos de funcionamento da imprensa brasileira aos seus leitores. Assim, o cronista os convocava para participar da esfera da opinião pública e fiscalizar os jornais.

As atuações de Machado de Assis como jornalista e crítico da imprensa reservam preciosas lições que poderiam muito bem ser assimiladas pela imprensa de nossos dias. Contemporâneo de uma fase de transição entre a imprensa político-literária e a empresa jornalística, o cronista começou a carreira de forma audaciosa, realizando uma apurada reflexão a respeito das proezas e mazelas do jornalismo. Para tanto, não se intimidou pelo fato de ter pouca experiência de vida. Não titubeou em explicitar, com lucidez e sagacidade, suas posições a propósito do fazer jornalístico. Machado de Assis não se acomodou nos braços de uma suposta crítica cordial. Preferiu ser sujeito de suas opiniões a se esconder no manto da impessoalidade, que já começava a reger a expressão jornalística. Ao invés de registrar meramente o cotidiano, resolveu contar histórias. Incluiu nas suas crônicas o leitor, ora 'amigo', ora 'obtusos', com o intuito dele se aproximar, além disso, tal aproximação também demonstra como tinha consciência do complexo perfil do seu público. A recorrência da inclusão do leitor nas crônicas machadianas faz-nos refletir sobre a ausência deste sujeito no jornalismo contemporâneo, o que dificulta saber como o repórter e o jornal imaginam seus leitores. O estilo franco de Machado é a pérola de um jornalismo que não bajula o seu público para que este possa consumir mais jornais. A intenção do cronista é informar educando, a partir de uma opinião consistente e que incentive o leitor a elaborar a própria análise.

Na imprensa atual, raras são as oportunidades de saber sobre o processo de criação do jornalista contado por ele próprio, e sobre os sucessos e os fracassos deste profissional no que tange à construção textual de uma história. Este é um dos altos preços pagos em nome da objetividade jornalística. Machado de Assis contestou este princípio, não abrindo mão de sua subjetividade enquanto narrador, o que, aliás, foi uma de suas marcas de qualidade como cronista/jornalista. Ele fez questão de dividir com o seu leitor o trabalho árduo de montar uma crônica, através de um apurado exercício de

metalinguagem. Enquanto criava ou contava um fato, ele tornava público os procedimentos discursivos que adotou para criar seus textos.

Mesmo com as ameaças de censura à imprensa, Machado de Assis utilizou a tática dispersiva dos *fait divers* e a ironia para, em um golpe de ‘caramujo’, desestruturar as bases do sensacionalismo e de uma ideologia dominante que contaminavam a “república do pensamento”. Como ‘colibri’, visitou várias flores da espécie “imprensa”. Cada uma delas exalava um tipo de perfume, dependendo da inclinação editorial do jornal. Entusiasmado com os bons ventos trazidos por uma flor chamada ética, Machado tecia comentários elogiosos e intensos sobre o papel revolucionário da imprensa. Porém, em relação ao espinho do sensacionalismo, ele esclarecia os seus perigos ao público.

Se fosse para escolher um objeto que pudesse sintetizar a relação entre Machado de Assis e a imprensa seria um pêndulo. Trata-se de um corpo móvel (a crítica de Machado de Assis) em torno de um ponto fixo (a imprensa) e que oscila (entre as ‘palmas’ entusiasmadas, sinalizando para as glórias do jornalismo, e os ‘piparotes’, em nome da repreensão aos abusos de poder da imprensa, que atropelavam os limites éticos) sob a ação do próprio peso (a imprensa como quarto poder, ou para utilizar a definição do cronista, como “república do pensamento”).

Entre palmas e piparotes, Machado de Assis realizou, à sua maneira, um fazer jornalístico marcado pela metalinguagem e pela reflexão crítica acerca do ofício, práticas que o tornam, além de excepcional cronista/jornalista, um exímio crítico da imprensa brasileira do século XIX.

Bibliografia de Machado de Assis

Crônicas selecionadas:

Miscelânea/O jornal e o livro. *Crônica*, 10 e 12 de janeiro de 1859. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.

Miscelânea/A reforma pelo jornal. *Crônica*, 23 de outubro de 1859. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.

Aquarelas/O folhetinista. *Crônica*, 30 de outubro de 1859. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.

Comentários da semana. *Crônica*, 29 de dezembro de 1861. In: *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: W.M.Jackson Inc., 1955, 1v.

Ao acaso. *Crônica*, 11 de setembro de 1864. In: *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: W.M.Jackson Inc., 1955, 1v.

História de quinze dias/Analfabetismo. *Crônica*, 15 de agosto de 1876. In: PAIXÃO, Fernando (Ed.). *Machado de Assis: crônicas escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

História de quinze dias/O boi. *Crônica*, 1º de outubro de 1876. In: PAIXÃO, Fernando (Ed.). *Machado de Assis: crônicas escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

História de quinze dias/Touradas. *Crônica*, 15 de março de 1877. In: PAIXÃO, Fernando (Ed.). *Machado de Assis: crônicas escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

História de quinze dias/O nascimento da crônica. *Crônica*, 1º de novembro de 1877. In: PAIXÃO, Fernando (Ed.). *Machado de Assis: crônicas escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

História de quinze dias/O ofício do cronista. *Crônica*, 14 de agosto de 1878. In: PAIXÃO, Fernando (Ed.). *Machado de Assis: crônicas escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

Notas Semanais. *Crônica*, 16 de junho de 1878. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.

Notas Semanais. *Crônica*, 14 de julho de 1878. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.

Notas Semanais. *Crônica*, 21 de julho de 1878. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.

- Notas Semanais/O vulgo e o intelecto. *Crônica*, 1º de setembro de 1878. In: PAIXÃO, Fernando (Ed.). *Machado de Assis: crônicas escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- Balas de Estalo. *Crônica*, 24 de novembro de 1883. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- Balas de Estalo. *Crônica*, 16 de dezembro de 1883. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- Balas de Estalo. *Crônica*, 17 de fevereiro de 1885. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- Balas de Estalo. *Crônica*, 14 de março de 1885. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- Balas de Estalo. *Crônica*, 03 de abril de 1885. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- Gazeta de Holanda. *Crônica*, 27 de setembro de 1887. In: *Crônicas*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W.M.Jackson Inc., 1938, 4 v.
- Bons Dias!/O cronista se apresenta. *Crônica*, 05 de abril de 1888. In: PAIXÃO, Fernando (Ed.). *Machado de Assis: crônicas escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- Bons Dias! *Crônica*, 11 de maio de 1888. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- Bons Dias! *Crônica*, 26 de junho de 1888. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- Bons Dias! *Crônica*, 1º de julho de 1888. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- Bons Dias! *Crônica*, 29 de julho de 1888. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- A Semana. *Crônica*, 30 de abril de 1892. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- A Semana. *Crônica*, 04 de dezembro de 1892. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- A Semana. *Crônica*, 14 de maio de 1893. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.

- A Semana. *Crônica*, 06 de agosto de 1893. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- A Semana. *Crônica*, 10 de setembro de 1893. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- A Semana. *Crônica*, 24 de setembro de 1893. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- A Semana/Pergunta e resposta. *Crônica*, 05 de novembro de 1893. In: PAIXÃO, Fernando (Ed.). *Machado de Assis: crônicas escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- A Semana. *Crônica*, 26 de novembro de 1893. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- A Semana/Canção dos piratas. *Crônica*, 22 de julho de 1894. In: *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1955, 2 v.
- A Semana/O punhal de Martinha. *Crônica*, 05 de agosto de 1894. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- A Semana/O cronista e a semana. *Crônica*, 16 de setembro de 1894. In: PAIXÃO, Fernando (Ed.). *Machado de Assis: crônicas escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- A Semana. *Crônica*, 11 de novembro de 1894. In: *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1955, 2 v.
- A Semana. *Crônica*, 06 de dezembro de 1896. In: *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1955, 3 v.
- A Semana. *Crônica*, 13 de setembro de 1896. In: *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1955, 3 v.
- A Semana. *Crônica*, 31 de janeiro de 1897. In: *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1955, 3 v.
- A Semana. *Crônica*, 14 de fevereiro de 1897. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- A Semana. *Crônica*, 28 de fevereiro de 1897. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 3 v.

Romances selecionados:

Dom Casmurro. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 1 v.

Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 1 v.

Conto selecionado:

Pai contra mãe. In: *Relíquias de casa velha*. COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 2 v.

Bibliografia sobre Machado de Assis

ANDRADE, Ana Luiza. O fora e o dentro na dobra da casa: o olhar em leque de Machado de Assis. In: *D.O. Leitura*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, n. 10, out. 2000.

ARAÚJO, Ricardo. Machado de Assis e os novos meios: entre o livro e o jornal. In: *D.O. Leitura*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, n. 6, jun. 2000.

BARRETO FILHO. O romancista. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 1 v.

BORGES, Valdeci Rezende. *Cenas urbanas: imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis*. Uberlândia, MG: Aspectus, 2000.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. A Grécia de Machado de Assis. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika (Org.). *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

BROCA, José Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

_____. *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957.

CANO, Jefferson. Política e história em Machado de Assis. In: *Nossa história*. Rio de Janeiro: Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional; Editora Vera Cruz, n.18, abr. 2005.

- CARDOSO, Marília Rothier. *Gazeta de bruxo*. 1990. 490 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CAVALLINI, Marco Cícero. *O Diário de Machado: a política do Segundo Reinado sob a pena de um jovem cronista liberal*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 1999. 158 f.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CORÇÃO, Gustavo. Machado de Assis cronista. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997, 3 v.
- COUTINHO, Afrânio. *Machado de Assis na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.
- CRUZ Jr. Dilson F. Cruz. *Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*. São Paulo: Nankin Editorial: Humanitas FFLCH/USP, 2002.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis, afro-descendente*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 08 abr. 2005. Notas de aula.
- FACIOLI, Valentim. A crônica. In: BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. Várias histórias para um homem célebre (biografia intelectual). In BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- FISCHER, Luís Augusto. Crônica dos vinte anos: estudo sobre as crônicas editadas em 1859. In: *Espelho: revista machadiana*. 2 ed. Porto Alegre: Purdue University, EUA; UFRGS, n. 2, 1996.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)*. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

- HOUAISS, Antônio. Prefácio. In SOARES, Maria Nazaré Lins. *Machado de Assis e a análise da expressão*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- IANNI, Octávio. Literatura e consciência In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Edição Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura. São Paulo, nº 28, 1988.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Três ensaios sobre Machado de Assis*. Belo Horizonte: Livraria Editora Paulo Bluhm, 1941.
- MACHADO, Ubiratan. O enigma do Cosme Velho. In: SECCHIN, Antonio Carlos; ALMEIDA, José Maurício Gomes de; MELO E SOUZA, Ronaldes de. *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: In – Fólio, 1998.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- _____. Prefácio. In: MACHADO DE ASSIS. *Diálogo e reflexões de um relojoeiro: escritos de 1886, de 1888 a 1889, recolhidos da "Gazeta de Notícias"*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.
- PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- PEREIRA, Júlio César França. *O narrador ético: experiência e sabedoria na crônica do século XIX*. Dissertação (Mestre em Teorias da Literatura e Literatura Brasileira) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2001. 120 f.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- PEREIRA, Wellington. Machado de Assis: discurso moderno em crônicas de Fin-de-Siècle; As idéias de época nas crônicas de Machado de Assis. In: *Crônica: arte do útil e do fútil?* João Pessoa: Idéia, 1994.
- PORTELLA, Eduardo. *Machado de Assis, cronista do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/biogra4.htm>. Acesso em 09 de setembro de 2003.
- RIBEIRO, Luís Filipe. *Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói, RJ: EDUFF, 1996.
- ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1992.

SANTOS, Fábio Murici. O punhal de Martinha: o Rio de Janeiro nas crônicas de Machado de Assis. In: *Cerrados*. Brasília: Editora da UnB, n.15, 2003.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. A estética da crônica em Machado de Assis: movimentos pendulares e posições fronteiriças. In: *Anuário de Literatura*. Florianópolis: UFSC, n.7, 1999.

_____. Transportes pelo olhar de Machado de Assis: a crônica passeia de bond. In: ANDRADE, Ana Luiza (Org.). *Machado de Assis: crônicas de bond*. Chapecó, SC: Argos, 2001.

SANTOS, Roberto Côrrea dos. História como literatura. In: *Modos de saber, modos de adoecer: o corpo, a arte, o estilo, a história, a vida, o exterior*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Acumulação literária e nação periférica. In: *Um mestre na periferia do capitalismo*. 4 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000a.

_____. O paternalismo e a sua racionalização nos primeiros romances de Machado de Assis. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000b.

SOARES, Maria Nazaré Lins. *Machado de Assis e a análise da expressão*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: as escritas das biografias de Machado de Assis*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 1994. 361 f.

ZILBERMAN, Regina. Minha teoria das edições humanas: Memórias Póstumas de Brás Cubas e a poética de Machado de Assis. In: ZILBERMAN, Regina et al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Bibliografia geral

ABRAMO, Perseu. O papel social do jornalista. In: ABRAMO, Bia (Org.). *Um trabalhador da notícia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

ALBA, Geraldo Albarrán de. Prefácio. In: MENDES, Jairo Faria. *O ombudsman e o leitor*. Belo Horizonte: O Lutador, 2002.

- ALENCAR, José de. *Ao correr da pena. Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960, 4 v.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *De notícias & não notícias faz-se a crônica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- ANDRADE, Maria Margarida de; MEDEIROS, João Bosco. *Comunicação em língua portuguesa: para os cursos de jornalismo, propaganda e letras*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.
- ARRIGUCCI Jr. Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento de Bibliotecas Públicas, v. 46, n. 1/4, jan./dez. 1985.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- _____. Estrutura da notícia. In: *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. *Crônica: história, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 1 v.
- _____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 1 v.
- BIRD, S. Elizabeth & DARDENNE, Robert W. Mito, registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas. In TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Portugal: Veja, 1999.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BRAGA, Rubem. Batalha no Largo do Machado. In *200 crônicas escolhidas: as melhores de Rubem Braga*. 13 ed. São Paulo: Record, s/d.

- BRAYNER, Sônia. *Labirinto do espaço romanesco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1979.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- CHAGA, Marco Maschio. *Rapsódia de uma década perdida: o folhetim da Folha de São Paulo (1977-1989)*. 2001. Tese (Doutor em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em http://www.cce.ufsc.br/~nelic/Tese_Marco/index_tese.htm. Acesso em 07/03/2005.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1985.
- CONY, Carlos Heitor. A crônica como gênero e como antijornalismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 mar. 1998. Caderno Ilustrada: 7.
- CORBISIER, Roland. Breve discurso sobre o livro. In *Consciência e nação*. São Paulo: Colégio, 1950.
- _____. Elogio da participação. In *Consciência e nação*. São Paulo: Colégio, 1950.
- COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública. In: PINHEIRO, Elimar (Org.). *Ética: Brasília, capital do debate*. Brasília Garamond, 1997.
- COSTA NETO, Samuel. *Linha Direta: lágrimas de 'sangre' na telinha*. 2002. 57f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – habilitação em Publicidade e Propaganda) – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1971, v. 6.
- CRUZ, Adélcio de Sousa. *Lima Barreto: a identidade étnica como dilema*. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002. 104 f.
- DANTON, Robert. A voz do povo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 mar. 2005. Caderno Mais!: 10.

- DINES, Alberto. "Media criticism" – um espaço mal-dito. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez; Intercom, 1982.
- DUARTE, Lélia Parreira. Ironia, humor e fingimento literário. In: *Cadernos de pesquisa do Napq– FALE/UFMG*, Belo Horizonte, n. 15, fev. 1994.
- DUARTE JÚNIOR, Idalmo Geraldo. Mentiras sinceras me interessam: a ironia na obra de Cazuza. In: DUARTE, Lélia Parreira (Org.). *Cadernos de pesquisa do Napq– FALE/UFMG*, Belo Horizonte, n. 15, fev. 1994.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Minidicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FRANCISCO, Dalmir. *Imprensa e racismo no Brasil (1988/1998): a construção midiática do negro na imprensa escrita brasileira*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- FREUD, Sigmund. O ego e o id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. 19.
- GAARDER, Jostein. *O mundo da Sofia: romance da história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GAETA, Rafael Alarcón (Ed.). *Longman: dicionário escolar*. Pearson Education Limited, 2002.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. 2 ed. São Paulo, Ática, 1977.
- GEHRINGER, Max. O que é... beija-flor. *Você S/A*, São Paulo, n.69, p.98, mar.2004.
- GERALDES, Elen Cristina. Narrativas jornalísticas: porque o real é complexo. In BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (Org.). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, 2001
- GOMES, Heloísa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUERJ, 1994.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz; EDUSP, 1985.
- HÉLIO, Mário. Grandes tiragens da estupidez. In: CAVALCANTI FILHO, José Paulo (Org.). *Informação e poder*. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ISER, Wolfgang. "O fictício e o imaginário". In: ROCHA, João Cezar (Org.). *Teoria da ficção*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- JABOR, Arnaldo. *A invasão das salsichas gigantes*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: Edusp: Com. Arte, 1992.
- KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 1989.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. A paixão segundo Max Weber. In *O sabor da vida*. Brasília: Letraviva, 1999.
- LIMA, Eliana de Souza. O jornalismo e os acontecimentos trágicos. In *Comunicação e sociedade*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, n. 42, jul./dez. 2004.
- LOPES, Marcos Antônio. *Voltaire político: espelhos para príncipes de um novo tempo*. São Paulo: Unesp, 2004.
- LUNA, Vilma Rosa do Rêgo. *A morte que nos faz falta: as estratégias sensacionalistas dos veículos informativos comuns*. Monografia. (Graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília. 2000. 61 f.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- _____. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- MENARD, René. *Mitologia greco-romana*. São Paulo: Opus, 1997.
- MENDES, Jairo Faria. *O ombudsman e o leitor*. Belo Horizonte: O Lutador, 2002.
- MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a chronica. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.

- MOISÉS, Massuad. *A criação literária: prosa*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- MUNIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- NETROVSKI, Arthur. *Ironias da modernidade: ensaios sobre literatura e música*. São Paulo: Ática, 1996.
- NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- PAES, José Paulo; MOISÉS, Massuad (Orgs.). *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967.
- PEDROSO, Rosa Nívea. *A produção do discurso de informação num jornal sensacionalista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- PELLEGRINO, Hélio. Instituição, linguagem e liberdade. In *A burrice do demônio*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- PIGNATARI, Décio. Ideologia dos meios de massa. In: *Letras, artes, mídia*. São Paulo: Globo, 1995.
- PORTELLA, Eduardo. Visão prospectiva da literatura no Brasil. In *Teoria da Comunicação Literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 25, 1973.
- PROENÇA, Domício Filho, SOUZA, Roberto Acízelo (Org.). *Literatura Brasileira: ensaios, crônica, teatro e crítica – 2ª Bienal Nestlé de Literatura*. São Paulo: Norte, 1986, v. 1.
- PROUDHON, Pierre Joseph. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- RANGEL, Eleazar Diaz. A notícia na América Latina: mudanças de forma e conteúdo. In *Comunicação e sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 5, 1981.
- RESTREPO, Luís Carlos. *O direito à ternura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- RODRIGUES, Nélon. O passarinho. In *A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- SÁ, Jorge de. *A crônica*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1987.
- SABBATINI, Marcelo. Uma história do jornalismo. In *Comunicação e sociedade*. São Bernardo do Campo, SP: Unesp, n. 42, jul./dez. 2004.
- SABINO, Fernando. Última crônica. In *A companheira de viagem*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1965.
- SANT'ANNA, Armando. *Propaganda: teoria e prática*. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1981.
- SANTIAGO, Silviano. A crítica literária no jornal. In: *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In BORNHEIN et alli. *Tradição e contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Portugal: Presença, 1995.
- VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no vale da morte. In: *Revista USP: Os Sertões cem anos*. São Paulo, n.54, jun/ago. 2002.
- VIANNA FILHO, Luís. *A vida de José de Alencar: figuras do passado*. Lisboa, Portugal: Lello & Irmão, 1981.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.